Maximilien de Robespierre

DISCURSOS E RELATÓRIOS NA CONVENÇÃO

ed uerj

CONTRAPONTO

Há nomes que nem o tempo nem as paixões conseguem apagar da memória coletiva. Um deles é o de Robespierre. Viveu 36 anos, e apenas os últimos cinco foram marcantes. Antes de sua eleição para os Estados Gerais, em 1789, nada de particular distinguia aquele jovem advogado provinciano, natural do departamento de Arras, autor de poesias sentimentais, obscuro súdito de uma das Casas Reais mais antigas e prestigiosas da Europa.

Quando Robespierre dá os primeiros passos na arena política, em uma Paris já conturbada, encontra um desdém hostil. É desengonçado, veste-se mal. Logo, no entanto, no Clube dos Jacobinos e na Assembléia Nacional, suas intervenções impõem um silêncio atento. Com o passar do tempo, cada discurso seu se torna um acontecimento político: estrondosos aplausos de um lado, protestos furiosos de outro. Sua ascensão fulminante provocará a pergunta de Necker: "Como pôde um rábula de Arras tornar-se em algumas semanas o senhor absoluto da França?"

Coisas de uma Revolução. Em curto espaço de tempo, a Monarquia e a nobreza foram abolidas, o rei decapitado, os privilégios feudais revogados, as casas senhoriais incendiadas, as terras da Igreja confiscadas. O sufrágio universal foi implantado, a Declaração Universal dos Direitos do Homem foi redigida e publicada. Em nome do predomínio da razão, modificaram-se até os sistemas de medida do tempo e do espaço, bem como a religião oficial. Três palavras — liberdade, igualdade, fraternidade — passaram a assombrar a velha Europa. "Guerra aos castelos, paz às choupanas", era o refrão repetido nas organizações populares de então.

Com o avanço da Revolução, cresce a glória de Robespierre, homem forte do Co-

DISCURSOS E RELATÓRIOS NA CONVENÇÃO

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

REITOR Antonio Celso Alves Pereira
VICE-REITORA Nilcéa Freire

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONSELHO EDITORIAL
Elon Lages Lima
Gerd Bornheim
Ivo Barbieri (*Presidente*)
Jorge Zahar (*in memoriam*)
Leandro Konder
Pedro Luiz Pereira de Souza

Maximilien de Robespierre

DISCURSOS E RELATÓRIOS NA CONVENÇÃO

TRADUÇÃO
Maria Helena Franco Martins

CONTRAPONTO

Direitos para esta edição:

CONTRAPONTO EDITORA LTDA.
Caixa Postal 56066 – CEP 22292-970
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel./fax (21) 259-4957

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Rua São Francisco Xavier, 524 – CEP 20550-013
Rio de Janeiro, RJ – Brasil
Tel./fax (21) 587-7788 / 587-7789
e-mail: eduerj@uerj.br

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total
ou parcial deste livro sem autorização das editoras.

Preparação de originais: César Benjamin
Revisão tipográfica: Tereza da Rocha
Projeto gráfico: Regina Ferraz

1ª edição: novembro de 1999
Tiragem: 2.000 exemplares

CATALOGAÇÃO NA FONTE
DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

R653d Robespierre, Maximilien de, 1758-1794.
Discursos e relatórios na Convenção / Maximilien Robespierre ; tradução Maria Helena Franco Martins. – Rio de Janeiro : EDUERJ : Contraponto, 1999.
205p.

ISBN 85-85910-26-7

1. Robespierre, Maximilien de, 1758-1794. 2. Revolucionários – História – Revolução, 1789-1799. I. Título.

CDD-944.04

Sumário

Apresentação 7
Cronologia abreviada 17

Discursos e relatórios na Convenção

I. Da influência da calúnia na Revolução 25
28 de outubro de 1792

II. Sobre a subsistência 45
2 de dezembro de 1792

III. Sobre o julgamento de Luís XVI 55
3 de dezembro de 1792

IV. Contra Dumouriez e os girondinos 67
10 de abril de 1793

V. Sobre a nova Declaração dos Direitos 87
24 de abril de 1793

VI. Sobre a Constituição 95
10 de maio de 1793

VII. Em defesa do Comitê de Salvação Pública e contra Briez 113
25 de setembro de 1793

VIII. Resposta da Convenção Nacional aos manifestos dos reis coligados contra a República 121
5 de dezembro de 1793

IX. Sobre os princípios do governo revolucionário 129
25 de dezembro de 1793

X. Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República 141
5 de fevereiro de 1794

XI. Sobre as relações das idéias religiosas e morais com os princípios republicanos e sobre as festas nacionais 163
7 de maio de 1794

XII. Último discurso 191
26 de junho (8 Termidor) de 1794

Robespierre, um inventor

*João Batista Natali**

A historiografia se alimenta com freqüência de inverdades que ela própria produz. Foi assim que circulou na segunda metade do século XIX a informação de que Maximilien de Robespierre (1758-1794) ocupava a terceira colocação entre os personagens históricos — logo após Jesus de Nazaré e Napoleão I — que teriam sido objeto da maior quantidade de ensaios, artigos ou panfletos. O exagero poderia ser contestado com facilidade fazendo-se uma consulta à Bibliothèque de France, a instituição francesa mais adequada para apoiar qualquer levantamento exaustivo de indexação bibliográfica. Mas não é a dimensão fantasiosa da quantificação superlativa que está em jogo. O relevante é que ela constitui um dos sintomas da controvérsia póstuma em que Robespierre permaneceu e ainda permanece envolvido, passados mais de dois séculos de sua erupção, relativamente breve mas muito rica em episódios, na Revolução Francesa.

Em verdade, o anti-robespierrismo tornou-se, no passado, um próspero setor na indústria européia de produção de preconceitos. O nome de Robespierre passou a concentrar aquilo que o pensamento moderado ou conservador — sobretudo dentro do catolicismo, que tardou a aceitar a própria idéia de República — repelia nas ameaças de subversão da ordem pública ou nas revoltas francesas de 1848 e de 1871. Talvez quase tanto quanto o bonapartismo — embora este se baseasse em formas mais amenas e limitadas de exercício da democracia por meio da incorporação do povo aos núcleos de decisão polí-

* Doutor pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, onde, com a orientação de Roland Barthes, defendeu a tese *Une Approche sémiologique du discours révolutionnaire (Robespierre)*. É repórter do jornal *Folha de S. Paulo*.

tica —, o jacobinismo robespierrista continuou a ser visto como uma forma contra-exemplar de exercício do poder, por conceber a violência institucional como meio necessário à conquista e à preservação das liberdades e dos direitos do cidadão, em uma espécie de contradição em termos que os discursos do próprio Robespierre procuraram, com dificuldade, contornar.

É compreensível que, décadas após ter sido guilhotinado, Robespierre se tenha mantido à tona como personagem de uma profusão de textos que raramente tomavam o partido de sua memória. Com uma freqüência bem maior, citavam-no como um delirante, mencionavam sua pretensão de usurpar a função de chefe religioso (calendário de quatro festas anuais ao Ser Supremo), citavam a excrescência jurídica da supressão, em junho de 1793, da oitiva de testemunhas em caso de condenação à morte (bastavam "provas morais", encontradas contra cerca de 1.400 vítimas). A isso juntaram-se panfletos demonofóbicos, que o apontavam como um possuído e o achincalhavam de maneira demolidora. Era preciso apequená-lo moralmente, situá-lo como uma espécie de espasmo psicótico — a guilhotina fez prováveis 18.600 vítimas, "uma coisa de loucos!" — que rompeu, por meio do Terror jacobino, com o receituário igualmente linear e "civilizado" que poderia ter orientado a emergência de uma nova harmonia institucional, nascida com o final do poder absoluto do rei a partir da convocação, na França de 1789, dos Estados Gerais. Uma percepção menos passional do papel de Robespierre só passaria a existir como alternativa política e acadêmica a partir da historiografia de Jules Michelet (1798-1874), responsável pela introdução de uma idéia republicana de história, em que o povo anônimo, aquele que o próprio Robespierre mobilizou, agia como força motriz e impessoal das transformações, pouco importando o radicalismo que elas circunstancialmente continham.

Também se compreende que a preponderância de tonalidades pejorativas no retrato póstumo do mais controvertido dirigente da Revolução Francesa foi instrumentalizada por partidos, para que, em oposição a ele, ganhassem maior nitidez em significado institucional as mudanças políticas do 9 Termidor (data da queda e da execução do próprio Robespierre), do 18 Brumário (quando o poder passa a Bonaparte) e, sobretudo, de 1815 (ano do Congresso de Viena e da recomposição da ordem conservadora na Europa, sob hegemonia da Prússia e da Áustria-Hungria). Esses episódios capitais, cada um ao seu modo, tornaram-se modelares ao garantirem a longevidade do mesmo conjunto de leis, em oposição aos sobressaltos ocorridos no início da Primeira República, marcada pela condenação e execução de Luís XVI, a Guerra Civil na Vendéia, a mudança do calendário anual, a desapropriação dos bens da Igreja e a delirante decretação do fim do cristianismo. Essas "desordens" seriam particularmente reconhecidas durante os anos de Napoleão III (1852-1870), que impôs uma nova ordem monárquica ditatorial, em que a prioridade à prosperidade coletiva deu lugar à prioridade à prosperidade individual, o que pressupunha uma política socialmente repressiva que garantisse, na França, uma industrialização sem sobressaltos revolucionários. Eram necessárias regras estáveis, em que o papel do financista e do empreendedor se sobrepusesse ao dos mais pobres (os antigos *sans-cullotes*), que, com Robespierre, haviam sido a base social, pelo menos em Paris, de sustentação do Terror.

Uma tentativa de inversão desse jogo imaginário de contrastes, que envolveu negativamente Robespierre e demonizou sua importância, ocorreria dentro da esquerda francesa por volta de 1880, com a maturidade do movimento operário socialista, que procurou, por meio de uma reinterpretação histórica, construir uma espécie de nova ética da revolução. Ela passaria a conceber a violência como um instrumento fundamental para contornar as barreiras levantadas para a humanidade no trajeto em direção a novas e inevitáveis etapas de seu "progresso". Com isso, a execução do rei em 1793 e a própria guilhotina foram submetidas a novas interpretações. Pela nova ética, tornava-se inevitável regar a revolução socialista com o sangue do

inimigo de classe. De maneira mais ou menos explícita, foi o que pensaram a Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) e, bem mais tarde, o Partido Comunista Francês (PCF) — este último, é verdade, montado por vezes na oportunista analogia entre o Terror de 1793-94 e os expurgos realizados pelo stalinismo na Rússia. De qualquer modo, para esses setores da esquerda era preciso contrapor à caricatura de Robespierre um retrato de conteúdo nitidamente positivo, capaz de destacar a idéia de que, no tempo dele e pela primeira vez, a França foi vista pelos franceses como uma nação, adquirindo consciência de sua diferença e de sua unidade. O Estado tornou-se o esboço de um instrumento da soberania popular, e não mais uma burocracia que despejava o produto dos impostos e da venalidade dos cargos públicos nas antecâmaras de Versalhes. O novo Robespierre, assim delineado, e do qual hoje talvez pouco reste, tornava-se generoso, um patriota capaz de entender que o poder político tinha suas raízes na verdade da "natureza" (a lei natural, para ele, era democrática e republicana), mas também no estômago e no coração dos cidadãos.

É inegável que cabem muitos Robespierres dentro do único personagem que a história nos legou. Há um Robespierre pacifista, que recorria à guerra como forma repulsiva e necessária para defender a Revolução. Há também o dirigente que apregoava formas pouco elaboradas ou de rica alegoria sobre a democracia parlamentar. Chegou a propor que os legisladores fossem reunidos no centro de uma espécie de estádio, cercado por arquibancadas, a partir das quais o povo representado poderia fiscalizar a fidelidade do mecanismo de representação. E há um Robespierre que cresceu politicamente quando a Revolução Francesa escorreu pelos dedos dos girondinos (partidários de uma monarquia constitucional), e em seguida pelos dedos dos moderados hebertistas, cabendo a Robespierre mobilizar a centena de seções revolucionárias parisienses, espécie de precursoras dos sovietes, para que elas pressionassem a Convenção e desafiassem sua autonomia, forçando-a a legislar de forma

mais ousada, em desobediência a composições que implicassem concessões de direitos, excitando-a para que fosse menos comedida em suas formas de aplicação da nova ordem jurídica.

Maximilien de Robespierre tinha 35 anos quando passou praticamente a controlar os rumos da Revolução Francesa. E o fez por doze meses, até ser deposto em julho de 1794. Seguiu-se a prisão, um tiro de um algoz que deformou seu maxilar inferior e, no mesmo dia, a guilhotina. Era a conclusão de uma carreira rápida e fulgurante. Solteiro, de hábitos bastante simples, o "Incorruptível", como foi chamado, advogava em Arras, cidade próxima à atual fronteira com a Bélgica, quando se elegeu para o Terceiro Estado (deputados que não pertenciam ao clero ou à nobreza) dos Estados Gerais. Em Paris, instalou-se em um quartinho apertado no andar térreo de um imóvel no Faubourg Saint-Honoré. Em poucos meses, destacou-se pela clareza de suas idéias e pelo magnetismo de suas palavras. Conquistou uma vaga no oficioso grupo de lideranças desse colegiado parlamentar de 745 franceses hoje relegados ao anonimato. Mas como orador no Clube dos Jacobinos é que sua liderança passou a crescer. Aliou-se a Georges Danton, personagem brilhante e moralmente ambíguo, e ao seu lado conduziu o processo de deposição do rei e a transformação do Comitê de Salvação Pública em Poder Executivo.

Com Luís XVI guilhotinado, os ingleses do primeiro-ministro Pitt decidem partir para a ofensiva. Os tronos europeus sentem o peso da ameaça. Há uma epidemia republicana a ser contida. Em menos de quarenta dias, a França entra em guerra com a Inglaterra, a Holanda e a Espanha. A reviravolta bélica enfraquece os grupos moderados e fortalece a intransigência de Robespierre e seus amigos. Amplia-se a coligação republicana radical. A Revolução, argumenta o deputado de Arras, precisa eliminar seus adversários para poder sobreviver e garantir a nova idéia de liberdade que traz consigo. Em nome dessa depuração dos "inimigos de dentro" institui-se o Terror, visto hoje como desnecessário pela historiografia de tradição liberal.

Foi, de qualquer modo, um processo incapaz de impor limites a seus desdobramentos. Sobem ao cadafalso deputados julgados de maneira sumária. Os sobreviventes — hebertistas, dantonistas — sentem-se ameaçados. Antes que sejam os seguintes na longa fila da decapitação, depõem Robespierre e o guilhotinam, junto com 103 outros integrantes — reais ou supostos — do partido dos robespierristas. Entre eles, Louis Saint-Just, então com 31 anos.

A riqueza factual do curto período em que Robespierre esteve em evidência permite que ele seja objeto de uma pluralidade quase infinita de enfoques. Pode-se discorrer sobre os efeitos desorganizadores que o Terror provocou na já quebrada economia francesa daquele final de século XVIII. Ou sobre a ampla coligação externa que a Revolução Francesa reuniu contra si (Maria Antonieta, a rainha guilhotinada, era irmã do imperador da Áustria). Ou ainda retratar a indignação do clero preso a vínculos de obediência a Roma, e a postura de resistência que ele incutiu no campesinato, parcela majoritária da população, ou em setores urbanos das províncias, assustados com os rumos adotados pelo novo núcleo de poder, legitimado pelas camadas populares parisienses, que pouco ou nada tinham a perder. É possível, por fim, repassar cada um dos episódios para os quais Robespierre escreveu uma sucessão de brilhantes discursos, contextualizando-os à luz de uma coreografia de alianças semoventes que foram, por sua vez, facilitadas pela rápida sucessão de fatos e pela vertiginosa velocidade com que se alterava a configuração do cenário revolucionário.

Mas o Maximilien de Robespierre que nos chega agora, nesta edição, é o tribuno, o orador, o deputado que assimilou Rousseau e os iluministas, o pragmático que sabe inexistirem referências prévias para aquele momento que, com bastante propriedade, ele acredita ser profundamente inovador. Era preciso, então, produzir essas referências por meio de palavras, lançando mão de um discurso político que criasse e popularizasse conceitos, que colocasse nos lábios do povo uma nova

terminologia da institucionalização libertária. O deputado de Arras não foi, é claro, o único a fazê-lo. A Revolução Francesa foi um viveiro de jornalistas e oradores brilhantes. Honoré Mirabeau e Jean-Paul Marat tinham maior erudição. Mas coube a Robespierre uma intervenção retórica mais apropriada à expressão do inverossímil, daquilo que se apresentava como a incandescência do paradoxo (a guilhotina e os direitos do homem, por exemplo), em nome de um conjunto férreo de princípios: a virtude, a cidadania, a liberdade, a legitimidade da representação política encarregada de manter essa mesma liberdade a qualquer custo. Nesse sentido, e nos diversos momentos de sua brevíssima carreira, Robespierre é uma espécie de agente da metaforização, dentro do espaço de poder, da palavra latente da pátria e dos patriotas que ele, sem dúvida, acreditava materializar por meio da linguagem. Em suma, reúnem-se condições que o credenciam ao estatuto de um "inventor" do discurso político.

Não se trata de reiterar o valor estilístico de uma linguagem de incontestável qualidade, refinada em seu extremo didatismo, mesmo sem a dimensão literária de um Beaumarchais ou de um Restif de La Bretonne, contemporâneos seus. Também é verdade que os prolíficos e elegantes argumentos robespierristas obedeciam à dinâmica a quente do assunto em pauta no cotidiano da política. Os princípios aos quais ele se referia com freqüência — como a liberdade e a democracia enquanto direitos "naturais" — surgem nos sucessivos discursos como pano de fundo para contextualizar questões concretas, prementes, que deveriam ser objeto de votação em plenário ou que diziam respeito a problemas táticos imediatos. Mais uma vez, seria incorreto compará-lo ao ensaísmo dos filósofos ou dos enciclopedistas, como Rousseau ou Voltaire, então já mortos, que tiveram uma influência predominante, embora sempre indireta, no plano das ações políticas concretas.

Produzir política é produzir palavras e, por meio delas, sistematizar idéias para, em seguida, induzir, convencer. Naque-

le período em que o discurso avançava por um espaço de ampla virgindade semântica, os revolucionários orgulhavam-se do que faziam. E o que faziam era historicamente inédito. Apesar de múltiplas referências à República romana, ao papel heróico de Brutus — que conspirou contra o liberticida César (este é um tema que Robespierre aborda com candura) —, tratava-se, na construção do embrião universal de uma nova democracia, de dar nome às coisas, delimitar a possibilidade de designações, propor antinomias, configurar o espaço ao mesmo tempo geográfico e discursivo em que a República reunia as condições para desabrochar. Para Robespierre, a cidadania emergente não era aquela que se definia apenas por possuir o mesmo conjunto de direitos em benefício de cidadãos fundamentalmente iguais perante a lei republicana. Os cidadãos eram também — e sobretudo — iguais perante a linguagem, capazes de se abastecer de princípios na fonte do direito natural, para em seguida dialogarem de acordo com categorias discursivas homogêneas e que lhes seriam comuns.

Dentro dessas categorias, a relação entre o representante (o parlamentar) e o representado (o povo) deve ter sua legitimidade arraigada em um mecanismo de perfeita simetria: é imperiosa a compatibilidade profunda entre a verdade revolucionária, própria ao povo patriótico, e a linguagem das decisões e das leis que, em seu nome, são formalizadas pelos agentes da representação parlamentar. Os discursos de Robespierre são uma constante tentativa — pouco importa o quanto ela seja por vezes ingênua — de impedir que surja alguma forma de inadequação entre os dois planos. A verdade de um deve ser a verdade do outro. O lapso dessa verdade é qualificado, com freqüência, de calúnia. Mas, insisto, essa "verdade" não é imaterial. É discursiva. Existe materialmente, por meio da linguagem, para produzir efeitos institucionais.

Lembremos, por exemplo, na insistência de Robespierre para que os integrantes da Convenção não se considerem "juízes" durante o processo de condenação do rei à morte. Pois o julgamento, como procedimento penal, a seu ver já ocorreu no momento em que o próprio réu procurou deixar clandestinamente a França para buscar auxílio atrás das fronteiras inimigas. Os representantes do povo devem tirar as conseqüências de uma sentença preexistente. Devem ser, portanto, "homens de Estado". Em princípio, juízes poderiam decidir pela absolvição. Homens de Estado, não. Podemos destacar dois outros exemplos, desta vez de inversão da conotação pejorativa, o que não deixa de ser uma maneira nítida de operar discursivamente. Robespierre define o Terror como uma justiça sumária, inflexível. Portanto, como uma "emanação da virtude". Em outros momentos, refere-se aos *sans-culottes* na primeira pessoa, identificando-se aos pobretões, aos que se vestem sem o refinamento dos mais ricos. Ele inverte a negatividade da conotação que, inicialmente, fora atribuída pelos girondinos.

Hoje, tais recursos de oratória poderiam ser considerados irrisórios ou banais. Mas, lendo Robespierre, nos remetemos ao período de criação de uma prática discursiva que, em dois outros parlamentos preexistentes, não assumia a mesma forma de conflito constante, não tinha os mesmos grupos antagônicos de atores sociais: o Parlamento inglês, assumidamente elitista por causa do voto censitário para a escolha dos integrantes da Câmara dos Comuns (só os filantropos, bem mais tarde, passariam a falar em nome dos interesses materiais dos *sans-culottes* britânicos), e o Congresso norte-americano, nascido de um consenso democrático e não de um confronto retoricamente violento entre facções internas discordantes. Mais uma razão, assim, para bater nas teclas do caráter inventivo da Revolução Francesa e da linguagem utilizada por seu mais ensandecido e brilhante dirigente.

Por fim, ler Robespierre é deixar-se seduzir. Há algo de trepidante na convicção e na temperatura de suas frases. Há um incessante patinar entre a seriedade dos enunciados ontológicos e a fina e lúdica ironia utilizada contra o adversário circunstancial. Há uma clareza cristalina de raciocínio. Maximi-

lien de Robespierre possuía uma ligação implicitamente amorosa com o idioma que o formou e no qual se exprimiu. Caso não estivessem referenciadas em fatos precisos da história da França, caso por um desses absurdos se tratasse da produção puramente ficcional de um insano, de um esquizofrênico, mesmo assim suas falas reuniriam todas as excepcionais qualidades de texto que se encontram em grandes autores. Convido-os, nas páginas seguintes, a comprová-lo.

Cronologia abreviada

1758

6 DE MAIO Nasce em Arras, França, Maximilien François Marie Isidore de Robespierre, em uma família da nobreza.

1781

Depois de estudar com os oratorianos no Liceu Louis-le-Grand, torna-se advogado em sua cidade natal. É muito influenciado pela leitura de Rousseau.

1782

É nomeado juiz do Tribunal Episcopal.

1789

JANEIRO É eleito (pelo Terceiro Estado) deputado para os Estados Gerais, que se reuniriam em Paris. Defende um programa arrojado: sufrágio universal com eleições diretas, instrução gratuita e obrigatória, impostos progressivos.

5 DE MAIO O rei Luís XVI instala os Estados Gerais em Versalhes, dando posse a 300 deputados da nobreza, 300 do clero e 600 do Terceiro Estado.

17 DE JUNHO Considerando que representavam 98% da população, os deputados do Terceiro Estado declaram-se constituídos em Assembléia Nacional.

20 DE JUNHO O rei manda fechar o salão de reuniões. Os deputados transferem-se para a sala do Jeu de Paume (local de recreio dos cortesãos) e fazem o juramento de "nunca se separarem e reunirem-se onde quer que as circunstâncias o exigissem", até que fosse votada uma Constituição.

9 DE JULHO À revelia da vontade do rei, os representantes do Terceiro Estado declaram instaurada uma Assembléia Nacional Constituinte. Luís XVI trama um golpe contra os deputados rebelados. Paris acompanha tensa os acontecimentos, cercada por 20 mil soldados.

14 DE JULHO Os parisienses tomam de assalto a fortaleza da Bastilha, que servia de prisão e depósito de armas, e improvisam uma guarda nacional e uma nova administração para a cidade. É o início da Revolução. Os camponeses também começam a se sublevar, atacando castelos e queimando os registros dos tributos feudais.

4 DE AGOSTO A Assembléia aprova o fim dos privilégios feudais e dos dízimos, decretando a igualdade perante os impostos.

26 DE AGOSTO A Assembléia aprova a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que, entre outras coisas, proclama o direito de resistir à opressão. Luís XVI recusa-se a sancionar as principais decisões da Assembléia. Aguarda a chegada de tropas mercenárias alemãs e suíças para pôr fim ao estado de rebelião.

PRIMEIROS DIAS DE OUTUBRO Nova sublevação em Paris. Um numeroso grupo de populares, mulheres à frente, parte para Versalhes, trazendo de lá o rei e a rainha, que são mantidos como reféns no palácio das Tulherias. A Assembléia Constituinte passa a governar efetivamente o país. Multiplicam-se sociedades de debates políticos. Entre elas, destaca-se a Sociedade dos Amigos da Constituição, que se reunia no refeitório do convento dos Jacobinos. Surge daí o nome pelo qual seriam conhecidos os integrantes da ala radical da Revolução, liderados por Robespierre.

1790

15 DE JANEIRO Inicia-se um ano de intensa atividade legislativa. A Assembléia Constituinte divide o país em 83 novos departamentos, com superfícies aproximadamente iguais, de modo a criar uma nova organização estatal, sepultar os costumes feudais, assegurar a unidade nacional e estabelecer a uniformidade administrativa.

15 DE MAIO A Assembléia autoriza a venda das propriedades nacionais em leilões públicos, dividindo as terras em parcelas pequenas que podiam ser arrematadas e pagas em doze anos.

19 DE JUNHO A Assembléia abole a nobreza hereditária, com seus títulos e brasões.

2 DE NOVEMBRO Por decreto da Assembléia, todos os bens da Igreja, sobretudo terras, passam a pertencer à nação. Começa a separação de funções entre Igreja e Estado.

1791

FEVEREIRO São abolidas as corporações e seus privilégios.

21 DE JUNHO Divulga-se uma notícia extraordinária: Luís XVI fugira do palácio das Tulherias para contra-atacar a Revolução com apoio do exterior. O rei, porém, é reconhecido e detido em Varennes, retornando a Paris sob custódia.

17 DE JULHO Grande manifestação na capital contra o rei. Robespierre se destaca como um dos principais chefes da nova insurreição.

SETEMBRO Promulga-se a nova Constituição, que não proclamava a República nem instituía o sufrágio universal, deixando ainda algumas prerrogativas ao poder real.

1792

20 DE ABRIL Compreendendo que uma intervenção estrangeira era inevitável, a nova Assembléia Legislativa antecipa-se a ela e consegue do rei uma declaração de guerra à Áustria e à Prússia. Forma-se um ministério chefiado por girondinos, agrupamento moderado cujos membros mais influentes ha-

viam sido eleitos pelo departamento da Gironda. Depois de sucessivas derrotas francesas, com as tropas prussianas já em Champagne, a Assembléia proclama que "a pátria está em perigo". Acelera-se o processo revolucionário interno, agora transformado em guerra civil. A ação do ex-constituinte jacobino Robespierre ganha grande destaque.

10 DE AGOSTO Uma sublevação popular instala na Comuna (municipalidade) de Paris a sede de um governo revolucionário, hostil aos girondinos. Robespierre é um dos chefes desse governo paralelo revolucionário. O rei é preso na torre do Templo. Nas seis semanas que se seguem, as energias se concentram na reorganização da defesa externa e na identificação dos inimigos internos. O Exército prussiano chegara a Verdun, praça forte que dominava Paris. Aqueles que — real ou supostamente — simpatizam com a intervenção estrangeira são perseguidos. As prisões se enchem, as execuções começam.

20 DE SETEMBRO Apesar de famintas e maltrapilhas, as tropas revolucionárias francesas obtêm em Valmy seu primeiro êxito significativo contra os prussianos. No mesmo dia, toma posse a Convenção Nacional, eleita por sufrágio universal (mas por reduzido número de eleitores, pois os moderados se abstêm). A Monarquia é abolida, decreta-se o ano I da República. Aumenta a disputa entre jacobinos e girondinos. O curso da guerra começa a mudar a favor do Exército francês.

1793

21 DE JANEIRO O "cidadão Luís Capeto" — ninguém menos que Luís XVI — é executado na Place de la Concorde, em Paris, por decisão da Convenção, tomada por pequena margem de votos. Robespierre teve papel de destaque na acusação. Amplia-se a coligação externa contra a Revolução. Para reforçar o Exército, a Convenção ordenará a requisição de 300 mil homens jovens. Irrompe em seguida uma revolta na Vendéia e em regiões vizinhas, dirigida por padres católicos e nobres monarquistas. Em Paris, os radicais, cuja base social eram os chamados *sans-culottes*, se fortalecem.

31 DE MAIO A 2 DE JUNHO Grandes agitações em Paris, com a prisão de 29 líderes girondinos.

24 DE JUNHO Expurgada dos chefes girondinos, a Convenção vota a Constituição do ano I, radicalmente democrática.

10 DE OUTUBRO A Convenção concede poderes extraordinários ao governo, "até a paz". O novo Executivo, com plenos poderes, se divide em dois órgãos principais: o Comitê de Salvação Pública e o Comitê de Segurança Geral. Na prática, o primeiro deles, de doze membros — entre os quais Robespierre —, assume o governo da França, com poderes ditatoriais, para "salvar o país da invasão". Para reprimir levantes contra-revolucionários e punir "traidores a serviço do estrangeiro", decide-se explicitamente "colocar o Terror na ordem do dia". Seguem-se prisões em grande escala. O país mantém cerca de um milhão de homens mobilizados no Exército. A crise social e econômica se agrava.

16 DE OUTUBRO A rainha Maria Antonieta, viúva de Luís XVI e irmã do imperador da Áustria, é executada.

1794

MARÇO Robespierre combate as tendências moderadas e participa da condenação à morte de Hébert e seus seguidores.

ABRIL Danton e Desmoulins também são executados.

10 DE JUNHO Inicia-se a fase mais pesada de repressão aos "inimigos da Revolução", conhecida como o Grande Terror. Promulga-se uma lei destinada a acelerar os julgamentos pelos tribunais revolucionários, suprimindo a defesa dos presos e a necessidade de audiências para ouvir testemunhas. Nos cinqüenta dias subseqüentes são executadas 1.376 pessoas. Na frente de combate, o Exército francês obtém vitórias, conse-

guindo repelir os invasores para além das fronteiras do país. Mas, com o aprofundamento do Terror, a base popular dos jacobinos diminui. Robespierre, apelidado de "Incorruptível" por seu modo de vida simples, torna-se o alvo principal dos descontentes.

26 DE JULHO Depois de uma ausência de seis semanas, Robespierre comparece à Convenção para defender-se das acusações de ter instituído uma ditadura. Faz seu último discurso, consciente de que será deposto e executado.

27 DE JULHO (9 TERMIDOR) Declarado "fora da lei" pela Convenção, Robespierre é preso. O movimento para libertá-lo é rapidamente sufocado.

28 DE JULHO Aos 36 anos, Robespierre é guilhotinado junto com Saint-Just (31 anos) e outros correligionários. A Convenção retoma para si os poderes. Na seqüência dos eventos, os girondinos remanescentes retomam seus lugares. Chega ao fim o Terror. É promulgada uma nova Constituição, chamada "do ano III", que, entre outras medidas, suprime o sufrágio universal.

DISCURSOS E RELATÓRIOS NA CONVENÇÃO

I

Da influência da calúnia na revolução

28 de outubro de 1792

Desde as primeiras sessões da Convenção, a maioria girondina atacou violentamente a organização da Comuna (municipalidade) de Paris como sede do novo poder revolucionário. Brissot os denunciou em 22 de setembro, sendo seguido por Kersaint, Buzot, Barbaroux e Rébecqui. Robespierre respondeu com este discurso, pronunciado no Clube dos Jacobinos. No dia seguinte, foi duramente contestado por Louvet, que solicitou um exame da sua conduta e apresentou um decreto de acusação contra Marat.

Cidadãos!

Desejo conversar convosco hoje sobre um assunto que ainda não foi tratado, que eu saiba, por qualquer escritor político. Falo do poder da calúnia. Só uma Revolução como a nossa seria capaz de manifestá-lo em toda a sua extensão. Vou revelar-vos os prodígios que a assinalaram; e haveis de convir que isto significará contribuir poderosamente para o progresso do espírito público e da verdade.

Sob o regime despótico tudo é pequeno, tudo é mesquinho; a esfera dos vícios, assim como a das virtudes, é estreita. Sob o antigo governo, o poder da calúnia limitava-se a dividir os irmãos, a indispor os esposos, a erguer a fortuna de um intrigante sobre a ruína de um justo; só operava revoluções nas antecâmaras e nos gabinetes dos reis; sua mais nobre proeza consistia em deslocar ministros ou banir cortesãos. Nossa Revolução abriu-lhe uma imensa carreira. Não são mais indivíduos, é a própria humanidade que se tornou o objeto de suas pérfidas tramas. Companheira inseparável da intriga, assim como esta última, abraçou o universo em seus complôs. Todas as

facções que se levantaram invocaram-na sucessivamente para combater a liberdade.

A opinião dera o impulso à Revolução; só a opinião poderia detê-la; cada partido, então, devia fazer naturalmente todos os seus esforços para apoderar-se dela. Os intrigantes sabiam bem que a multidão ignorante é induzida a ligar os princípios políticos aos nomes daqueles que os defendem; aplicaram-se sobretudo a difamar os mais zelosos partidários da causa popular. Fizeram mais — caluniaram a própria liberdade. Mas como desonrar a liberdade? Como difamar até aqueles que defendem publicamente sua causa? Não havia mais que um meio de consegui-lo: era pintar cada virtude com as cores do vício oposto, exagerando-o ao extremo. Era chamar de teoria desorganizadora da ordem pública as máximas da filosofia aplicadas à organização das sociedades políticas; denominar anarquia a derrubada da tirania; chamar de distúrbios, desordens, facções o movimento da Revolução; de bajulações sediciosas a reivindicação enérgica dos direitos do povo; de declamações extravagantes ou ambiciosas a oposição aos decretos tirânicos que reduzem a maioria dos cidadãos à condição de hilotas; em uma palavra, era aviltar as coisas honestas e louváveis com ditos odiosos, e disfarçar todos os sistemas da intriga e da aristocracia sob denominações honradas; pois conhecemos o império das palavras sobre o espírito dos homens. Ora, os homens da Revolução eram homens do antigo regime; e em toda parte onde houver um tolo, um homem fraco ou perverso, a calúnia e a intriga encontram com certeza um papalvo ou um agente. Desse modo, encontrava-se o meio de ressuscitar os preconceitos e os hábitos fracos ou perversos do antigo regime, para opô-los aos sentimentos generosos, às idéias sãs e puras que o reinado da liberdade supõe. Assim, fazia-se a opinião pública passar por um caminho oblíquo traçado entre os excessos monstruosos do antigo regime e os princípios do governo justo que os devia substituir, para conduzi-la ao objetivo dos intrigantes ambiciosos que desejavam dominá-la.

Segui os processos da calúnia desde a origem da Revolução e vereis que é a ela que se devem todos os eventos infelizes que perturbaram ou ensangüentaram a trajetória do movimento. Vereis que só ela ainda se opõe ao reinado da liberdade e da paz pública.

Não foi a calúnia que, pela boca dos padres, pintando os trabalhos da Assembléia Constituinte como tantos atentados contra a moral e a divindade, armou a superstição contra a liberdade, fez correr o sangue dos cidadãos em Nîmes, em Montauban e em várias regiões do império francês?

Não foi a calúnia que deteve por muito tempo os progressos do espírito público, ora aviltando com o nome de regicidas os primeiros representantes da Nação que nem sequer ousavam tocar na realeza, ora apresentando os defensores dos direitos da humanidade como perturbadores da sociedade e como apóstolos insensatos da lei agrária?

Não era a calúnia que, desatando todas as línguas aristocráticas, pregava desde então a guerra civil, incitando o ódio e o ciúme das províncias contra os parisienses? Não era ela que desejava aviltar o berço da liberdade com declamações eternas contra os primeiros atos da justiça do povo, exercida sobre alguns celerados que haviam conspirado sua ruína? Não foi ela que elevou uma barreira entre a Revolução e os outros povos da Europa, mostrando-lhes sem cessar a Nação francesa como uma horda de canibais, e o túmulo da tirania como o teatro de todos os crimes?

Acabo de vos expor o sistema dos campeões declarados do despotismo e da aristocracia. Veio Lafayette e o aperfeiçoou. Ninguém antes dele conhecera tão bem o poder da calúnia nem a arte de empregá-la. A corte cultivara os venturosos talentos que ele recebera da natureza.

Todos conhecem agora qual era o objeto de suas posturas políticas. Esse pequeno êmulo de Monk ou de Cromwell, que não era mais chefe que instrumento da facção que abraçara, desejava criar um partido intermediário entre a aristocracia he-

dionda do antigo regime e o povo, e apoiá-lo com todo o poder real, fazendo entrar Luís XVI nesse projeto. Ora, para realizá-lo, era preciso ainda começar por apresentar o próprio partido do povo como uma facção. Era preciso disfarçar a moral da igualdade e da justiça social em sistema de destruição e de anarquia, pintar os mais zelosos defensores da liberdade, seja na Assembléia Constituinte, seja em Paris, seja em todo o império, com traços assustadores para a ignorância e para os preconceitos. Eram apresentados aos grandes proprietários como bajuladores dos artesãos e dos pobres; aos comerciantes, como o flagelo do comércio; aos homens pusilânimes, como os autores de todos os movimentos da Revolução, e como perturbadores da paz pública; a todos, como extravagantes ou como sediciosos. A obra-prima da política desse partido foi fazer servir a seus projetos o nome das leis e o prestígio da própria Constituição. Enquanto lançava mão de todos os meios para modificá-la, segundo suas posturas ambiciosas e os interesses da corte, obstinava-se em persuadir que os amigos da liberdade — cujo único anseio, na época, era vê-la realizada de maneira leal e popular — não tinham outro objetivo a não ser o de destruí-la. Essa Constituição, cujos vícios todos eram obra sua, tornou-se logo, em suas mãos, um instrumento de tirania e de proscrição. Sempre nula para proteger os patriotas perseguidos, era sempre ativa para justificar todos os atentados contra a liberdade, para paliar todos os complôs da corte e da aristocracia.

Através desse sistema de calúnia, forneceu-se a todos os maus cidadãos, demasiado prudentes ou demasiado covardes para arvorar abertamente as librés da aristocracia, o meio de combater a liberdade sem parecer desertar suas bandeiras. Excluíram-se da causa popular todos os homens tímidos, fracos ou precavidos. Os ricos, os funcionários públicos, os egoístas, os intrigantes ambiciosos e os homens constituídos em autoridade alinharam-se em massa sob a bandeira dessa facção hipócrita, conhecida pelo nome de *moderados*, que foi a única a colocar a Revolução em perigo.

Assim, vê-se que a calúnia é ainda a mãe do *feuillantismo*,* esse monstro adocicado que devora acariciando, e que pensou matar a liberdade nascente, sacudindo sobre seu berço todas as serpentes do ódio e da discórdia. Foi a calúnia que fundou esses clubes antipopulares, destinados a garantir o império da facção, degradando a opinião pública; foi ela que perseguiu com tão longa e ridícula obstinação os jacobinos e as sociedades populares, para aniquilar junto com estes o patriotismo e o povo.

Não fora a calúnia que preparara essas perversidades com perversidades ainda mais abomináveis, quando Lafayette e seus cúmplices degolaram, no altar da pátria, aquela multidão de patriotas pacificamente reunidos para provocar, com uma petição, o julgamento de Luís XVI? Como, em um instante, cobriu a França com um véu fúnebre! Com que facilidade entregou todos os defensores da liberdade, os objetos da acusação e do ódio público, sob os nomes de *facciosos*, de *republicanos* etc. etc. etc.

Só a calúnia fez absolver a tirania e a traição, na pessoa do último de nossos reis. Qual é afinal seu fatal ascendente, já que, na época, reivindicar na tribuna da Assembléia Constituinte a justa severidade das leis e dos direitos da Nação ultrajada parecia aos representantes da Nação apenas uma linguagem sediciosa, um projeto responsável pela derrubada de todas as leis e pela dissolução do Estado? Qual é esse poder mágico de transformar a virtude em vício e o vício em virtude! De dar à tolice, à corrupção e à covardia o direito de acusar abertamente a coragem, a integridade e a razão! Eu vi esse escândalo. Vi os delegados de um grande povo, vis joguetes dos pérfidos charlatães que traíam a pátria, temer, caluniar o povo, declarar guerra àqueles de seus mandatários que desejavam permanecer fiéis à sua causa; imputar-lhes como crime tanto a estima de seus con-

---

* Em 16 de julho de 1791, um mês depois da fuga do rei e nas vésperas dos conflitos no Campo de Março (ver cronologia), os elementos mais moderados desertaram do Clube dos Jacobinos e instalaram-se em local próximo, na igreja do convento dos Feuillants (cistercienses). Esses dissidentes criaram um jornal defendendo "a manutenção ponto a ponto da Constituição". (N. da T.)

cidadãos como os movimentos espontâneos da indignação pública provocados pela tirania; crer estupidamente em todos esses fantasmas de complôs, de pilhagem, de ditadura com os quais os assustavam; vi esses mesmos charlatães aplaudir a própria sabedoria, a moderação, o civismo, quando derrubavam com suas próprias mãos as bases sagradas da liberdade que haviam fundado. Lembro-me ainda de que, no dia seguinte ao dia cruel que iluminou o massacre dos melhores cidadãos, cujo procedimento legítimo nos era tão estranho quanto o crime de seus carrascos, vi Pétion, que na época lutava também contra os intrigantes, acolhido pelos senadores franceses, mais ou menos como Catilina o fora um dia pelo Senado romano. Eu mesmo tive o mesmo destino! E ademais, a coalizão criminosa que dominava a Assembléia Constituinte, esses mesmos homens que a República proscreveu como traidores, discutiram seriamente, com nossos colegas, em seu clube anti-revolucionário, a idéia de fazer emitir contra mim um decreto de acusação; e se este tivesse sido proposto, a Assembléia Nacional talvez não tivesse sido detida pela justiça, mas sim por algum resquício de pudor.

Foi a calúnia que, na época, levantou a monstruosa obra da revisão da ata constitucional.

Fora ela que, antes dessa época, assassinara em Nancy os mais zelosos defensores da liberdade; foi ela que imolou ou baniu de nossos exércitos, com baixas infamantes, através de julgamentos iníquos e de ordens arbitrárias da aristocracia, os soldados mais dedicados à causa pública. Era ela que, em todas essas ocasiões, ditava as cartas dos oficiais do Exército, os relatórios dos ministros, dos corpos administrativos, os discursos dos legisladores que prostituíam seu órgão à intriga. Foi ela que encheu nossos cárceres com os cidadãos cuja energia era temida pelos tiranos; foi ela que, desde o começo da Revolução, fez correr cem vezes o sangue do povo, em nome de uma lei bárbara, cujo simples nome desonra os legisladores franceses.

Céus! A que causas desprezíveis estão ligadas as desventuras das nações! E como o filósofo deve sorrir de piedade, quando vê

de perto as vis molas dos grandes eventos que por vezes mudam a face do globo! Por dois anos, ao menos, Lafayette foi um grande homem, e o herói dos dois mundos. O mérito de pagar bem ou de adular os fazedores de jornais lhe fez as vezes de talentos e virtudes; e pouco faltou para que esse homenzinho se elevasse à ditadura sobre montes de panfletos. Os foliculários têm nas mãos o destino dos povos. Fazem ou desfazem heróis, como um certo Warwick fazia e desfazia os reis. Assim, como os príncipes calculam suas forças pela multidão de seus soldados e pelos recursos de suas finanças, os chefes das facções rivais, entre nós, calculam as deles pelo número de seus escritores e pelos meios pecuniários que têm de alimentá-los. Lafayette estava penetrado desses grandes princípios; soube cercar-se de um exército de jornalistas: a *Gazette Universelle,* o *Ami des Patriotes,* o *Journal de Paris,* a *Chronique, Monsieur Perlet lui-même* e tantos outros fizeram mais conquistas para seu partido, no espaço de alguns meses, do que ele próprio poderia ter feito na Revolução, durante meio século, à frente de um Exército francês.

Independentemente desses grandes meios, fundara as mais belas fábricas e os mais magníficos arsenais já vistos de libelos, quer laudatórios, quer vituperiosos, quer efêmeros, quer periódicos, que podia transportar a cada instante para os extremos do império, quer por intermédio de seus ajudantes-de-ordens, quer por intermédio do governo. Não preciso observar que ele não esquecia de tirar partido de seu crédito na corte, e de suas relações com a administração dos proventos reais para ampliar, a cada dia, esses úteis estabelecimentos.

Entretanto, como a verdade também tem seu poder e seus soldados, a pequena falange dos jacobinos e dos defensores da liberdade fustigava-o em sua marcha com bastante sucesso. Ele jamais pôde atingi-la enquanto permaneceu separado de uma outra facção, que por vezes combatia com os patriotas para chegar à dominação por outro caminho.

Falo daquela que tinha como chefes Lameth, Barnave e Duport. Mas quando, algum tempo antes da fuga de Luís XVI,

confederaram-se para oprimir o partido do povo, os Lameth reforçaram o exército dos libelistas de Lafayette com a junção daqueles a quem remuneravam, e sobretudo do *Logógrafo*, jornalista muito fiel, pois cumpria escrupulosamente o compromisso que assumira com o chefe da administração dos proventos reais, de desfigurar as opiniões dos deputados patriotas e de embelezar as dos oradores vendidos à corte.

Foi então que as duas facções combinadas, entrincheiradas sob o castelo das Tulherias e abrigadas pela parte da Constituição que protegia o despotismo real, caíram em cima dos patriotas com todas as suas forças, e arrebataram as vitórias do Campo de Marte, da inviolabilidade absoluta e da revisão. Foi então que a França inteira foi assolada pela epidemia do *feuillantismo*.

Durante esse período, Lafayette e seus aliados realmente reinaram na França. Ele era o herói, o libertador da Nação. Apareceu no meio do corpo legislativo; o presidente lhe disse: "A Nação mostrará com orgulho a seus amigos e inimigos a Constituição de Lafayette" — e o corpo legislativo aplaudiu com entusiasmo. Outra vez veio tratar os representantes do povo muito mais duramente que Luís XIV, quando este arengou contra o parlamento de Paris no dia em que o foi visitar, de chicote na mão; e os representantes do povo se prosternaram diante dele, curvando-se um pouco mais do que se curvara o parlamento de Paris diante de Luís XIV. Enquanto durou seu império, qualquer palavra, qualquer escrito que atacasse Lafayette era um crime. Todos os patriotas, dos quais regurgitavam os cárceres, sabem-no bem. Falar mal de Lafayette era *destruir a disciplina militar*, era *favorecer Coblentz e a Áustria*, era *pregar a anarquia e transtornar o Estado*. Ainda hoje não restaria àqueles que tinham a coragem de denunciar seus crimes passados e de predizer aqueles que premeditava senão o nome de loucos ou de facciosos, se ele não tivesse tido o cuidado de se denunciar a si mesmo, e se não tivesse desejado abusar demasiado bruscamente da credulidade — quase cheguei a dizer: da estupidez pública. O povo de Paris, que há muito já o detestava quando o adoravam alhures, e os federados dos outros departamentos, ajudados pelo próprio Lafayette, derrubaram o monstruoso edifício de sua reputação e de sua fortuna, que só caiu com o trono.

Todas as facções foram amortalhadas sob suas ruínas? O egoísmo, a ambição, a ignorância, todos os preconceitos e todas as paixões inimigas da igualdade desapareceram com Lafayette? Não, seu espírito vive ainda no meio de nós; ele deixou herdeiros de sua ambição e de suas intrigas. E quantos sucessos não podem estes prometer-se ainda, com um povo tão confiante, tão leviano quanto generoso, que por muito tempo incensou tão ridículos ídolos? Digo mais: tirai a palavra República, não vejo nada mudado. Por toda parte vejo os mesmos vícios, as mesmas cabalas, os mesmos meios, e sobretudo a calúnia. Vós, que vos dispondes a me desmentir, se fordes pessoas de boa-fé, aprendei a desconfiar de vós mesmos, pensai que é vosso hábito perceber a verdade com um atraso de dois anos; pensai que há muitas intrigas funestas, cujo sucesso favorecíeis com vossa incredulidade displicente, e que eu desnudei. Se fordes pessoas de má-fé, não vos aceito; o que vou dizer vos interessa. Quem quer que sejais, que resposta podereis dar a fatos? Que direis, quando vos tiver demonstrado que existe uma coalizão de *patriotas virtuosos*, de *republicanos austeros*, que aperfeiçoa a política criminosa de Lafayette e de seus aliados, como estes haviam aperfeiçoado a dos aristocratas declarados? Não terei sequer necessidade de vos designá-los, vós os reconhecereis por suas obras.

Digo mais: em tudo o que acabo de expor até aqui, não pensastes ler a história das intrigas do momento atual? Não reconhecestes sua tática e sua linguagem?

Após a Revolução de 14 de julho, ouvistes os aristocratas clamar contra a anarquia, falar de demagogos incendiários, deplorar eternamente a queima de alguns castelos e a punição de alguns celerados. Vistes Lafayette e seus cúmplices comentar em seguida esse texto à maneira deles, e no mesmo espírito.

Que faz a facção nova desde a revolução de 10 de agosto? Clama contra a anarquia, fala sem cessar de um partido desorganizador, de demagogos desnaturados, que confundem e lisonjeiam o povo. Pilhagem, assassinatos, conspirações, eis todas as idéias que veicula sem cessar nos 83 departamentos. Só que substituiu a palavra *facciosos*, usada por seus predecessores, por *agitadores*, um pouco menos trivial, pois sabe, como eles, que é com palavras que se conduzem os tolos e os ignorantes. E a quem dirige ela suas reprimendas? Aos aristocratas, aos emigrados, aos realistas? Não. Aos *feuillants*? Aos moderados hipócritas? Aos patriotas cujo zelo republicano remonta ao dia 10 de agosto? Não; aos patriotas que, desde o começo da Revolução, alheios a todas as facções, imperturbavelmente ligados à causa pública, marcharam pelo mesmo caminho para a meta única de toda Constituição livre, o reinado da justiça e da igualdade; àqueles que se expuseram na revolução de 10 de agosto, e que desejam que ela tenha sido feita para o povo e não para uma facção; enfim, àqueles mesmos que foram os eternos objetos das perseguições de Lafayette, da corte e de todos os seus cúmplices.

Os aristocratas e os *feuillants* encontravam sempre alguns motivos para desconhecer os direitos do povo, para aviltar seu caráter.

Os intrigantes da República os copiam nisso, com um rigor servil. Como seus predecessores, declamam contra o público que assiste às sessões da Assembléia Nacional. Não deixaram de adotar os chistes dos mais insolentes detratores do povo. Como eles, zombam do *soberano** *das tribunas*, do *soberano do terraço dos feuillants*. D'André e Mauri teriam o direito de perseguir como plagiários tais jornalistas, pretensos patriotas, que seus leitores podem reconhecer por esse traço.

---

* No original: *souverain*, o povo soberano. A acepção foi criada por Rousseau no *Contrato social*. O soberano representava a "vontade geral", a única que tinha o poder de fazer e desfazer suas próprias leis. (N. da T.)

Os aristocratas e os *feuillants* ousavam imputar aos amigos da liberdade o absurdo projeto da lei agrária. Mas era enrubescendo e nas trevas que faziam circular essa calúnia. Os intrigantes da República afixaram-na sobre os muros de Paris; fizeram com que fosse debitada à Assembléia Legislativa, onde dominavam, por um ministro que é sua criatura, e foi contra a própria assembléia eleitoral do departamento de Paris que ousaram dirigir essa absurda acusação, desmentida pela notoriedade pública e pela indignação universal. E ainda há mais: quando, imediatamente antes do decreto de abolição da realeza, provocado por um deputado de Paris, um outro deputado do mesmo departamento, conhecido pelos grandes serviços que prestou à Revolução, fez decretar que todas as propriedades ficassem sob a salvaguarda da Nação, não se viu um dos jornalistas e corifeus da coalizão da qual falo, também membro da Convenção Nacional, publicar no dia seguinte que essa moção não tinha sido feita de boa-fé?

Vistes os aristocratas e os *feuillants* declamar eternamente contra Paris. Os intrigantes da República declamam eternamente contra Paris; com a diferença que, no caso dos primeiros, não passavam de declamações, enquanto no caso dos outros é uma conspiração contra a República inteira.

Vede com que obstinação acusam esta cidade do projeto insensato de querer subjugar a liberdade do povo francês, no momento em que ela acaba de parir essa liberdade. Vede como lhe reprovam a opulência, quando ela se arruinou pela defesa da causa comum. Vede como eles erigem em privilégio odioso a permanência fortuita da assembléia representativa em seu seio, quando é a essa circunstância que são devidos, em grande parte, tanto o nascimento quanto os progressos da Revolução. Vede como chegam ao ponto de acusá-la de criminosa por relembrar seus serviços e seus sacrifícios para responder às calúnias deles. Tomarão sequer o cuidado de dissimular que é por ódio à liberdade que lhe declaram guerra? E por que afinal não cessam de ultrajar o conselho geral da Comuna, que se expôs a

todos os furores da corte na noite de 9 para 10 de agosto; que deu a essa imortal revolução o movimento necessário para fulminar o despotismo? Por que não cessam de ultrajar as seções que escolheram aqueles mesmos eleitores que eles difamaram com tanta audácia? As seções que ratificaram solenemente, por elas mesmas, a escolha daqueles mesmos deputados, que eles proscrevem sem enrubescer? Aquelas seções, enfim, que mereceram o reconhecimento, não do povo francês, mas da humanidade, pela profunda sabedoria com a qual prepararam, durante mais de quinze dias, a última revolução; pela coragem sublime com a qual deram solenemente a toda a França o sinal da santa insurreição que salvou a pátria? Enquanto os parisienses, unidos com os federados, derrotavam o despotismo; enquanto enviavam 40 mil defensores intrépidos para combater os inimigos do Estado, covardes libelistas sublevavam contra eles os franceses dos outros departamentos, enchiam de ridículos terrores e de fatais preocupações os deputados que deviam compor a Convenção Nacional, e semeavam por toda parte o germe da discórdia e de todos os males que o acompanham. Se a Convenção Nacional nada fez ainda que responda à nobreza da Revolução nem à expectativa do povo francês, não se deve buscar a causa em outra coisa senão na confiança com a qual um grande número de seus membros se abandonou aos guias infiéis que de antemão os haviam enganado. Como se ocupar da felicidade da Nação e da liberdade do mundo, quando só se está ocupado em acusar o patriotismo parisiense; quando, em meio à profunda calma que nos cerca, esperamos sem cessar as tempestades das quais tanto ouvimos falar, e esses terríveis agitadores, dos quais uma coalizão intrigante nos fala todos os dias; quando parecemos lamentar não os encontrar em parte alguma? Acontece no lugar mais recôndito de algum departamento um desses movimentos inseparáveis da Revolução que, em qualquer outro momento, não seria sequer percebido? Um ministro não perde a ocasião de fazer um relato apavorante do fato na Assembléia, e os intrigantes

da República não deixam de perorar contra os agitadores de Paris. Um barco de trigo é aprisionado por um povo alarmado com sua subsistência? São os agitadores de Paris. Soldados são acusados de insubordinação, justa ou injustamente? São os agitadores de Paris. Cem mil franceses desafortunados estão à beira da falta de pão, pela falência dos diretores de uma bancarrota pública? Credes que os intrigantes se ocuparão dos meios de socorrê-los? Só pensarão em declamar contra a Comuna de Paris, que não tem culpa alguma. Uma petição que teria granjeado elogios na boca de outro qualquer é apresentada por cidadãos de Paris? O presidente a calunia, com uma resposta insidiosa e preparada; e a facção a denuncia à França inteira. Cidadãos e magistrados mereceram a estima da República, pela vigilância corajosa com a qual descobriram e sufocaram as conspirações da corte, das quais trazem provas autênticas? Só se cogita em acusá-los; é o comitê de vigilância da Comuna de Paris. Operários do acampamento, que notoriamente carecem de trabalho, vêm espontânea e pacificamente apresentar à Assembléia uma petição legítima? É um motim, instigado pelos deputados de Paris. Um membro fica sabendo que 4 mil operários insurgem-se na praça Vendôme, a Assembléia se alarma. Não há um único operário. Outra vez, outro membro vem anunciar que o povo se revoltou no Palais-Royal. O Palais-Royal está calmo e deserto.

O que sucederia então se houvesse, com efeito, um movimento parcial, que seria impossível prever ou impedir? Aí então seria provado, aos olhos de todos os departamentos, que nada é exagerado no retrato hediondo que pintaram dos horrores dos quais Paris é o teatro, e que os representantes da República devem fugir dele, afastando-se para sempre. Eis o evento que os intrigantes da República esperam com impaciência. Felizmente até aqui os cidadãos parecem ter adivinhado sua intenção. Este povo tão feroz lutou contra a miséria; impôs silêncio à indignação que todas essas covardes perseguições podiam provocar; e não é o menor prodígio da Revolução essa calma

profunda que reina numa cidade imensa, apesar de todos os meios que empregam a cada dia para instigar, eles mesmos, algum movimento favorável a suas posturas pérfidas. Era ainda um dos principais pontos da política de Lafayette provocar ele mesmo alguns distúrbios, para amedrontar a Assembléia Nacional e todas as pessoas pacíficas, e para imputá-los em seguida aos patriotas. Ora, esses intrigantes sabem ainda imitar nisso esse conspirador, seu antigo amigo e talvez mais próximo de ainda o ser do que se pensa.

Mas a tranqüilidade pública os irrita; passam a caluniar ainda mais ardentemente os franceses de Paris; e esse grito sedicioso com o qual um dos deles, na tribuna da Assembléia Nacional, ousou formalmente convidar todos os departamentos a se unirem contra Paris é repetido todos os dias de mil maneiras diferentes, em toda a extensão da República.

Ah! Ao menos os aristocratas, até mesmo os mais desacreditados da Assembléia Constituinte, admitiam que se podia viver pacificamente em Paris, mesmo insultando a Revolução. Vi o abade Mauri e seus congêneres, após haverem blasfemado contra o povo, espantar-se com a segurança com a qual esse abade atravessava todos os dias uma multidão imensa de cidadãos que sabiam apreciar aquela gente. E quando por acaso lhe vinha a idéia de ameaçar o povo reunido, mostrando-lhe as pistolas de que estava munido, eu o vi fazer nobremente justiça aos cidadãos de Paris que facilmente o haviam subtraído à justa indignação que acabava de provocar.

Os intrigantes da República ainda não conseguiram provocar essas marcas do desprezo público, do qual pareciam estar bastante ciosos. O zelo inquieto do patriotismo nem chega mais a formar, nas vizinhanças da sala, aqueles grupos numerosos, tão caluniados pelos inimigos da Revolução; e estes não têm o insigne dissabor de encontrar cidadãos reunidos à sua passagem. Pouco importa, não cessam de apregoar pela França inteira os perigos apavorantes aos quais suas pessoas sagradas estão expostas. Como deve parecer amável aos parisienses o

abade Mauri, perto de tais republicanos que ocupam todos os dias a tribuna nacional!

Bem que Lafayette e seus amigos haviam imaginado cercar-se às vezes de um batalhão mais consistente de guardas nacionais parisienses, sob o pretexto de guardar os representantes da Nação. Mas jamais tiveram a idéia de criar para eles uma missão militar e guarda-costas ligados ao serviço dos deputados. Jamais pensaram em chamar a eles os departamentos, para defendê-los contra Paris. Todos aqueles tiranos constitucionais eram príncipes bonachões, em comparação com os pequenos tiranos da República. É verdade que as pessoas destes últimos têm importância bem diferente daquela dos legisladores precedentes; e seria faltar à espécie humana inteira confiar esse depósito sagrado a uma única cidade; é preciso que todos os departamentos franceses partilhem a honra de sua conservação; enganam-se, é preciso que sejam todas as nações do mundo.

Se pelo menos fossem apenas ridículos! Mas que profunda perversidade! Que desprezo pelo pudor e pelas leis mais santas! Vede como desprezam a majestade dos representantes da Nação francesa! Como lhes apresentam para sancionar hoje, bruscamente, seu hediondo projeto; como em seguida interditam-lhe a discussão no momento em que percebem que a opinião pública lhe desnuda toda a torpeza, ou que o simples instinto da probidade o rejeita. Contai, se puderdes, todos os pequenos meios que em vão tentaram para extorqui-lo à Convenção Nacional. Mas bem sabem prescindir da opinião desta; e enquanto submetiam esta questão a suas luzes, desprezavam-na o bastante para chamar para cercá-la, à sua revelia e contra as leis, consideráveis exércitos. Não os temamos; são compostos de cidadãos; mas apressemo-nos a desenganá-los. Julgai por certos procedimentos, julgai pelos discursos de alguns indivíduos a astúcia com a qual alguns intrigantes buscam confundi-los. A cada instante vertem em seus corações todos os venenos do ódio e da desconfiança; o que já não fazem para incitar rixas funestas e atiçar o fogo da guerra civil? Ah! Franceses, quem

quer que sejais, abraçai-vos como irmãos; e que essa santa união seja o suplício daqueles que buscam dividir-vos.

Querem ser guardados. Que crime desejam então cometer?

Querem deixar Paris, não dissimulam mais esse projeto; têm razão. A eles cabe realizar o anseio secreto que sem dúvida alimentavam aqueles primeiros inimigos da Revolução, que vez por outra creio ter ultrajado comparando-os a eles. De fato, não é no meio de um povo imenso, esclarecido, acostumado a desenredar o fio das intrigas, e do qual já são conhecidos; não é numa cidade que constitui, por assim dizer, o ponto de encontro de todos os franceses; não é sob os olhares mais penetrantes e mais vastos da opinião pública que se deve permanecer quando se tem alguma trama tenebrosa a urdir. Paris foi sucessivamente o escolho da antiga aristocracia, do despotismo real e da tirania constitucional; seria ainda o de todas as novas tiranias. Que eles partam, pois. Que cessem de fatigar a Nação com vãos terrores, com os miseráveis artifícios que empregam a cada dia para atingir esse objetivo. Que partam. Para onde vão? Em que região bem fria, bem inacessível aos ardores do patriotismo ou à luz da filosofia; em que cidade bem ignorante, ou bem trabalhada por suas manobras vão eles exercer seu feliz talento para a calúnia, para a fraude e para a intriga? Onde vão esconder-se para desmembrar o Estado e para conspirar contra a liberdade do mundo?

Mais criminosos em seus meios que todas as facções que os precederam, teriam eles posturas menos funestas? Mas que diferença há entre as facções? Os outros disputavam o fantasma do monarca para exercer a autoridade sob seu nome. Estes querem reinar sob um outro título, e se para conservar o poder lhes fosse necessário restabelecer um rei, poderiam hesitar? Para que serve, com efeito, o império da justiça e da igualdade? Ele só é bom para o povo, e quando o povo é aquilo que deve ser, os ambiciosos, os homens cúpidos e corruptos nada são.

Assim, vós os vedes formar um partido intermediário entre a aristocracia rebelde e o povo, ou os republicanos declarados.

Observai se não adulam sempre os personagens mais poderosos da República, e se não são aqueles que costumam freqüentar os que recebem seus favores em todas as ocasiões. Observai se não é a eles que se aliam os ricos, os corpos administrativos, os funcionários públicos e os cidadãos que pendem para as idéias aristocráticas, todos aqueles, mesmo, que outrora seguiam o partido dos intrigantes aos quais sucederam. Enfim, são as pessoas honestas, as pessoas distintas da República; nós somos os *sans-culottes* e a canalha.

São eles menos poderosos que seus predecessores? São muito mais. Acusam-nos de marchar para a ditadura, nós, que não temos nem Exército, nem Tesouro, nem postos, nem partido; nós, que somos intratáveis como a verdade, inflexíveis, uniformes, quase disse insuportáveis, como os princípios. Mas vede para que mãos passaram todo o poder e todas as riquezas. O Tesouro público, toda a autoridade do governo, a disposição de todos os cargos que ele distribui lhes foram entregues; eis sua administração dos proventos reais. Eles exercem o poder real sob um outro nome. Dominam no Conselho Executivo; dominam no seio da Convenção: a mesa, a poltrona, os comitês, a própria tribuna parecem ter se tornado seu patrimônio. Falar na Assembléia Nacional é menos um direito dos representantes do povo que um privilégio reservado aos amigos deles. Ser suspeito de desejar contradizer seus pontos de vista equivale à privação do direito de sufrágio. A lei, se não se tomar cuidado, não será mais que sua vontade; e para lhe dar o caráter de decreto e a autoridade da vontade geral, bastar-lhes-á manter, na assembléia dos legisladores do povo francês, um tumulto escandaloso que favoreça todas as intrigas; prolongar ou precipitar com arte o fim das deliberações, e desfraldar todos os recursos que oferecem ao talento a ciência sublime de perguntar, e sobretudo a arte de fazer morrer subitamente a discussão. Ai dos patriotas sem apoio que ousarem ainda defender a liberdade! Serão esmagados como vis insetos. Ai do povo, se ousar mostrar alguma energia, ou algum sinal de existência! Eles

sabem dividi-lo para degolá-lo com suas próprias mãos; e têm sede de seu sangue. Quando lutavam contra uma outra facção, e buscavam transigir com a corte, eram forçados a adular o povo e a poupar até certo ponto os patriotas, para intimidar seus adversários ou para combatê-los; e essa própria luta dos inimigos da igualdade deixava que os bons cidadãos respirassem. Mas hoje que eles são os chefes, sua única preocupação é desfazer-se dos mais intrépidos amigos da pátria e oprimi-los com o peso de seu ilimitado poder. É verdade que seu império, assim como o de seus predecessores, funda-se no erro, e deve ser passageiro como este. Acrescentarei mesmo que já são conhecidos em Paris. Mas não vos tranqüilizeis com demasiada presteza. Vede a barreira que ergueram entre Paris e as outras partes da República; e não percais de vista que seu sistema é precisamente fugir de Paris e anulá-la, para apagar esse imenso farol que devia iluminar a França inteira: de maneira que parecem ter arranjado o meio de escapar da opinião refugiando-se na confusão que provocam e no caos da República transtornada. Ainda haverá tempo de esclarecer os cidadãos dos 82 departamentos e de sufocar as dissensões funestas que eles buscam incitar? Tendes os meios para isso? Pois — não vos enganeis — o que parece lhes garantir a duração do poder são as facilidades imensas que conseguiram há muito tempo, para propagar o erro e para interceptar a verdade. Todos os clarins da fama, todos os canais da opinião pública estão em suas mãos: e essa confederação de tantos escritores pérfidos, sustentada por todos os recursos do poder público, é talvez mais temível para a liberdade que todas as conspirações da corte.

Que meios nos restam hoje, então, para desmantelar seus funestos projetos? Neste momento não conheço outro que não seja a união dos amigos da liberdade, a prudência e a paciência. Cidadãos, eles querem agitar-vos para vos enfraquecer, para vos dilacerar com vossas próprias mãos, e em seguida vos tornar responsáveis pela própria obra de sua perversidade: permanecei calmos e imóveis. Observai em silêncio suas criminosas manobras; deixai que se desmascarem e que eles mesmos se percam por seus próprios excessos. Um povo magnânimo e esclarecido estará sempre em condições de reclamar seus direitos e de vingar suas injúrias. Esclarecei-vos, esclarecei vossos concidadãos tanto quanto puderdes; dissipai a ilusão sobre a qual se funda o império da intriga; e ele não mais existirá.

Passar a verdade como contrabando, através de todos os obstáculos que seus inimigos lhe opõem; multiplicar, difundir por todos os meios possíveis as instruções que podem fazê-la triunfar; compensar com o zelo e com a atividade do civismo a influência dos tesouros e das maquinações prodigadas para propagar a impostura — eis, em minha opinião, a mais útil ocupação e o mais sagrado dever do patriotismo purificado; armas contra os tiranos, livros contra os intrigantes; a força para repelir os bandidos estrangeiros, a luz para reconhecer os gatunos domésticos, eis o segredo de triunfar ao mesmo tempo de todos os vossos inimigos.

II

Sobre a subsistência

2 de dezembro de 1792

A crise de abastecimento em pleno início do inverno preocupava a Convenção. Saint-Just tratou dela em 29 de novembro, e o tema foi retomado no dia seguinte por Lecointe-Puyraveau e Birotteau, a propósito dos distúrbios ocorridos em Eure-et-Loir. Em 2 de dezembro, os administradores de Chartres enviaram uma carta reclamando a adoção de medidas de urgência. Nessa ocasião, Robespierre se posicionou contra a liberdade de comércio e, sob aplausos, defendeu que a distribuição de gêneros de primeira necessidade fosse regulamentada.

Cidadãos!

Falar aos representantes do povo dos meios de prover sua subsistência não é apenas falar-lhes do mais sagrado de seus deveres; é também falar-lhes do mais precioso de seus interesses. Pois sem dúvida estes se confundem com aqueles. Não é apenas a causa dos cidadãos indigentes que desejo advogar, mas também a dos próprios proprietários e comerciantes.

Limitar-me-ei a relembrar princípios evidentes, mas que parecem esquecidos. Indicarei apenas medidas simples que já foram propostas, pois se trata menos de criar brilhantes teorias do que retornar às primeiras noções do bom senso.

Em qualquer país onde a natureza alimenta com prodigalidade as necessidades dos homens, a penúria só pode ser imputada aos vícios da administração, ou das próprias leis; as más leis e a má administração têm sua fonte nos falsos princípios e nos maus costumes.

É um fato geralmente reconhecido que o solo da França produz muito além do que é necessário para nutrir seus ha-

bitantes, e que a penúria atual é uma penúria factícia. A conseqüência desse fato e do princípio que expus pode ser deplorável, mas não é o momento de nos lisonjearmos. Cidadãos, é a vós que está reservada a glória de fazer triunfar os verdadeiros princípios, e de dar ao mundo leis justas. Não sois feitos para rastejar servilmente no buraco dos preconceitos tirânicos, cavado por vossos predecessores; ou antes, começais uma nova carreira onde ninguém vos precedeu. Deveis ao menos submeter a um exame severo todas as leis feitas sob o despotismo real, e sob os auspícios da aristocracia nobiliária, eclesiástica ou burguesa; e até aqui não tendes outras. A autoridade mais imponente que nos citam é a de um ministro de Luís XVI, combatida por um outro ministro do mesmo tirano. Vi nascer a legislação da Assembléia Constituinte sobre o comércio de grãos; era simplesmente a mesma da época que a precedera; até o momento não mudou, porque os interesses e preconceitos que constituíam sua base não mudaram. Vi, no tempo da mesma Assembléia, os mesmos eventos que se renovam nesta época; vi a aristocracia acusar o povo; vi os intrigantes hipócritas imputar seus próprios crimes aos defensores da liberdade, que chamavam de agitadores e anarquistas; vi um ministro impudente, de cuja virtude não era permitido suspeitar, exigir a adoração da França enquanto a arruinava, e, do seio dessas criminosas intrigas, vi a tirania sair armada da lei marcial para se banhar legalmente no sangue dos cidadãos esfaimados. Milhões para o ministro a quem era proibido pedir contas dos prêmios que se transformavam em benefício para as sanguessugas do povo; a liberdade indefinida de comércio e baionetas para acalmar as inquietações ou para oprimir a fome, tal foi a política louvada de nossos primeiros legisladores.

Os prêmios podiam ser discutidos; a liberdade de comércio é necessária até o ponto em que a cupidez homicida começa a abusar dela; o uso das baionetas é uma atrocidade; o sistema é essencialmente incompleto, porque não diz respeito ao verdadeiro princípio.

Os erros em que se caiu, no que toca a esse assunto, me parecem vir de duas causas principais.

1º Os autores da teoria só consideraram os gêneros mais necessários à vida como mercadoria ordinária, e não estabeleceram qualquer diferença entre o comércio do trigo, por exemplo, e o do anil; dissertaram mais sobre o comércio de grãos do que sobre a subsistência do povo e, por não ter entrado esse dado em seus cálculos, fizeram uma falsa aplicação de princípios evidentes em geral; é essa mistura de verdadeiro e falso que conferiu algo de especioso a um sistema errôneo.

2º Adaptaram-no bem menos ainda às circunstâncias tempestuosas que as revoluções propiciam, e sua vaga teoria, mesmo que fosse boa em tempos ordinários, não encontraria qualquer aplicação nas medidas instantâneas que os momentos de crise podem exigir de nós. Eles deram muita importância aos lucros dos negociantes ou dos proprietários, e quase nenhuma à vida dos homens. Não era para menos! Eram poderosos — os ministros, os ricos — que escreviam, que governavam; se fosse o povo, é provável que esse sistema tivesse sofrido algumas modificações!

O bom senso, por exemplo, indica a verdade de que os gêneros que não dizem respeito às necessidades da vida podem ser abandonados às mais limitadas especulações do comerciante; a penúria momentânea que se pode fazer sentir é sempre um inconveniente suportável, e basta que em geral a liberdade indefinida desse negócio se transforme em maior lucro do Estado e dos indivíduos; mas a vida dos homens não pode ser submetida aos mesmos acasos. Não é necessário que eu possa comprar brilhantes tecidos, mas é preciso que eu seja suficientemente rico para comprar pão, para mim e para meus filhos. O negociante pode bem guardar em seus entrepostos as mercadorias que o luxo e a vaidade cobiçam, até encontrar o momento de vendê-las ao mais alto preço possível; mas nenhum homem tem o direito de acumular montes de trigo ao lado de seu semelhante que morre de fome.

Qual é o primeiro objetivo da sociedade? É manter os direitos imprescritíveis do homem. Qual é o primeiro desses direitos? O de existir.

A primeira lei social é portanto aquela que garante a todos os membros da sociedade os meios de existir; todas as outras estão subordinadas a esta; a propriedade só foi instituída ou garantida para cimentá-la; é para viver, em primeiro lugar, que se tem propriedades. Não é verdade que a propriedade possa jamais estar em oposição com a subsistência dos homens.

Os alimentos necessários ao homem são tão sagrados quanto a própria vida. Tudo o que é indispensável para conservá-la é uma propriedade comum à sociedade inteira. Só o excedente pode ser uma propriedade individual, e pode ser abandonado à indústria dos comerciantes. Toda especulação mercantil que faço a expensas da vida de meu semelhante não é um tráfico, é uma pilhagem e um fratricídio.

Segundo esse princípio, qual é o problema a resolver, em matéria de legislação sobre os víveres? Ei-lo: assegurar a todos os membros da sociedade o gozo da porção dos frutos da terra necessária à sua existência; aos proprietários ou aos cultivadores o preço de sua indústria, entregando o supérfluo à liberdade do comércio.

Desafio o mais escrupuloso defensor da propriedade a contestar esses princípios, a menos que declare abertamente que entende por essa palavra o direito de despojar e de assassinar seus semelhantes. Como se pôde pretender, pois, que qualquer espécie de constrangimento, ou antes, que qualquer regra sobre a venda do trigo fosse um atentado à propriedade, e disfarçar esse sistema bárbaro sob o nome especioso de liberdade de comércio? Os autores desse sistema não percebem que estão necessariamente em contradição com eles mesmos?

Por que sois forçados a aprovar a proibição da exportação de grãos todas as vezes que a abundância não está assegurada internamente? Fixais vós mesmos o preço do pão, fixais o das especiarias ou das brilhantes produções da Índia? Qual é a causa de todas essas exceções, senão a própria evidência dos princípios que acabo de expor? Digo mais: o governo submete às vezes o próprio comércio dos objetos de luxo a modificações que a sã política aprova; por que então aquele que interessa à subsistência do povo seria necessariamente liberado delas?

Sem dúvida, se todos os homens fossem justos e virtuosos; se jamais a cupidez fosse tentada a devorar a subsistência do povo; se, dóceis à voz da razão e da natureza, todos os ricos se percebessem como os ecônomos da sociedade, ou como os irmãos do pobre, poder-se-ia não reconhecer outra lei senão a liberdade mais ilimitada; mas se é verdade que a avareza pode especular sobre a miséria, e a própria tirania sobre o desespero do povo; se é verdade que todas as paixões declaram guerra à humanidade sofredora, por que as leis não haveriam de reprimir esses abusos? Por que não sustariam elas a mão homicida do monopolizador, assim como a do assassino ordinário? Por que não se ocupariam elas da existência do povo, após se ter ocupado por tanto tempo dos gozos dos grandes e do poder dos déspotas?

Ora, quais são os meios de reprimir esses abusos? Pretende-se que são impraticáveis; sustento que são tão simples quanto infalíveis; pretende-se que oferecem um problema insolúvel, mesmo para a genialidade; sustento que ao menos não apresentam qualquer dificuldade ao bom senso e à boa-fé; sustento que não ferem nem o interesse do comércio, nem os direitos da propriedade.

Que a circulação em toda a extensão da República seja protegida, mas que se tomem as precauções necessárias para que a circulação ocorra. É precisamente da falta de circulação que me queixo. Pois o flagelo do povo, a fonte da penúria são os obstáculos que se interpõem à circulação, sob o pretexto de a tornar ilimitada. A subsistência pública circula, quando os especuladores ávidos a retêm amontoada em seus celeiros? Circula, quando está acumulada nas mãos de um pequeno número de milionários que a retiram do comércio para torná-la mais pre-

ciosa e mais rara, que calculam friamente quantas famílias devem perecer antes que o gênero tenha atingido o tempo fixado por sua atroz avareza? Circula, quando não faz outra coisa senão atravessar as regiões que a produziram, diante dos cidadãos indigentes que experimentam o suplício de Tântalo, para ir submergir no abismo desconhecido de algum empresário da miséria pública? Circula ela quando, ao lado das mais abundantes colheitas, o cidadão necessitado desfalece por não poder dar uma moeda de ouro ou um pedaço de papel precioso o bastante para conseguir uma parcela?

A circulação é aquela que põe o gênero de primeira necessidade ao alcance de todos os homens, e que leva às choupanas a abundância e a vida. O sangue circula, quando está obstruído no cérebro ou no peito? Circula quando corre livremente em todo o corpo; os víveres são o sangue do povo, e sua livre circulação não é menos necessária à saúde do corpo social que a do sangue à vida do corpo humano. Favorecei, pois, a livre circulação de grãos, impedindo todas as obstruções funestas. Qual é o meio de atingir esse objetivo? Tirar da cupidez o lucro e a facilidade de provocar essas obstruções. Ora, três causas as favorecem: o segredo, a liberdade sem freio e a certeza da impunidade.

O segredo, quando todos podem esconder a quantidade de víveres públicos dos quais privam a sociedade inteira; quando podem fazê-los desaparecer fraudulentamente e transportá-los, quer para os países estrangeiros, quer para os entrepostos do interior. Ora, dois meios simples são propostos: o primeiro é tomar as precauções necessárias para constatar a quantidade de grãos que cada região produziu, e aquela que cada cultivador ou proprietário colheu. O segundo consiste em forçar os comerciantes de grãos a vendê-los no mercado, e proibir qualquer transporte das compras durante a noite. Não é nem a possibilidade nem a utilidade dessas precauções que é preciso provar, pois nem uma nem outra é contestada. Seria a legitimidade? Mas como se poderia encarar como atentado à propriedade regras de política geral, comandadas pelo interesse da sociedade? Ora! Qual é o bom cidadão que pode queixar-se de ser obrigado a agir com lealdade e clareza? A quem são necessárias as trevas, senão aos conspiradores e tratantes? Aliás, já não vos provei que a sociedade tinha o direito de exigir a porção necessária à subsistência dos cidadãos? Digo mais: é o mais sagrado de seus deveres. Como então as leis necessárias para assegurar seu exercício poderiam ser injustas?

Disse que as outras causas das operações desastrosas do monopólio eram a liberdade indefinida e a impunidade. Qual o meio mais seguro de encorajar a cupidez e livrá-la de todo tipo de freio, senão estabelecer como princípio que a lei nem sequer tem o direito de vigiá-la, de lhe impor os mais leves entraves? Que a única regra a ela imposta é o poder de tudo ousar impunemente? Digo mais: tal é o grau de perfeição ao qual chegou essa teoria, que é quase aceito que os atravessadores são impecáveis; que os monopolizadores são os benfeitores da humanidade; que, nas querelas que se levantam entre eles e o povo, é sempre o povo que está errado. Ou bem o crime do monopólio é impossível, ou é real; se é uma quimera, como é que sempre se acreditou nessa quimera? Por que experimentamos suas devastações desde os primeiros tempos de nossa Revolução? Por que relatórios não suspeitos e fatos incontestáveis nos denunciam suas manobras criminosas? Se ele é real, por que estranho privilégio é o único a obter o direito de ser protegido? Que limites os vampiros impiedosos que especulassem sobre a miséria pública imporiam a seus atentados se a todo tipo de reclamação se opusessem sem cessar baionetas e a ordem expressa de crer na pureza e na benemerência de todos os atravessadores? A liberdade indefinida nada mais é senão a desculpa, a salvaguarda e a causa desse abuso. Como poderia ser o remédio? De que se queixam? Precisamente dos males que o sistema atual produziu, ou ao menos dos males que ele não pôde prevenir? E que remédio nos propõem? O sistema atual. Denuncio-vos os assassinos do povo, e respondeis: deixai-os

em paz. Nesse sistema, tudo é contra a sociedade; tudo é favorável aos comerciantes de grãos.

É aqui, legisladores, que toda a vossa sabedoria e toda a vossa circunspecção se fazem necessárias. Um tal assunto é sempre delicado de tratar; é perigoso redobrar as inquietações do povo e parecer mesmo autorizar seu descontentamento. É mais perigoso ainda calar a verdade e dissimular os princípios. Mas se quiserdes segui-los, todos os inconvenientes desaparecem: só os princípios podem estancar a fonte do mal.

Sei bem que, quando se examinam as circunstâncias de algum motim particular incitado pela penúria real ou factícia dos grãos, algumas vezes se reconhece a influência de uma causa estranha. A ambição e a intriga têm necessidade de suscitar distúrbios: por vezes são esses mesmos homens que incitam o povo, para encontrar o pretexto de degolá-lo, e para tornar a própria liberdade terrível aos olhos dos homens fracos e egoístas. Mas não é menos verdade que o povo é naturalmente reto e pacífico; é sempre guiado por uma intenção pura; os malévolos não conseguem comovê-lo, se não lhe apresentam um motivo poderoso e legítimo a seus olhos. Aproveitam-se de seu descontentamento, mais do que o fazem nascer; e quando o arrastam a procedimentos impensados, com o pretexto dos víveres, é apenas porque ele está predisposto a receber essas impressões, por causa da opressão e da miséria. Jamais um povo feliz foi um povo turbulento. Quem quer que conheça os homens, quem quer que conheça sobretudo o povo francês, sabe que um insensato ou um mau cidadão não tem o poder de sublevá-lo, sem qualquer razão, contra as leis que ele ama, e ainda menos contra os mandatários que escolheu e contra a liberdade que conquistou. Cabe a seus representantes testemunhar-lhe a confiança por ele mesmo depositada, e desmantelar a malevolência aristocrática, satisfazendo suas necessidades e acalmando suas inquietações.

As próprias inquietações dos cidadãos devem ser respeitadas. Como acalmá-los, se permaneceis na inação? As próprias

medidas que propomos, mesmo que não fossem tão necessárias quanto julgamos, basta que o cidadão as deseje, basta que elas lhe provem vosso apego a seus interesses, para vos levar a adotá-las. Já indiquei qual era a natureza e o espírito dessas leis; contentar-me-ei aqui em solicitar prioridade para os projetos de decretos que propõem precauções contra o monopólio, reservando-me o direito de propor modificações se elas forem adotadas. Já provei que essas medidas e os princípios sobre os quais se fundam eram necessários ao povo. Vou provar que são úteis aos ricos e a todos os proprietários.

Não lhes tiro qualquer lucro honesto, qualquer propriedade legítima; só lhes tiro o direito de atentar contra a de outrem; não destruo o comércio, mas a pilhagem do monopolizador; só os condeno à pena de deixar seus semelhantes viverem. Ora, sem dúvida nada lhes pode ser mais vantajoso; o maior serviço que o legislador pode prestar aos homens é forçá-los a ser pessoas honestas. O maior interesse do homem não é amealhar tesouros, e a mais doce propriedade não é devorar a subsistência de cem famílias desafortunadas. O prazer de consolar os semelhantes e a glória de servir à pátria bem valem essa vantagem deplorável. Para que pode servir aos especuladores mais ávidos a liberdade indefinida de seu odioso tráfico? Para ser oprimidos ou opressores. Esse último destino, sobretudo, é horrível. Ricos egoístas, sabei prever e prevenir os resultados terríveis da luta do orgulho e das paixões covardes contra a justiça e contra a humanidade. Que o exemplo dos nobres e dos reis vos instrua. Aprendei a saborear os encantos da igualdade e as delícias da virtude; ou ao menos contentai-vos com as vantagens que a fortuna vos dá, e deixai ao povo pão, trabalho e bons costumes. É em vão que os inimigos da liberdade se agitam para dilacerar o seio de sua pátria; não conseguirão deter o curso da razão humana, assim como não podem deter o do sol; a covardia não triunfará da coragem; cabe ao gênio da intriga fugir diante do gênio da liberdade. E vós, legisladores, lembrai-vos de que não sois os representantes de uma casta privilegia-

da, mas do povo francês; não esqueçais que a fonte da ordem é a justiça; que a mais segura garantia da tranqüilidade pública é a felicidade dos cidadãos, e que as longas convulsões que dilaceram os Estados não são mais que o combate dos preconceitos contra os princípios, do egoísmo contra o interesse geral; do orgulho e das paixões dos homens poderosos contra os direitos e contra as necessidades dos fracos.

III

Sobre o julgamento de Luís XVI

3 de dezembro de 1792

O julgamento de Luís XVI foi um dos grandes momentos da disputa entre jacobinos e girondinos. A Convenção hesitou muito em se pronunciar a favor de um processo político, tal como defendiam Saint-Just e Robespierre; segundo muitos deputados, faltavam provas irrefutáveis de traição. A sorte começou a mudar com a descoberta, em um armário do palácio das Tulherias, de documentos que comprovavam a cumplicidade do rei com potências estrangeiras hostis. Robespierre foi diversas vezes à tribuna, em nome da Nação, tanto no Clube dos Jacobinos como na Assembléia. Sua argumentação contribuiu decisivamente para a condenação de Luís XVI à morte, por fraca maioria, depois de um longo debate. O rei foi executado em 21 de janeiro de 1793.

Cidadãos!

A Assembléia foi arrastada, à sua revelia, para longe da verdadeira questão. Aqui não há processo a mover. Luís não é um acusado; vós não sois juízes; não sois, nem podeis ser, senão homens de Estado, e representantes da Nação. Não tendes uma sentença a pronunciar a favor de um homem ou contra ele; mas uma medida de salvação pública a tomar, um ato de providência nacional a exercer. Um rei destronado, na República, só serve para duas coisas: perturbar a tranqüilidade do Estado e abalar a liberdade, ou fortalecer uma e outra. Ora, sustento que o caráter que vossa deliberação tomou até aqui vai diretamente contra este último objetivo.

Com efeito, qual é a posição que a sã política prescreve para cimentar a República nascente? É gravar profundamente nos corações o desprezo pela realeza e provocar o estupor de todos

os partidários do rei. Portanto, apresentar ao universo seu crime como um problema; sua causa como o objeto da discussão mais imponente, mais religiosa, mais difícil que possa ocupar os representantes do povo francês; colocar uma distância incomensurável entre a simples lembrança do que ele foi e a dignidade de um cidadão é precisamente ter descoberto o segredo de torná-lo ainda perigoso para a liberdade.

Luís foi rei, e a República está fundada; a famosa questão que vos ocupa está decidida por estas simples palavras. Luís foi destronado por seus crimes; Luís denunciava o povo francês como rebelde; chamou, para castigá-lo, os exércitos dos tiranos, seus confrades; a vitória e o povo decidiram que era ele o único rebelde; portanto, Luís não pode ser julgado; já foi julgado. Está condenado, ou a República não está absolvida. Propor o processo de Luís XVI, seja da maneira que for, é retroceder ao despotismo real e constitucional; é uma idéia contra-revolucionária; pois é colocar a própria Revolução em litígio. Com efeito, se Luís pode ser ainda objeto de processo, Luís pode ser absolvido; pode ser inocente. Digo mais: ele é considerado inocente até que seja julgado. Mas se Luís for absolvido, se for considerado inocente, o que será da Revolução? Se Luís for inocente, todos os defensores da liberdade tornam-se caluniadores. Todos os rebeldes eram amigos da verdade e defensores da inocência oprimida; todos os manifestos das cortes estrangeiras não são mais que reclamações legítimas contra uma facção dominadora. A própria detenção que Luís sofreu até este momento é um vexame injusto; os federados, o povo de Paris, todos os patriotas do império francês são criminosos; e esse grande processo, pendente no tribunal da natureza, entre o crime e a virtude, entre a liberdade e a tirania foi enfim decidido a favor do crime e da tirania. Cidadãos, acautelai-vos; sois aqui enganados por falsas noções; confundis as regras do direito civil e positivo com os princípios do direito das pessoas; confundis as relações dos cidadãos entre eles com as relações das nações com um inimigo que conspira contra ela; confundis

ainda a situação de um povo em revolução com a de um povo cujo governo está consolidado; confundis uma Nação que pune um funcionário público, conservando a forma do governo, com aquela que destrói o próprio governo. Referimo-nos a idéias que nos são familiares, um caso extraordinário que depende dos princípios que jamais aplicamos. Assim, porque estamos acostumados a ver os delitos dos quais somos testemunhas julgados segundo as regras uniformes, somos naturalmente levados a crer que em nenhuma circunstância as nações podem, com eqüidade, fazer mal a um homem que violou seus direitos; e onde não vemos um jurado, um tribunal, um processo, não encontramos a justiça. Esses próprios termos que aplicamos a idéias diferentes daquelas que eles exprimem no uso comum completam nosso engano. O império natural do hábito é tal que encaramos as convenções mais arbitrárias, por vezes mesmo as instituições mais defeituosas, como a regra absoluta do verdadeiro ou do falso, do justo ou do injusto. Nem mesmo imaginamos que a maioria delas ainda está necessariamente ligada aos preconceitos com os quais o despotismo nos nutriu; por tanto tempo nos curvamos sob seu jugo, que dificilmente nos reerguemos aos princípios eternos da razão; que tudo o que remonta à fonte sagrada de todas as leis parece assumir, a nossos olhos, um caráter ilegal, e que a própria ordem da natureza nos parece uma desordem. Os movimentos majestosos de um grande povo, os sublimes impulsos da virtude apresentam-se com freqüência, aos nossos olhos tímidos, como as erupções de um vulcão, ou a derrubada da sociedade política; e certamente não é a menor causa dos distúrbios que nos agitam essa contradição eterna entre a fraqueza de nossos costumes, a depravação de nossos espíritos e a pureza dos princípios, a energia dos caracteres suposta pelo governo livre que ousamos almejar.

Quando uma Nação foi forçada a recorrer ao direito de insurreição, volta ao estado natural com relação ao tirano. Como poderia este invocar o pacto social? Ele aniquilou-o. A Nação

pode conservá-lo ainda, se julgar conveniente, no que concerne às relações dos cidadãos entre eles: mas o efeito da tirania e da insurreição é rompê-lo inteiramente no que se refere ao tirano; é colocá-los reciprocamente em estado de guerra; os tribunais, os processos judiciários são feitos para os membros da cidade. É uma contradição grosseira supor que a Constituição pode presidir essa nova ordem de coisas; seria supor que ela sobrevive a si mesma. Quais são as leis que a substituem? As da natureza, aquela que é a base da própria sociedade: a salvação do povo. O direito de punir o tirano e o de destroná-lo são a mesma coisa. Um não comporta formas diferentes das que comporta o outro; o processo contra o tirano é a insurreição; seu julgamento é a queda de seu poder; sua pena, a exigida pela liberdade do povo.

Os povos não julgam como as cortes judiciárias; não pronunciam sentenças; fulminam; não condenam os reis, mergulham-nos de novo no nada; e essa justiça bem vale a dos tribunais. Se é por sua salvação que os povos se armam contra seus opressores, como seriam eles obrigados a adotar um modo de puni-los que constituiria para eles um novo perigo?

Deixamo-nos induzir ao erro por exemplos estrangeiros que nada têm em comum conosco. Cromwell fez com que Carlos I fosse julgado por um tribunal do qual dispunha; Elisabeth mandou condenar Maria da Escócia da mesma maneira: é natural que tiranos que imolam seus semelhantes não ao povo, mas a sua ambição, procurem enganar a opinião do vulgo com formas ilusórias. Não se trata aí nem de princípios, nem de liberdade, mas de velhacaria e de intrigas: mas o povo! Que outra lei pode ele seguir, senão a justiça e a razão, apoiadas por seu poder irrestrito?

Em que República a necessidade de punir o tirano foi litigiosa? Tarquínio foi levado a julgamento? Que teriam dito em Roma, se romanos houvessem ousado declarar-se seus defensores? Que fazemos nós? Chamamos de todo canto *advogados para defender a causa de Luís XVI.*

Consagramos como atos legítimos aquilo que em qualquer povo livre teria sido visto como o maior dos crimes. Nós mesmos convidamos os cidadãos à baixeza e à corrupção. Um dia poderemos bem atribuir aos defensores de Luís coroas cívicas; pois se eles defendem sua causa, podem esperar fazê-la triunfar; do contrário, não ofereceríeis ao universo mais que uma ridícula comédia. E ousamos falar de República! Invocamos formas porque não temos princípios; gabamo-nos de delicadeza porque nos falta energia; exibimos uma falsa humanidade porque o sentimento da verdadeira humanidade nos é estranho; reverenciamos a sombra de um rei porque não sabemos respeitar o povo; somos ternos com os opressores porque somos sem entranhas para com os oprimidos.

O processo de Luís XVI! Mas o que é esse processo, senão o apelo da insurreição a um tribunal ou a uma assembléia qualquer? Quando um rei foi aniquilado pelo povo, quem tem o direito de ressuscitá-lo para fazer dele um novo pretexto de distúrbio e rebelião? E que outros efeitos pode esse sistema produzir? Abrindo uma arena aos campeões de Luís XVI, ressuscitais todas as querelas do despotismo contra a liberdade; consagrais o direito de blasfemar contra a República e contra o povo, pois o direito de defender o antigo déspota implica o direito de dizer tudo o que diz respeito à sua causa. Despertais todas as facções; reanimais, encorajais o realismo adormecido. Poder-se-á livremente tomar partido a favor ou contra. O que haverá de mais legítimo, de mais natural do que repetir por toda parte as máximas que seus defensores poderão professar altivamente na vossa barra e na vossa própria tribuna? Que República, esta cujos fundadores lhe instigam em toda parte adversários para atacá-la em seu berço!

Vede os rápidos progressos que já fez esse sistema. No mês de agosto último, todos os partidários da realeza se escondiam; quem quer que tivesse ousado empreender a apologia de Luís XVI teria sido punido como um traidor. Hoje, eles levantam impunemente uma fronte audaciosa; hoje, os escritores

mais desacreditados da aristocracia retomam com confiança suas penas envenenadas.

Hoje, escritos insolentes, precursores de todos os atentados, inundam a cidade onde residis, os 84 departamentos e até o pórtico deste santuário da liberdade. Hoje homens armados, convocados, retidos dentro desses muros, à vossa revelia, contra as leis, fizeram ressoar nas ruas desta cidade gritos sediciosos que clamam pela impunidade de Luís XVI. Hoje Paris encerra em seu seio homens reunidos — disseram-vos — para arrancá-lo à justiça da Nação. Não vos resta outra coisa a fazer senão abrir este recinto aos atletas que já se aprestam a disputar a honra de terçar lanças em favor da realeza. Digo mais: hoje Luís divide os mandatários do povo; fala-se a favor, fala-se contra ele. Dois meses atrás, quem poderia ter suspeitado que sua inviolabilidade seria uma questão aqui? Mas desde que um membro da Convenção Nacional (o cidadão Pétion) apresentou a questão — *se o rei podia ser julgado* — como o objeto de uma deliberação séria, que antecedia qualquer outra questão, a inviolabilidade com a qual os conspiradores da Assembléia Constituinte cobriram os primeiros perjúrios dele foi invocada para proteger seus últimos atentados. Oh, crime! Oh, vergonha! Na tribuna do povo francês retumbou o panegírico de Luís XVI. Ouvimos o louvor das virtudes e benefícios do tirano. Mal conseguimos arrancar à injustiça de uma decisão precipitada a honra ou a liberdade dos melhores cidadãos; digo mais: vimos serem acolhidas com júbilo escandaloso as mais atrozes calúnias contra representantes do povo, conhecidos por seu zelo pela liberdade. Vimos uma parcela dos membros desta Assembléia proscrita por seus colegas, quase imediatamente após terem sido denunciados pela estupidez e pela perversidade combinadas: a causa do simples tirano é tão sagrada que não pode ser discutida nem com suficiente tempo, nem com suficiente liberdade: e por que isso nos espantaria? Esse duplo fenômeno diz respeito à mesma causa. Aqueles que se interessam por Luís ou por seus congêneres devem ter sede do sangue

dos deputados do povo que, pela segunda vez, pedem sua punição; só podem perdoar aqueles cuja posição se abrandou a seu favor. O projeto de acorrentar o povo degolando seus defensores terá sido abandonado sequer por um momento? E todos os velhacos que os proscrevem hoje, chamando-os de anarquistas e de agitadores, não devem, eles mesmos, incitar os distúrbios que seu pérfido sistema nos pressagia? Se acreditarmos neles, o processo durará ao menos vários meses; chegará à época da próxima primavera, quando os déspotas nos devem dirigir um ataque geral. E que caminho aberto aos conspiradores! Que alimento dado à intriga e à aristocracia! Assim, todos os partidários da tirania poderão esperar ainda, auxiliados por seus aliados; e os exércitos estrangeiros poderão encorajar a audácia do tribunal que deve pronunciar-se sobre o destino de Luís, ao mesmo tempo que o ouro deles tentará a fidelidade daquele tribunal. Desejo muito crer ainda que a República não é um vão nome com o qual nos divertem. Mas que outros meios se poderia empregar, no desejo de restabelecer a realeza?

Céus! Todas as hordas ferozes do despotismo aprestam-se a dilacerar de novo o seio de nossa pátria, em nome de Luís XVI. Luís combate ainda contra nós, do fundo de sua prisão; e duvidam que seja culpado; que seja lícito tratá-lo como inimigo; pergunta-se quais são as leis que o condenam. Invoca-se a Constituição a seu favor. Irei abster-me aqui de repetir todos os argumentos sem réplica expostos por aqueles que se dignaram combater esse tipo de objeção. Sobre isso direi apenas uma palavra, dirigida aos que eles não tiverem conseguido convencer. A Constituição vos proibia tudo o que fizestes. Se ele só podia ser punido pela deposição, não podíeis acusá-lo sem ter instruído seu processo. Não tínheis o direito de retê-lo na prisão; ele tem o de pedir sua liberação e ressarcimento de perdas e danos. A Constituição vos condena; prosternai-vos diante de Luís para invocar sua clemência. Quanto a mim, enrubesceria ao discutir mais seriamente esses argumentos constitucionais. Relego-os aos bancos da escola ou do palácio, ou

antes aos gabinetes de Londres, de Viena ou de Berlim. Não sei discutir demoradamente quando estou convencido de que é um escândalo deliberar.

É uma grande causa — disseram —, que é preciso julgar com sábia e lenta circunspecção. Sois vós que fazeis dela uma grande causa. Digo mais: sois vós que fazeis dela uma causa? Que grandiosidade encontrais nela? Será a dificuldade? Não. Será o personagem? Aos olhos da liberdade, não há outro mais vil; aos olhos da humanidade, não há outro mais criminoso. Só pode enganar ainda aqueles que são mais covardes que ele. Será a utilidade do resultado? É uma razão a mais para apressá-lo. Uma grande causa é um projeto de lei popular; uma grande causa é a de um infeliz oprimido pelo despotismo. Qual é o motivo dessas demoras eternas que nos recomendais? Temeis ferir a opinião do povo? Como se o próprio povo temesse outra coisa que não a fraqueza ou a ambição de seus mandatários! Como se o povo fosse um vil rebanho de escravos, estupidamente ligado ao estúpido tirano que proscreveu, desejando a qualquer preço chafurdar na baixeza e na servidão! Falais da opinião; não cabe a vós dirigi-la, fortificá-la? Se ela se desnorteia, se deprava, a quem caberá a culpa, senão a vós mesmos? Temeis descontentar os reis estrangeiros, ligados contra nós? Oh! Sem dúvida o meio de vencê-los é parecer temê-los. O meio de destruir a criminosa conspiração dos déspotas da Europa é respeitar seu cúmplice. Temeis os povos estrangeiros? Credes então ainda no amor inato pela tirania. Por que então aspirais à glória de libertar o gênero humano? Por que contradição supondes que as nações que não se espantaram com a proclamação dos direitos da humanidade ficarão apavoradas com o castigo de um de seus mais cruéis opressores? Enfim, temeis — dizem — a opinião da posteridade. Sim, a posteridade se espantará realmente com vossa inconseqüência e com vossa fraqueza; e nossos descendentes rirão ao mesmo tempo da presunção e dos preconceitos de seus pais. Disseram que era preciso gênio para aprofundar essa questão; sustento que não é

preciso mais que boa-fé: trata-se bem menos de se esclarecer do que de não cegar-se voluntariamente. Por que aquilo que nos parece claro num certo momento parece-nos obscuro em outro? Por que aquilo que o bom senso do povo decide com facilidade transforma-se, para seus delegados, em problema quase insolúvel? Temos nós o direito de ter uma vontade contrária à vontade geral, e uma sabedoria diferente da razão universal?

Ouvi os defensores da inviolabilidade apresentar um princípio ousado, que eu mesmo quase hesitaria em enunciar. Disseram que aqueles que tivessem imolado Luís XVI em 10 de agosto teriam praticado uma ação virtuosa. Mas a única base dessa opinião não pode ser outra senão os crimes de Luís XVI e os direitos do povo. Ora, três meses de intervalo mudaram seus crimes ou os direitos do povo? Se naquele momento ele foi arrancado à indignação pública, sem dúvida foi unicamente para que sua punição, ordenada solenemente pela Convenção Nacional em nome da Nação, se impusesse mais aos inimigos da humanidade; mas questionar de novo se ele é culpado ou se pode ser punido é trair a fé outorgada ao povo francês. Há talvez pessoas que, seja para impedir que a Assembléia tome um caráter digno dela, seja para arrebatar às nações um exemplo que elevaria as almas à altura dos princípios republicanos, seja por motivos ainda mais vergonhosos, não se agastariam se uma mão privada exercesse as funções da justiça nacional. Cidadãos, desconfiai dessa armadilha; quem quer que ousasse dar tal conselho só serviria aos inimigos do povo. Aconteça o que acontecer, a punição de Luís doravante só será boa na medida em que assumir o caráter solene de uma vingança pública.

Que importa ao povo o desprezível indivíduo do último dos reis? Representantes, o que lhe importa, o que importa a vós mesmos é que cumprais os deveres que a confiança do povo vos impôs. Proclamastes a República, mas no-la destes? Ainda não fizemos sequer uma lei digna deste nome; ainda não reformamos um único abuso do despotismo. Tirai os nomes; ainda temos a tirania inteira, e ademais as facções mais vis e os char-

latães mais imorais, com novos fermentos de distúrbios e de guerra civil. A República! E Luís ainda vive! E ainda colocais a pessoa do rei entre nós e a liberdade! À força de escrúpulos, temamos nos tornar criminosos; temamos que, ao mostrar demasiada indulgência para com o culpado, nos coloquemos nós mesmos em seu lugar.

Nova dificuldade. A que pena condenaremos Luís? A pena de morte é demasiado cruel. Não — diz outro —, a vida é mais cruel ainda. Peço que ele viva. Advogados do rei, é por piedade ou por crueldade que desejais subtraí-lo à pena por seus crimes? Por mim, abomino a pena de morte prodigada por vossas leis, e não tenho por Luís nem amor nem ódio: odeio apenas seus crimes. Solicitei a abolição da pena de morte à Assembléia que denominais ainda Constituinte, e não é minha culpa se os primeiros princípios da razão lhe pareceram heresias morais e políticas. Mas se jamais vos lembrastes de reivindicá-los em favor de tantos infelizes, cujos delitos são menos deles que do governo, por que fatalidade só vos lembrais desses princípios para advogar a causa do maior de todos os criminosos? Pedis uma exceção à pena de morte para o único que pode legitimá-la? Sim, a pena de morte em geral é um crime, e pela simples razão que, segundo os princípios indestrutíveis da natureza, só pode ser justificada nos casos em que é necessária à segurança dos indivíduos ou do corpo social. Ora, jamais a segurança pública a prescreve contra delitos ordinários, porque a sociedade pode sempre evitá-los por outros meios, colocando o culpado na impossibilidade de prejudicá-la. Mas um rei destronado no seio de uma revolução nada menos que cimentada pelas leis; um rei cujo simples nome atrai o flagelo da guerra sobre a Nação agitada, nem a prisão nem o exílio podem tornar sua existência indiferente à felicidade pública; e essa cruel exceção às leis ordinárias que a justiça reconhece só pode ser imputada à natureza de seus crimes. Pronuncio com repugnância esta fatal verdade... Mas Luís deve morrer porque é preciso que a pátria viva. Um povo pacífico, livre e respeitado, tanto no interior

quanto no exterior, poderia escutar os conselhos de generosidade que lhe dão. Mas um povo ao qual ainda se disputa a liberdade, após tantos sacrifícios e combates; um povo cujas leis só são inexoráveis para os infelizes; um povo que vê os crimes da tirania tornarem-se objeto de disputa deve desejar que o vinguem; e a generosidade pela qual somos louvados seria demasiado semelhante à de uma sociedade de patifes que repartem despojos.

Proponho-vos que delibereis desde este momento sobre o destino de Luís. Quanto a sua mulher, ireis enviá-la aos tribunais, assim como todas as pessoas acusadas dos mesmos atentados. Seu filho será guardado no Templo, até que a paz e a liberdade pública estejam consolidadas. Quanto a ele, solicito que a Convenção *o declare, desde este momento, traidor da Nação francesa, criminoso para com a humanidade*; solicito que se dê um grande exemplo ao mundo, no próprio lugar onde morreram, em 10 de agosto, os generais mártires da liberdade. Solicito que esse evento memorável seja considerado por um monumento destinado a nutrir no coração dos povos o sentimento de seus direitos e o horror dos tiranos; e na alma dos tiranos o terror salutar da justiça do povo.

IV

Contra Dumouriez e os girondinos

10 de abril de 1793

Circulava em Paris uma moção que reivindicava a abertura de processo contra os chefes da maioria girondina. No Clube dos Jacobinos e na Convenção, Robespierre fazia pesados ataques contra eles, acusando-os de cumplicidade com a Corte e com Dumouriez, a quem acusava diretamente. Nos primeiros dias de junho de 1793, esses ataques resultaram em um decreto formal de acusação contra 29 deputados girondinos, fazendo com que outros buscassem refúgio fora de Paris. Depois desse expurgo, a Convenção votou rapidamente a Constituição do ano I, radicalmente democrática.

Cidadãos!

Uma facção poderosa conspira com os tiranos da Europa para nos dar um rei, com uma espécie de constituição aristocrática. Ela espera conduzir-nos a essa transação vergonhosa pela força das armas estrangeiras e pelos distúrbios internos. Esse sistema convém ao governo inglês, convém a Pitt, a alma de toda essa liga; convém a todos os ambiciosos; agrada a todos os aristocratas burgueses que têm horror à igualdade, e que se sentiram mesmo assustados com relação a suas propriedades; agrada até mesmo aos nobres, demasiado felizes por encontrar na representação aristocrática e na corte de um novo rei as distinções orgulhosas que lhes escapavam. A República só convém ao povo, aos homens de todas as condições que têm alma pura e elevada, aos filósofos amigos da humanidade, aos *sans-culottes* que, na França, ostentaram orgulhosamente esse título, com o qual Lafayette e a audaciosa corte desejavam aviltá-los, assim como os republicanos da Holanda se apoderaram do título de *indigentes*, que o duque de Alba lhes havia dado.

O sistema aristocrático de que falo era o de Lafayette e de todos os seus congêneres, conhecidos pelo nome de *feuillants*, e de *moderados*; foi continuado por aqueles que sucederam ao seu poder. Alguns personagens mudaram, mas o objetivo é semelhante; os meios são os mesmos, com a diferença de que os continuadores ampliaram seus recursos e aumentaram o número de seus partidários.

Todos os ambiciosos que até aqui apareceram no teatro da Revolução tiveram em comum o fato de defenderem os direitos do povo, por tanto tempo quanto julgaram necessário. Todos o encararam como um estúpido rebanho, destinado a ser conduzido pelo mais hábil ou pelo mais forte. Todos encararam as assembléias representativas como corpos compostos de homens cúpidos ou crédulos, que era preciso corromper ou enganar, para fazer com que servissem a seus projetos criminosos. Todos serviram-se das sociedades populares contra a corte, e desde o momento em que fizeram seu pacto com esta, ou que a substituíram, trabalharam para destruí-las. Todos lutaram sucessivamente a favor de ou contra os jacobinos, segundo as épocas e as circunstâncias.

Assim como seus predecessores, os dominadores atuais esconderam sua ambição sob a máscara da moderação e do amor pela ordem. Como seus predecessores, buscaram desacreditar os princípios da liberdade.

Para melhor consegui-lo, chegaram mesmo a fazer por vezes ridículas aplicações desses princípios. Chamaram todos os amigos da pátria de agitadores, de anarquistas, chegando por vezes a suscitar agitadores verdadeiros para realizar essa calúnia. Mostraram-se hábeis na arte de cobrir seus crimes, imputando-os ao povo. Muito cedo espantaram os cidadãos com o fantasma de uma lei agrária; separaram o interesse dos ricos do interesse dos pobres; apresentaram-se aos primeiros como seus protetores contra os *sans-culottes*; atraíram para seu partido todos os inimigos da igualdade. Senhores do governo e de todos os postos, dominando nos tribunais e nos corpos administrativos, depositários do Tesouro público, empregaram todo o seu poder para deter o progresso do espírito público, para despertar o realismo e para ressuscitar a aristocracia; oprimiram os patriotas enérgicos, protegeram os moderados hipócritas; corromperam sucessivamente os defensores do povo, ligaram à sua causa aqueles que mostravam algum talento, e perseguiram os que não podiam seduzir. Como a República podia subsistir, quando todo o poder público esgotava-se para desencorajar a virtude e para recompensar a falta de civismo e a perfídia?

A facção que hoje domina estava formada muito tempo antes da Convenção Nacional. No fim de julho passado, negociavam com a corte para obter a volta dos ministros que haviam feito nomear no mês de janeiro. Uma das condições do tratado era a nomeação de um preceptor para o príncipe real; não é necessário dizer que a escolha devia recair em um deles. Na mesma época, opunham-se com todas as forças à deposição de Luís, pedida pelo povo e pelos federados; fizeram decretar uma mensagem e advertências ao rei. Nada negligenciaram para impedir a revolução de 10 de agosto; desde o dia seguinte trabalharam eficazmente para deter-lhe o andamento. No próprio dia 10, fizeram tudo o que estava em suas mãos para que o ex-rei não fosse encerrado no Templo; trataram de nos ligar de novo à realeza, fazendo com que a Assembléia Legislativa decretasse a nomeação de um preceptor para o príncipe real. Por esses fatos, consignados nas atas públicas e na história de nossa Revolução, já reconheceis os Brissot, os Guadet, os Vergniaud, os Gensonné, e outros agentes hipócritas da mesma coalizão.

Ao mesmo tempo, nada esqueceram para desonrar a Revolução que acabava de parir a República. Desde o dia seguinte a 10 de agosto, caluniavam o conselho da Comuna que, na noite anterior, acabara de se bater pela liberdade, ao mesmo tempo que entravavam todas as operações da Comuna com suas intrigas e com os decretos que ditavam à Assembléia Legislativa.

Foram os únicos a colher os frutos da vitória do povo; chegaram mesmo a se atribuir toda a honra desse triunfo. Seu pri-

meiro cuidado, após o ato que conservava os direitos do príncipe real e da realeza, foi reconduzir ao ministério suas criaturas: Servan, Clavière e Roland. Estes aplicaram-se sobretudo a apoderar-se da opinião pública; haviam tido o cuidado de colocar nas mãos de Roland enormes quantias para moldá-la a seu modo. Autores ou financiadores dos jornais mais difundidos não cessaram de enganar a França e a Europa sobre a Revolução que acabava de derrubar o trono. Denunciaram a cada dia o povo de Paris e todos os cidadãos generosos que mais poderosamente haviam dado a ela sua contribuição.

Era preciso destruir esse vasto reduto do republicanismo e das luzes públicas; mancomunaram-se todos para pintar esta imortal cidade como a sede do crime e o teatro da carnificina, e para fantasiar de assassinos ou malfeitores os cidadãos e os representantes cuja energia temiam. Procuraram armar contra Paris a desconfiança e o ciúme das outras partes da República; e enquanto isso os prussianos se preparavam para invadir nosso território. (Era o mês de setembro de 1792.) Os dominadores eram membros do Comitê Diplomático, do Comitê de Defesa Geral; dirigiam o ministério; tinham tido estreitas relações com a corte e ocultavam à França inteira, ao próprio corpo legislativo, os perigos que nos ameaçavam. Os inimigos haviam dominado Longwy, Verdun; avançavam para Paris, e os dominadores haviam silenciado; só se ocupavam em afixar cartazes e escrever contra Paris. Nosso Exército era fraco, dividido, mal abastecido; e se Paris não se tivesse levantado logo, se a França, seguindo seu exemplo, não se tivesse abalado, Brunswick penetraria sem resistência até o âmago do Estado. Mas não era só isso: a facção desejava entregar Paris e a França; desejava fugir com a Assembléia Legislativa, com o Tesouro público, com o conselho executivo, com o rei prisioneiro e sua família. Os ministros que haviam nomeado — Roland, Servan, Clavière, Le Brun — falavam desse projeto aos deputados; ele foi proposto no Conselho, e seria adotado se o ministro da Justiça não tivesse impedido sua execução, ameaçando seus colegas de

denunciá-los ao povo, e se Paris não o tivesse feito abortar, levantando-se para esmagar os inimigos da França. Esse projeto de fuga é conhecido dos membros da Assembléia Legislativa e de vários cidadãos; foi denunciado na Convenção Nacional, e o próprio Roland foi forçado a confessá-lo em sua carta à Convenção Nacional.

A Convenção Nacional estava convocada. A maioria era pura, mas um grande número de representantes, enganados de antemão pelos documentos impostores de que dispunha a facção, trouxeram a Paris preocupações sinistras, que deviam causar muitos males; e aliás esse foi sempre o destino dos homens que têm luzes sem probidade, ou probidade sem luzes: o de ser cúmplices ou joguetes da intriga.

O decreto que declara abolida a realeza, proposto ao fim da primeira sessão por um dos deputados de Paris que haviam sido caluniados, foi apresentado com entusiasmo. Se no dia seguinte tivesse sido levantada a questão do tirano, ele teria sido condenado; e se a Convenção, livre das perigosas influências, se tivesse ocupado em seguida da felicidade pública, a liberdade e a paz estariam agora fortalecidas; mas os intrigantes, que não puderam opor-se à proclamação da República, empenharam-se em sufocá-la em seu nascimento, de posse dos mais importantes comitês da Assembléia Legislativa, que fizeram conservar provisoriamente; compuseram logo os novos, a seu modo: apoderaram-se da mesa, da poltrona e até mesmo da tribuna. Tinham sempre nas mãos o ministério e o destino da Nação. Ocuparam sem cessar a Convenção Nacional com denúncias contra a municipalidade de Paris, contra o povo de Paris, contra a maioria dos deputados de Paris. Inventaram e repetiram essa ridícula fábula da ditadura, que imputavam a um cidadão sem poder e sem ambição, para fazer esquecer não só a horrível oligarquia que eles mesmos exerciam, como também o projeto da nova tirania que desejavam ressuscitar. Desse modo, buscavam ainda tornar o povo francês desgostoso com a República nascente, deter os progressos de nossa Revolução

nas regiões vizinhas, apresentando-lhes a queda do trono como a obra de uma ambição criminosa e a mudança do governo como uma mudança de senhor.

Daí as eternas declamações contra a justiça revolucionária que imolou Montmorin, os Lessart e outros conspiradores, no momento em que o povo e os federados agitavam-se para repelir os prussianos. Desde esse momento, não cessaram de encher as almas dos deputados de desconfiança, de ciúme, ódio e terrores, e de fazer ouvir, no santuário da liberdade, os clamores dos mais vis preconceitos, e os rugidos das mais furiosas paixões. Desde então não cessaram de atiçar o fogo da guerra civil, não só na própria Convenção, como também nos departamentos, seja através de seus jornais, seja com suas arengas na tribuna, seja através de sua correspondência.

Já estavam fartos de adiar desse modo, durante quatro meses, o processo do tirano. Que chicanas! Que entraves! Que manobras empregadas ao se discutir essa questão! Quem pode calcular, sem estremecer, os meios empregados por Roland, as quantias prodigadas pelo ministério para depravar a opinião pública, para fazer com que o povo se apiedasse do destino do último rei? Com que covarde crueldade os advogados do tirano chamavam destacamentos contra Paris e contra os deputados patriotas, denunciados por eles como assassinos e como traidores! Com que insolente desprezo pelas leis, pelos corpos administrativos dignos desses deputados, mobilizavam-nos com sua autoridade privada, a expensas do Tesouro público! Com que pérfida audácia essa mesma facção protegia em toda parte a entrada dos emigrados e a reunião de todos os assassinos e todos os celerados da Europa em Paris! Com que odioso maquiavelismo se empregam todos os meios para perturbar a tranqüilidade desta cidade e para dar início à guerra civil, sem sequer dignar-se mandar regulamentar por um decreto a representação de uma peça aristocrática (o *Ami des lois*) que já fizera correr sangue, e que a prudência dos magistrados do povo interditara!

A que se deveu a salvação da pátria e a punição do tirano? À coragem invencível dos patriotas, à energia calma do povo, esclarecido sobre seus verdadeiros interesses, e sobretudo à reunião imprevista dos federados. Se eles tivessem conservado as fatais prevenções que lhes haviam inspirado aqueles que os haviam chamado, se a venda tivesse permanecido por mais dois dias sobre seus olhos, estaria perdida a liberdade; o tirano seria absolvido, os patriotas degolados, a própria espada dos defensores da pátria desnorteados se teria combinado com a dos assassinos reais; Paris estaria entregue a todos os horrores, e a Convenção Nacional, escoltada pelos satélites que eles haviam reunido, fugiria em meio à confusão e consternação universais.

Mas oh, força todo-poderosa da verdade e da virtude! Esses generosos cidadãos abjuraram seus erros; reconheceram, com santa indignação, as tramas pérfidas daqueles que os haviam enganado; entregaram-nos ao desprezo público, estreitaram em seus braços os parisienses caluniados; todos reunidos no Clube dos Jacobinos, juraram com o povo um ódio eterno aos tiranos e uma dedicação sem limite à liberdade. Cimentaram esta santa aliança na praça do Carrossel, com festas cívicas às quais assistiram todos os magistrados desta grande cidade, com um povo generoso que o entusiasmo do patriotismo elevava acima dele mesmo. Que espetáculo! Como ele consola dos negrumes, da perfídia e dos crimes da ambição! Esse grande evento fez pender a balança, na Convenção Nacional, a favor dos defensores da liberdade; desconcertou os intrigantes e acorrentou os facciosos. Só Lepelletier foi vítima da coragem de defender a causa da liberdade, embora muitos patriotas tenham sido perseguidos por assassinos. Feliz mártir da liberdade, não verás os males que nossos inimigos comuns prepararam para a pátria!

De resto, não importam os esforços que tenham feito para salvar Luís XVI — não creio que fosse ele que desejavam colocar no trono; mas era preciso conservar-lhe a vida para salvar a honra da realeza que se desejava restabelecer, para cumprir um

dos artigos do tratado feito com Londres e a promessa feita a Pitt, como o provam os discursos desse ministro no parlamento da Inglaterra. Era preciso sobretudo acender a guerra civil como o apelo ao povo, a fim de que os inimigos que logo nos iriam atacar nos encontrassem ocupados em bater-nos pela querela do rei destronado.

A punição estrepitosa desse tirano, a única vitória que os Republicanos arrebataram na Convenção Nacional, só fez adiar o momento em que a conspiração devia eclodir; os deputados patriotas desunidos, isolados, sem política e sem plano, adormeceram numa falsa segurança, e os inimigos da pátria continuaram a agir para perdê-la.

Já colhem eles os frutos das sementes de guerra civil que lançaram há tanto tempo, e a liga dos traidores do interior com os tiranos do exterior se declara.

Lembrar-se-á aqui que foram os chefes dessa facção que, em 1791, prestaram à corte o auxílio de sua falsa popularidade para engajar a Nação nessa guerra provocada pela perfídia, declarada pela intriga e conduzida pela traição. Dizia-lhes eu então, no Clube dos Jacobinos, onde eles vinham pregar sua funesta cruzada, onde o próprio Dumouriez, de gorro vermelho na cabeça, ia exibir todo o charlatanismo de que é dotado: "Antes de declarar guerra aos estrangeiros, destruí os inimigos de dentro; puni os atentados de uma corte perjura que busca, ela mesma, armar a Europa contra vós; mudai os estados-maiores que ela compôs com seus cúmplices e satélites; destituí os generais pérfidos que ela nomeou e sobretudo Lafayette, já tantas vezes conspurcado com o sangue do povo. Forçai o governo a armar os defensores da pátria, que há dois anos pedem armas, em vão; fortificai e abastecei nossos postos fronteiriços, que estão numa miséria absoluta. Fazei triunfar internamente a liberdade; e nenhum inimigo estrangeiro ousará atacar-vos; é pelo progresso da filosofia e pelo espetáculo da felicidade da França que estendereis o império de nossa Revolução, e não pela força das armas e pelas calamidades da guerra. Agindo como agressores, irritais os povos estrangeiros contra vós; favoreceis as posturas dos déspotas e as da corte, que tem necessidade de fazer com que a guerra seja declarada pelos representantes da Nação, para escapar à desconfiança e à cólera do povo".

Os chefes da facção respondiam com lugares-comuns para acender o entusiasmo dos ignorantes; mostravam-nos a Europa inteira correndo para a Constituição francesa, os exércitos dos déspotas debandando por toda parte para correr a postar-se sob nossas bandeiras, e o estandarte tricolor tremulando sobre os palácios dos eleitores, dos reis, dos papas e dos imperadores. Eles desculpavam a corte; louvavam os ministros, sobretudo Narbonne; pretendiam que aquele que inspirasse a desconfiança contra os ministros, contra Lafayette e contra os generais era um desorganizador, um faccioso, que comprometia a segurança do Estado.

A despeito de todas as intrigas deles, os jacobinos resistiram constantemente à proposta que lhes fizeram, de se pronunciar a favor da guerra; mas tal era o valor que davam à necessidade de ratificar os projetos da corte pela sanção das sociedades populares, que o comitê de correspondência dessa sociedade, composto de emissários dos intrigantes, ousou enviar, à revelia dos jacobinos, uma carta circular a todas as sociedades filiadas, para anunciar-lhes que o voto dos jacobinos era a favor da guerra; chegaram a levar a impudência até o ponto de dizer que aqueles que haviam combatido ou abraçado a opinião contrária haviam-na abjurado solenemente. Foi com essas manobras que se fez com que os próprios patriotas da Assembléia Legislativa tomassem a decisão de votar como o lado direito e como a corte.

O preço dessa intriga foi a ascensão da facção ao ministério, nas pessoas de Clavière, Roland, Servan e Dumouriez.

Nossas predições não tardaram a se realizar. A primeira campanha foi marcada por traições e reveses que, para a corte e para Lafayette, não passaram de novos pretextos para solicitar leis de sangue contra os mais zelosos defensores da pátria, e um

poder absoluto, que lhes foi concedido através da moção dos chefes da facção, e particularmente dos Guadet, dos Gensonné. Desde essa época, todos aqueles que ousavam suspeitar dos generais da corte foram denunciados como agitadores e facciosos. Lembrar-se-á o zelo com que os mesmos homens defendiam e divinizavam o ministro Narbonne, a insolência com a qual ultrajavam o Exército e os patriotas.

Logo todos os nossos generais nos traíram à porfia; uma invasão na Bélgica não produziu outro efeito que não o de entregar em seguida nossos aliados à vingança de seu tirano, e irritar os estrangeiros contra nós, com o infame atentado do traidor Jarri, que nem sequer foi punido. Nossas praças fortes estavam desguarnecidas; nosso Exército dividido pelas intrigas dos estados-maiores, e quase nulo; todos os chefes esforçavam-se à porfia para convertê-lo ao realismo; a liga dos tiranos estrangeiros fortificava-se; o mês de agosto ou de setembro estava destinado à sua invasão, combinada com a conspiração da corte das Tulherias contra Paris e contra a liberdade. Uma e outra estariam perdidas, se não fosse a vitória arrebatada pelo povo e pelos federados, em 10 de agosto de 1792; e quando, no início do mês de setembro seguinte, Brunswick, encorajado provavelmente pela facção, ousou invadir o território francês, vistes que eles só pensavam em abandonar e perder Paris.

Mas, a despeito de todos os facciosos hipócritas que se opunham a essa insurreição necessária, Paris salvou-se a si própria. Dumouriez estava à frente do Exército: dele, Brissot escrevera anteriormente que, depois de Bonne-Carrère, Dumouriez era o mais vil dos homens. Dumouriez respondera, por escrito, que Brissot era o maior dos patifes, sem qualquer espécie de reserva. Apregoara que a causa da ira que a facção demonstrava contra ele era sua recusa em partilhar com ela os 6 milhões que ela fizera conceder-lhe para despesas secretas, no tempo de seu ministério e da amizade entre ambos. Anunciaram denúncias recíprocas que não ocorreram. Ainda constitui um problema saber até que ponto essa rusga era séria; mas o certo é que, no

momento em que assumiu o comando do Exército de Châlons, ele estava muito bem com a facção e com Brissot, que lhe pediu para empregar Miranda numa comissão importante, a se acreditar no que o próprio Brissot disse no Comitê de Defesa Geral. Ignoro o que teria feito Dumouriez se Paris e os outros departamentos não se tivessem sublevado no mês de setembro para esmagar os inimigos internos e externos; mas o certo é que esse movimento geral da Nação não era favorável a que o rei da Prússia penetrasse no coração da França; Dumouriez o reprimiu com muita polidez durante uma retirada bastante pacífica, a despeito de nossos soldados, cuja impetuosidade era constantemente sofreada, e que mal podiam conter seus sabres, tremendo ao ver que a presa lhes escapava. O Exército prussiano, devastado pela doença e pela miséria, foi salvo; foi reabastecido e tratado com uma generosidade que contrasta com as crueldades das quais foram vítimas nossos bravos defensores; Dumouriez parlamentou e negociou com o rei da Prússia, no momento em que a França e o Exército esperavam ver o poder e o Exército desse déspota amortalhados ao mesmo tempo nas planícies da Champagne ou da Lorena, onde o próprio Dumouriez anunciara em suas cartas à Assembléia Nacional que os inimigos não poderiam escapar-lhe. Mostrou-se tão complacente e tão respeitoso para com o rei da Prússia, quanto depois foi insolente para com a Convenção Nacional. É no mínimo duvidoso que tenha prestado mais serviços à República do que aos prussianos e aos emigrados. Em vez de terminar a guerra e fortalecer a Revolução exterminando aquele Exército cuja perda nossos inimigos jamais poderiam reparar; em vez de se unir aos outros generais para levar nossas conquistas até o Reno, retorna a Paris e, após viver durante algum tempo em estreita intimidade com os corifeus da facção, parte para a Bélgica.

Estréia com um sucesso brilhante, necessário para lhe dar a confiança que sua conduta com os prussianos estava longe de lhe ter garantido; e quem quer que compare o que se passa hoje com a brusca temeridade que conquistou a vitória de Jemappes

à custa do sacrifício de tantos franceses republicanos, admitirá facilmente que esse próprio sucesso era mais favorável ao despotismo que à liberdade. Dumouriez era o senhor da Bélgica; se desde esse momento ele tivesse logo invadido a Holanda, a conquista desse país seria certa; éramos donos da frota holandesa; as riquezas desse país confundiam-se com as nossas, e seu poder somava-se ao da França; o governo inglês estava perdido e a revolução da Europa estava garantida. Foi dito — e eu mesmo por um instante acreditei nesses boatos — que esse era o projeto de Dumouriez, e que ele fora detido pelo Conselho Executivo; mas foi demonstrado que esse rumor não passava de uma nova impostura difundida pela facção. Com efeito, se, como se disse, Dumouriez tivera esse grande intento, se a ele ligava sua glória e sua fortuna, por que não reivindicou o apoio da opinião pública contra as oposições pérfidas do Conselho Executivo? Por que não invocou a própria Nação contra as intrigas que comprometiam a salvação desta? É bem mais natural pensar que os inimigos de Dumouriez só espalharam esse rumor para lhe granjear a confiança. Sabe-se bem que os chefes dessa facção têm a arte de parecer por vezes divididos para ocultar sua criminosa cumplicidade. Ademais, fosse ou não Dumouriez responsável pelo funesto retardo da expedição da Holanda, este deve ser ao menos imputado à malevolência da maioria do Conselho Executivo e dos corifeus da facção que dominava nos comitês diplomáticos e de defesa geral. Os próprios deputados batavos queixaram-se abertamente, num documento que tornaram público e que está em nossas mãos, da obstinação com a qual, há três meses, suas ofertas e insistências têm sido repelidas pelo ministro das Relações Exteriores. Ao menos não se pode negar que Dumouriez e os chefes da facção não estivessem inteiramente de acordo quanto ao projeto de subtrair a Bélgica à França. São conhecidos os esforços de Dumouriez para impedir a execução dos decretos de 15 e 25 de dezembro. São conhecidas todas as suas perfídias. Por outro lado, sabe-se como o Comitê Diplomático repeliu todos os povos que desejavam incorporar-se a nós. Roland dizia dos deputados da Sabóia: "Devem enviar-me saboianos para solicitar a incorporação dessa região; eu os receberei a cavalo". "Como é possível que desejásseis unir-vos à nossa anarquia" — dizia Brissot aos belgas e ao povo de Liège; era essa a linguagem dos Guadet, dos Gensonné. Eles se cansaram de retardar todas essas reuniões até o momento em que o partido inimigo da Revolução tudo armou para perturbá-los, e até o instante em que os déspotas reuniram forças suficientes contra nós.

Enfim Dumouriez levantou o estandarte da revolta e ameaça marchar para Paris, para amortalhar a liberdade sob suas ruínas; declara que deseja proteger os inimigos da liberdade, que a Convenção encerra em seu seio, contra os deputados ligados à causa do povo, que ele chama também de anarquistas e agitadores; não dissimula o projeto de restabelecer a realeza. Após ter mandado degolar uma parte do Exército, engana a outra e se esforça por pervertê-la, depois de tê-la caluniado à sua revelia. Orgulhoso do sucesso de suas traições, entupido dos tesouros que sacou da Holanda, da Bélgica e das caixas nacionais das quais se apoderou, valendo-se de sua aliança com nossos inimigos, aos quais entregou nossos entrepostos, valendo-se do apoio dos belgas, que armou contra nós, procura lançar o desânimo na Nação, esforça-se por desonrar o povo francês e nossos bravos defensores aos olhos dos povos estrangeiros; anuncia-nos abertamente que não nos resta qualquer recurso. Em suas cartas oficiais a Beurnonville fala com júbilo insolente dos distúrbios que iam eclodir entre nós; pressagia outros; já nos mostra os departamentos do Norte, do Pas-de-Calais, do Somme em estado de contra-revolução; declara literalmente que não poderemos fazer frente a nossos inimigos externos porque seremos obrigados a empregar nossas forças para reprimir os internos. Mostra-nos ao mesmo tempo todos os nossos postos sem defesas; e ousa declarar-nos que não temos outra alternativa senão pedir a paz e transigir com os déspotas. Digo mais: ousa apresentar-se a si mesmo como mediador.

Tal era o criminoso segredo da conspiração tramada há muito tempo contra nossa liberdade. O chefe da facção o revelou, no momento em que pensava poder executá-lo com sucesso. Com efeito, tudo parecia disposto para favorecer essa conspiração. Um ministro da Guerra audacioso e hipócrita fora nomeado especialmente pela facção, para os grandes eventos que deviam ter lugar. Em pouco tempo ele purgara as repartições da guerra, e as guarnições e o Exército de todos os chefes patriotas; substituíra-os por homens mais que suspeitos; deixara nossas praças fortes sem guarnições nem munições. Lembra-se a ousadia com a qual ele enganava a Convenção Nacional sobre o estado de nossos negócios na Bélgica, no momento em que as traições dos generais já os haviam perdido, e como as falsas notícias que veiculava foram desmentidas pelos comissários da Assembléia. Os outros generais entraram nesse vasto plano de conspirações, e para melhor assegurar o sucesso delas, o ministro levara ao máximo seus atentados, mandando suspender a fabricação de armas em todas as nossas manufaturas. Ao mesmo tempo, incitavam-se distúrbios numa grande parte da França, e sobretudo em nossos departamentos marítimos. Os aristocratas revoltados mobilizaram grandes exércitos bem providos, saquearam cidades, degolaram uma multidão de patriotas, e ninguém pensara em reprimir essa conspiração tramada nos últimos quatro meses; e nem o ministro, nem o Comitê de Defesa Geral, composto em grande parte de membros da facção que denuncio, comunicaram sua existência à Assembléia ou à Nação. Enfim, o ministro da Guerra nomeia um general para comandar os patriotas, e esse general (Marcé) é um traidor que entrega nossa artilharia aos revoltados, e que conduz os defensores da liberdade à carnificina. Por toda parte nomeia oficiais igualmente pérfidos, gente como Vertinghoff, d'Hermigny, Ligonier. Mostra sobretudo em suas escolhas uma predileção singular pelos estrangeiros, pelos súditos dos déspotas nossos inimigos, e por vezes mesmo pelos parentes de nossos tiranos. Graças a essas criminosas maquinações, os distúrbios se prolongam e a vitória custa muito sangue aos republicanos; vêm dizer-nos que *a calma poderá ser restabelecida em seis semanas, ou dois meses.* Dois meses de guerra civil e de massacres dos mais zelosos patriotas, quando o infame Dumouriez conspirava contra nós na Bélgica com os déspotas da Europa e todos os inimigos do interior! Dumouriez, que nos anunciava com uma insolente satisfação que, assim que passasse o equinócio, nossos departamentos marítimos seriam invadidos pelos ingleses. Encorajados por tantos atentados, os realistas exibiam por toda parte uma atitude audaciosa, e ousavam ameaçar os amigos da liberdade.

Ora! Por que não? Não podiam eles contar com a influência que a facção exercia no seio da Convenção Nacional? Não era ela que havia muito depravava a opinião pública nos departamentos revoltados? E os massacres da Bretanha, e o fanatismo real e religioso que confundia os habitantes dos campos — não eram dignos frutos dos escritos envenenados que ela semeara na superfície dessa importante região, da correspondência pérfida dos deputados que seguiam sua bandeira; enfim, das perseguições movidas contra todos os verdadeiros republicanos? Não era ela que, a cada dia, buscava tornar o povo desgostoso com a Revolução, agravando sua miséria, repelindo todas as medidas necessárias para reprimir o furor da agiotagem, para garantir a subsistência pública, para pôr um freio no excesso dos monopólios? Não era ela que fazia e desfazia os ministros, protegia todos os seus crimes e multiplicava os conspiradores com a impunidade? Não era ela que, em vez das leis benéficentes solicitadas pelas necessidades prementes da pátria, nos oferecia apenas declamações, libelos e crimes?

Mas sua audácia redobrava sobretudo no momento em que a conspiração estava prestes a eclodir. Com que perfídia desorganizavam tudo, clamando contra os desorganizadores! Com que covarde crueldade buscavam incitar em Paris alguns pequenos movimentos aristocráticos, para preparar ao traidor Dumouriez o pretexto de marchar contra esta cidade, e em se-

guida imputá-los aos patriotas cujo zelo os havia constantemente afastado! Vede como, de modo atroz, tiraram proveito de um agrupamento incitado por eles, que ameaçara algumas mercearias! Vede como o execrável Dumouriez, em sua carta de 12 de março na Convenção, transformou fantasiosamente a venda ilegal e forçada das mercadorias de alguns comerciantes e de alguns monopolizadores em cenas de sangue e carnificina, e como daí concluiu que deve guerrear contra Paris e contra os patriotas.

Haviam denunciado como agitadores os deputados patriotas que apressaram a condenação do tirano, e ele declara que deseja usar a metade de seu Exército para subjugá-los. Declamaram contra as tribunas, isto é, contra a parcela do povo que podia assistir às sessões da assembléia representativa; protestaram solenemente que não estavam livres quando o tirano fora condenado; e ele ameaça as tribunas, e promete ir logo libertar da influência dos patriotas a facção que desejara salvar o tirano, que ele chama de *parcela sã da Convenção Nacional.* Proclama seus princípios; consagra suas calúnias; declara guerra a seus adversários; transforma em manifesto contra a República os jornais dos cronistas, dos Brissot, dos Gorsas, dos Rabaud, dos Gensonné, Vergniaud e Guadet etc. Como eles, quer ser — diz — o restaurador da ordem pública, o flagelo da anarquia, o libertador de seu país; enfim, declara abertamente que deseja dar novamente um rei à França. Qual era o rei que desejava dar-nos? Sem dúvida pouco importa aos republicanos, que os detestam igualmente a todos. Mas aparentemente era algum rebento da família de nossos tiranos. Ora, entre os generais do Exército da Bélgica, vejo Valence, amigo de Dumouriez; Valence, genro de Sillery, confidente íntimo do ex-duque de Orléans; Sillery, ex-conde de Genlis: este simples nome diz tudo. Vejo o ex-duque de Chartres promovido ao comando dos exércitos, numa idade em que os cidadãos mal são dignos de ser soldados. Vejo, ao lado de Dumouriez, a irmã desse jovem general com a ex-condessa de Genlis, a mais intrigante das mulheres da antiga corte, malgrado seus livros sobre a educação; vejo o vitorioso Dumouriez aos pés da irmã, e numa atitude respeitosa em presença do irmão.

Vejo em seguida o filho de Orléans escrever como Dumouriez; vejo-o fugir precipitadamente com Dumouriez, com Valence, e não preciso saber mais para conhecer a facção inteira. Adivinho a perfídia profunda dos conspiradores que, para cobrir seus complôs com um véu impenetrável, fingiram querer expulsar os indivíduos da ex-família real numa época em que a França inteira não via qualquer motivo para essa proposta imprevista; numa época em que patriotas de boa-fé pensavam defender, repelindo-os, os princípios e a integridade da representação nacional. Imagino por que eles pediam a expulsão dos Bourbons em geral, para afastar a condenação da realeza na pessoa de Luís XVI, e por que, desde a punição do tirano, esqueceram e até rejeitaram essa medida, no momento em que a aristocracia levantava o estandarte da revolta, para restabelecer a realeza.

Os amigos e os cúmplices de Dumouriez, membros do Comitê de Defesa Geral, provavelmente conheciam esses segredos melhor do que ninguém; mas contavam com o sucesso de seu criminoso empreendimento; de início, vimo-los desculpar a carta insolente de 12 de março na Convenção, sob o pretexto de que aquele general devia estar irritado com as denúncias feitas contra ele nas sociedades populares. Vimos como procuravam afastar as acusações que temiam, apressando-se a repetir suas declamações contra os deputados patriotas, contra os jacobinos etc. etc. Ouvimos ali Vergniaud pretender que as *opiniões políticas* de Dumouriez eram indiferentes, e que ele estava interessado na causa da Revolução. Ali vímos Gensonné indignar-se porque se atribuíam a Dumouriez as qualificações que ele merecia, e louvar impudentemente seu civismo, seus serviços e seu talento. Está provado que Gensonné mantinha uma correspondência habitual com Dumouriez, a cada viagem do correio. E Gensonné desejava encarregar-se do papel de mediador entre

os membros da Convenção presentes ao Comitê e seu correspondente e amigo Dumouriez. Ali vimos Pétion abraçar com calor a defesa de Miranda; e depois que eu denunciei esse general, vimos tanto Steingel quanto Lanoue levantar-se irados, gritando que se denunciava sempre sem provas; e o sítio de Maestrich era suspenso, e o Exército traído em Aix-la-Chapelle, e a Bélgica entregue a nossos inimigos; e era o momento em que se deliberava sobre a revolta declarada de Dumouriez!

Ali vimos no mesmo dia Brissot declarar, como únicas medidas de salvação pública, que a Convenção Nacional perdera a confiança pública, que seu único dever era fazer bem rapidamente a Constituição e retirar-se. Eu o ouvi propor que, no Comitê de Defesa Geral, se fizessem arranjos nos diversos artigos da Constituição que pudessem dividir as opiniões e se fizesse com que isso em seguida fosse adotado de chofre pela Convenção, para evitar — dizia — debates escandalosos. Ali vimos os chefes da facção recusarem-se em seguida a discutir a conduta de Dumouriez, para propor uma aproximação entre seus amigos e adversários e, sob o pretexto de se explicar, renovar todas as calúnias com as quais tantas vezes macularam a tribuna e os documentos públicos. Ouvimos os ministros trazerem a este Comitê notícias e projetos ilusórios combinados de antemão com eles; vimos o ministro da Guerra declamar contra a insubordinação dos soldados, sem querer admitir a perfídia dos generais; provocar medidas rigorosas contra aqueles que denegriam generais, citar como prova de seu republicanismo o famoso ferimento de Valence; ouvimo-lo fazer o elogio do sistema defensivo; garantir-nos a neutralidade da Sabóia e do condado de Nice, como se esses dois departamentos franceses fossem para nós regiões estrangeiras. Ouvimo-lo preparar uma traição ulterior, e nos anunciar de antemão a retirada de Custine. Ouvimo-lo repetir todos os lugares-comuns de Dumouriez sobre o afastamento dos belgas no que se referia à Revolução Francesa, e o Comitê aprovar com firmeza todos esses pontos de vista. Ouvimos sobretudo Brissot declarar, sobre esse mesmo assunto, que podíamos nos considerar demasiado felizes pelo fato de o espírito público dos belgas não ser mais francês: por esse motivo, renunciando à Bélgica, poderíamos obter a paz das potências com mais facilidade. Brissot sempre foi o conspirador que mais ousou dar impulso às idéias de transação abertamente propostas por Dumouriez. Na discussão da questão de Luís XVI, ousou pedir que este ficasse em sursis quanto à execução do decreto que o condenava, até que a opinião das potências estrangeiras sobre esse julgamento nos fosse manifestada. Fora ele que nos ameaçara da cólera dos reis da Europa, se ousássemos pronunciar a pena de morte contra o tirano. Brissot! Quantos fatos não teria eu a relembrar sobre ele e sobre a facção da qual é chefe!

Enfim, vimos o Comitê de Defesa Geral aplicar-se constantemente a retardar qualquer medida necessária à salvação pública, para dar a Dumouriez tempo de executar sem obstáculo seus detestáveis projetos. Em seguida o Comitê foi recomposto com 25 membros — todos a ele ligados, com exceção de cinco ou seis patriotas que ali introduzira por uma espécie de transação, para entorpecer os amigos da liberdade e fazer servir nomes que inspiravam a confiança necessária para cobrir suas perfídias. Assim, Dumouriez escrevia que *este Comitê estava bem composto, com exceção de 7 ou 8 membros.* Indignado com tantas perfídias, e reconhecendo o motivo que havia levado os intrigantes a me escolher, declarei abertamente na Convenção Nacional que aquele Comitê era apenas o conselho de Dumouriez e que, não podendo lutar contra a maioria, apresentava publicamente minha demissão. Vimos com dor que, confundida pela mesma influência, a Convenção enviara a Dumouriez cinco comissários cuja detenção estava combinada de antemão, e sobretudo aquele Beurnonville, que foi preso por seu cúmplice! O que diremos da comédia grosseira daquele ajudante-de-ordens que veio dois dias depois contar, na barra da Assembléia Nacional, que recebera um golpe de sabre de um satélite de Dumouriez? E daquela pasquinada ainda mais grosseira de Dumouriez, que se quei-

xava de que seu confidente, Beurnonville, viera para assassiná-lo no meio de seu Exército, dizendo em seguida abertamente que respondia por ele, porque era seu amigo?

O que vimos desde essa época até o momento em que falo? Nenhuma medida decisiva para a salvação da pátria, porque a influência da facção dirigiu-as todas. Foi decretada a prisão de alguns indivíduos, o selo foi aposto em seus documentos, mas só após terem sido devidamente advertidos, e depois que vários deles — tais como Sillery e d'Orléans — solicitaram eles mesmos essa formalidade. Bonne-Carrère, Laclos, Sauvin e outros igualmente suspeitos foram soltos logo depois da prisão. Todos os Bourbons foram feitos reféns; mas era preciso colocar os acusados nas mãos da justiça. Transformá-los em reféns e enviá-los aos confins da República seria diferente de subtraí-los ao império da lei e à autoridade revolucionária, temida pelos conspiradores? Seria diferente reservá-los, de certo modo, como objetos de troca pelos nossos comissários detidos pela conivência de Dumouriez com os chefes da facção, e como meios de transação com os tiranos?

Peço que os indivíduos da família d'Orléans, cognominada Igualdade, sejam citados a comparecer diante do tribunal revolucionário, assim como Sillery, sua mulher, Valence e todos os homens especialmente ligados a essa casa; que este tribunal seja igualmente encarregado de instruir o processo de todos os outros cúmplices de Dumouriez. Ousaria eu nomear aqui patriotas tais como Brissot, Vergniaud, Gensonné, Guadet? — Renovo neste momento a mesma proposição que já manifestei com relação a Maria Antonieta da Áustria. Solicito que a Convenção Nacional se ocupe em seguida, sem trégua, dos meios tantas vezes anunciados de salvar a pátria e de aliviar a miséria do povo.

V

Sobre a nova Declaração dos Direitos

24 de abril de 1793

A queda da realeza impunha a elaboração de uma nova Constituição. Esta era a principal tarefa da Convenção, palavra que fora tomada de empréstimo ao vocabulário político consagrado na América depois da Independência dos Estados Unidos. Em 15 de fevereiro, o Marquês de Condorcet apresentou um projeto que instaurava uma espécie de "república de notáveis". Os jacobinos, ou "montanheses", defendiam outra concepção, bem mais democrática, que deveria ser precedida de uma Declaração dos Direitos. Discursando sobre ela, Robespierre apresentou suas idéias sobre a propriedade, a progressividade dos impostos e a fraternidade dos povos.

Cidadãos!

Pedi a palavra, na última sessão, para propor alguns artigos adicionais importantes, que dizem respeito à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Vou propor-lhes de início alguns artigos necessários para completar vossa teoria sobre a propriedade. Que essa palavra não alarme ninguém: almas de lama, que não estimais senão o ouro, não quero tocar em vossos tesouros, por mais ímpia que seja sua fonte. Deveis saber que essa lei agrária de que tanto falastes não passa de um fantasma criado pelos patifes para apavorar os imbecis.

Sem dúvida, não seria preciso uma revolução para informar o universo que a extrema desproporção das fortunas é a fonte de muitos males e muitos crimes; mas nem por isso deixamos de estar convencidos de que a igualdade dos bens é uma quimera. Quanto a mim, creio que ela ainda é menos necessária à

felicidade privada do que ao bem-estar público: trata-se muito mais de tornar a pobreza honrosa do que proscrever a opulência; a choupana de Fabrício nada tem a invejar ao palácio de Cássio. No que me diz respeito, gostaria tanto de ser um dos filhos de Aristides, criado no Pritaneu a expensas da República, quanto o herdeiro presuntivo de Xerxes, nascido no lodo dos ursos para ocupar um trono decorado com o aviltamento dos povos, e abrilhantado pela miséria pública.

Estabeleçamos, pois, de boa-fé os princípios do direito de propriedade; isso é tanto mais necessário quanto não há um só deles que os preconceitos e os vícios dos homens não tenham procurado envolver nas mais espessas nuvens.

Perguntai ao mercador de carne humana o que é a propriedade; vai dizer-vos, mostrando aquele longo ataúde que chama de navio, onde encaixotou e acorrentou homens que parecem vivos: "Eis aí minhas propriedades; comprei-as a tanto por cabeça". Interrogai o fidalgo que tem terras e vassalos, ou que pensa que o universo está transtornado desde que não mais os possui, e ele vos dará idéias mais ou menos semelhantes sobre a propriedade.

Interrogai os augustos membros da dinastia dos Capetos; dir-vos-ão que a mais sagrada de todas as propriedades é sem qualquer dúvida o direito hereditário de que sempre gozaram de oprimir, aviltar e extorquir legalmente e monarquicamente os 25 milhões de homens que habitavam o território da França, sob os caprichos de sua vontade arbitrária.

Aos olhos de toda essa gente, a propriedade não envolve qualquer princípio moral. (Exclui todas as noções do justo e do injusto.) Por que vossa Declaração dos Direitos parece apresentar o mesmo erro? Ao definir a liberdade, o primeiro dos bens do homem, o mais sagrado dos direitos que ele recebe da natureza, dissestes com razão que os limites dela eram os direitos de outrem; por que não aplicastes esse princípio à propriedade, que é uma instituição social? Como se as leis eternas da natureza fossem menos invioláveis que as convenções dos

homens. Multiplicastes os artigos para assegurar a maior liberdade ao exercício da propriedade, e não dissestes uma única palavra para determinar o caráter legítimo desse exercício; de maneira que vossa declaração parece feita não para os homens, mas para os ricos, para os monopolizadores, para os agiotas e para os tiranos. Proponho-vos que reformeis esses vícios sacramentando as seguintes verdades:

Art. I. A propriedade é o direito que cada cidadão tem de usufruir e dispor da porção de bens que lhe é garantida pela lei.

II. O direito de propriedade é limitado, como todos os outros, pela obrigação de respeitar os direitos de outrem.

III. Ele não pode prejudicar nem a segurança, nem a liberdade, nem a existência, nem a propriedade de nossos semelhantes.

IV. Toda posse, todo tráfico que viole esse princípio é ilícito e imoral.

Falais também do imposto, para estabelecer o princípio incontestável de que este só pode emanar da vontade do povo ou de seus representantes; mas esqueceis uma disposição que o interesse da humanidade reclama; esqueceis de sacramentar a base do imposto progressivo. Ora, em matéria de contribuições públicas, haverá princípio que com mais evidência tenha sido tirado da natureza das coisas e da eterna justiça do que aquele que impõe aos cidadãos a obrigação de contribuir para os gastos públicos, progressivamente, segundo a dimensão de sua fortuna — isto é, segundo as vantagens que tiram da sociedade?

Proponho-vos consigná-lo em um artigo concebido nestes termos:

"Os cidadãos cujos proventos não excedam aquilo que é necessário a sua subsistência devem ser dispensados de contribuir para os gastos públicos; os outros devem sustentá-los progressivamente, segundo a dimensão de suas fortunas."

O Comitê ainda esqueceu inteiramente de lembrar os deveres de fraternidade que unem todos os homens e todas as nações, e seus direitos a uma mútua assistência; parece ter ignorado as bases da eterna aliança dos povos contra os tiranos;

dir-se-ia que vossa declaração foi feita para um rebanho de criaturas humanas encerradas num canto do globo, e não para a imensa família à qual a natureza deu a Terra como patrimônio e morada. Proponho-vos preencher essa grande lacuna com os artigos que se seguem: eles só podem granjear-vos a estima dos povos; é verdade que podem ter o inconveniente de vos indispor irremediavelmente com os reis. Confesso que esse inconveniente não me amedronta; não amedrontará aqueles que não querem reconciliar-se com eles.

Art. I. Os homens de todos os países são irmãos, e os diferentes povos devem ajudar-se mutuamente, segundo seu poder, assim como os cidadãos do mesmo Estado.

II. Aquele que oprime uma nação se declara inimigo de todas.

III. Aqueles que guerreiam contra um povo para deter o progresso da liberdade e aniquilar os direitos do homem devem ser perseguidos por todos, não como inimigos ordinários, mas como assassinos e bandidos rebeldes.

IV. Os reis, os aristocratas, os tiranos, quaisquer que sejam, são escravos revoltados contra o soberano da Terra, que é o gênero humano, e contra o legislador do universo, que é a natureza.

Cidadãos, eu teria outros artigos a vos propor, se tivésseis a paciência de me ouvir por mais tempo, mas eles se encontram enunciados na série dos outros artigos, enunciados no projeto de Declaração dos Direitos do Homem, e para que eu possa usufruir da amplitude do meu sufrágio seria necessário que me permitísseis ler esse projeto. Pensei dever iniciar esta Declaração com um preâmbulo.

Os Representantes do Povo Francês reunidos em Convenção Nacional, reconhecendo que as leis humanas que não emanam das leis eternas da justiça e da razão não passam de atentados da ignorância ou do despotismo contra a humanidade; convencidos de que o esquecimento ou o desprezo dos direitos naturais do homem são as únicas causas dos crimes e das desventuras do mundo, resolveram pronunciar-se, a fim de que todos os cidadãos, podendo comparar incessantemente os atos do governo com o objetivo de qualquer instituição social, não se deixem jamais oprimir e aviltar pela tirania; a fim de que o povo tenha sempre diante dos olhos as bases de sua liberdade e de sua felicidade; o magistrado, a regra de seus deveres; o legislador, o objeto de sua missão.

Em conseqüência, a Convenção Nacional proclama, diante do universo e sob os olhos do legislador imortal, a seguinte Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão:

Art. I. O objetivo de toda associação política é a manutenção dos direitos naturais e imprescritíveis do homem, e o desenvolvimento de todas as suas faculdades.

II. Os principais direitos do homem são o de prover a conservação de sua existência e a liberdade.

III. Esses direitos pertencem igualmente a todos os homens, qualquer que seja a diferença de suas forças físicas e morais.

A igualdade dos direitos é estabelecida pela natureza: a sociedade, longe de atentar contra ela, só faz garanti-la contra o abuso da força que a torna ilusória.

IV. A liberdade é o poder que o homem tem de exercer como quiser todas as suas faculdades. Tem como regra a justiça, e como limites os direitos de outrem; tem por princípio a natureza, e por salvaguarda a lei.

V. O direito de se reunir pacificamente, o direito de manifestar suas opiniões, seja através da imprensa, seja de qualquer outra maneira, são conseqüências tão necessárias do princípio da liberdade do homem, que a necessidade de enunciá-los supõe a presença ou a lembrança recente do despotismo.

VI. A propriedade é o direito que cada cidadão tem de usufruir e de dispor da porção de bens que lhe é garantida pela lei.

VII. O direito de propriedade é limitado, como todos os outros, pela obrigação de respeitar os direitos de outrem.

VIII. Não pode prejudicar nem a segurança, nem a liberdade, nem a existência, nem a propriedade de nossos semelhantes.

IX. Todo tráfico que viole esse princípio é essencialmente ilícito e imoral.

X. A sociedade é obrigada a prover a subsistência de todos os seus membros, seja fornecendo-lhes trabalho, seja garantindo os meios de subsistir àqueles que estão impossibilitados de trabalhar.

XI. Os auxílios indispensáveis àquele que carece do necessário constituem uma dívida daquele que possui o supérfluo: cabe à lei determinar a maneira pela qual essa dívida deve ser quitada.

XII. Os cidadãos cujos proventos não excedem aquilo que é necessário a sua subsistência estão dispensados de contribuir para os gastos públicos. Os outros devem sustentá-los *progressivamente*, segundo a dimensão de suas fortunas.

XIII. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder os progressos da razão pública, e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos.

XIV. O povo é soberano: o governo é sua obra e sua propriedade, os funcionários públicos são seus empregados.

O povo pode, quando lhe aprouver, mudar seu governo e destituir seus mandatários.

XV. A lei é expressão livre e solene da vontade do povo.

XVI. A lei é igual para todos.

XVII. A lei só pode proibir o que é prejudicial à sociedade: só pode ordenar o que lhe é útil.

XVIII. Toda lei que viole os direitos imprescritíveis do homem é essencialmente injusta e tirânica: não é uma lei.

XIX. Em todo Estado livre, a lei deve sobretudo defender a liberdade pública e individual contra o abuso da autoridade daqueles que governam.

Toda instituição que não suponha que o povo é bom e o magistrado corruptível é viciosa.

XX. Nenhuma parcela do povo pode exercer o poder do povo todo, mas o anseio que ela exprime deve ser respeitado como o anseio de uma parcela do povo que deve concorrer para formar a vontade geral.

Cada seção do soberano, reunida, deve gozar do direito de exprimir sua vontade com inteira liberdade: é essencialmente independente de todas as autoridades constituídas e autônoma para regulamentar sua organização política e suas deliberações.

XXI. Todos os cidadãos são admissíveis a todas as funções públicas, sem qualquer outra distinção que não seja a das virtudes e talentos, sem qualquer outro título que não seja a confiança do povo.

XXII. Todos os cidadãos têm igual direito de concorrer à designação dos mandatários do povo e à formação da lei.

XXIII. Para que os direitos não sejam ilusórios e a igualdade quimérica, a sociedade deve remunerar os funcionários públicos e fazer de modo que os cidadãos que vivem de seu trabalho possam assistir às assembléias públicas para as quais a lei os chama, sem comprometer sua subsistência, nem a de sua família.

XXIV. Todo cidadão deve obedecer religiosamente aos magistrados e aos agentes do governo, quando eles são os órgãos ou os executores da lei.

XXV. Mas todo ato contra a liberdade, contra a segurança ou contra a propriedade de um homem, exercido por quem quer que seja, mesmo em nome da lei, fora dos casos determinados por ela e das formas que ela prescreve, é arbitrário e nulo; o próprio respeito à lei proíbe de se submeter a esse ato, e se o quiserem executar pela violência é permitido repeli-lo pela força.

XXVI. O direito de apresentar petições aos depositários da autoridade pública pertence a todo indivíduo. Aqueles a quem elas são dirigidas devem estatuir sobre os pontos que constituem seu objeto, mas jamais podem interditar, nem restringir, nem condenar o exercício delas.

XXVII. A resistência à opressão é conseqüência dos outros direitos do homem e do cidadão.

XXVIII. Há opressão contra o corpo social quando um único de seus membros é oprimido. Há opressão contra cada membro do corpo social quando o corpo social é oprimido.

XXIX. Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é, para o povo e para cada segmento do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres.

XXX. Quando falta a garantia social a um cidadão, ele volta ao direito natural de defender ele mesmo todos os seus direitos.

XXXI. Em um e outro caso, sujeitar a formas legais a resistência à opressão é o extremo refinamento da tirania.

XXXII. As funções públicas não podem ser consideradas como distinções nem como recompensas, mas como deveres públicos.

XXXIII. Os delitos dos mandatários do povo devem ser severa e facilmente punidos. Ninguém tem o direito de se pretender mais inviolável do que os outros cidadãos.

XXXIV. O povo tem o direito de conhecer todas as operações de seus mandatários; estes devem fazer-lhe uma fiel prestação de contas de sua gestão e submeter-se com respeito a seu julgamento.

XXXV. Os homens de todos os países são irmãos, e os diferentes povos devem ajudar-se mutuamente segundo seu poder, como os cidadãos de um mesmo Estado.

XXXVI. Aquele que oprime uma só nação declara-se inimigo de todas.

XXXVII. Aqueles que guerreiam contra um povo para deter os progressos da liberdade e aniquilar os direitos do homem devem ser perseguidos por todos, não como inimigos ordinários, mas como assassinos e como bandidos rebeldes.

XXXVIII. Os reis, os aristocratas, os tiranos, quaisquer que sejam, são escravos revoltados contra o soberano da Terra, que é o gênero humano, e contra o legislador do universo, que é a natureza.

VI

Sobre a Constituição

10 de maio de 1793

A discussão sobre o projeto girondino de Constituição prosseguiu durante todo o mês de abril. Ao mesmo tempo, ocorreram as derrotas do Exército na Bélgica, a traição de Dumouriez e o levante na Vendéia, tornando ainda mais agudo o conflito entre girondinos e jacobinos. Nesse contexto, Robespierre foi à tribuna. Como conseqüência de seu discurso, foi instalada uma comissão para elaborar um texto novo. A Constituição do ano I, adotada em 24 de junho, depois da queda dos girondinos, incorporou várias sugestões de Robespierre.

Cidadãos!

O homem nasceu para a felicidade e para a liberdade, e em toda parte é escravo e infeliz. A sociedade tem por fim a conservação de seus direitos e a perfeição de seu ser, e por toda parte a sociedade o degrada e oprime. Chegou o tempo de chamá-la a seus verdadeiros destinos; os progressos da razão humana prepararam esta grande Revolução, e a vós especialmente é imposto o dever de acelerá-la.

Para cumprir vossa missão, é necessário fazer precisamente o contrário do que existiu antes de vós.

Até aqui, a arte de governar não foi mais que a arte de despojar e escravizar a maioria em benefício da minoria; e a legislação, o meio de reduzir esses atentados a um sistema. Os reis e os aristocratas exerceram muito bem seu ofício: cabe a vós agora exercer o vosso, isto é, tornar os homens felizes e livres através das leis.

Dar ao governo a força necessária para que os cidadãos respeitem sempre os direitos dos cidadãos e agir de modo que o

próprio governo jamais possa violá-los: eis, a meu ver, o duplo problema que o legislador deve procurar resolver. O primeiro me parece muito fácil. Quanto ao segundo, ficaríamos tentados a encará-lo como insolúvel se consultássemos os eventos passados e presentes, sem remontar a suas causas.

Percorrei a História e vereis por toda parte os magistrados oprimir os cidadãos, e o governo devorar a soberania. Os tiranos falam de sedição; o povo se queixa da tirania, quando o povo ousa queixar-se do que acontece quando o excesso de opressão lhe devolve a energia e a independência. Oxalá pudesse conservá-las sempre! Mas o reinado do povo é de um dia; o dos tiranos perdura por séculos.

Ouvi falar muito de anarquia desde a revolução de 14 de julho de 1789, e sobretudo desde a revolução de 10 de agosto de 1792; mas afirmo que não é a anarquia a doença dos corpos políticos: mas o despotismo e a aristocracia. Penso — não importa o que tenham dito — que só a partir dessa época tão caluniada tivemos um começo de leis e de governo, malgrado os distúrbios que não são outra coisa senão as últimas convulsões da realeza moribunda, e a luta de um governo infiel contra a igualdade.

A anarquia reinou na França desde Clovis até o último dos Capetos. O que é a anarquia senão a tirania, que faz descer do trono a natureza e a lei, para ali colocar homens!

Os males da sociedade jamais vêm do povo, mas do governo. Como poderia ser diferente? O interesse do povo é o bem público; o interesse do homem que tem uma boa posição é um interesse privado. Para ser bom, o povo só precisa preferir ele mesmo àquilo que não é ele; para ser bom, é preciso que o magistrado se imole ele mesmo ao povo.

Se me dignasse responder a preconceitos absurdos e bárbaros, observaria que são o poder e a opulência que produzem o orgulho e todos os vícios; que o trabalho, a mediocridade e a pobreza são os guardiães da virtude; que os anseios do fraco só têm por objeto a justiça e a proteção das leis beneficentes; que

ele só estima as paixões da honestidade; que as paixões do homem poderoso tendem a se elevar acima das leis justas, ou a criar outras tirânicas; diria enfim que a miséria dos cidadãos não é outra coisa senão o crime dos governos. Mas estabeleço a base do meu sistema com um único raciocínio.

O governo é instituído para fazer respeitar a vontade geral; mas os homens que governam têm uma vontade individual, e toda vontade procura dominar. Se empregam para esse uso o poder público de que estão armados, o governo não é outra coisa senão o flagelo da liberdade. Concluí, pois, que o primeiro objetivo de toda Constituição deve ser o de defender a liberdade pública e individual contra o próprio governo.

É precisamente esse objetivo que os legisladores esqueceram; ocuparam-se todos do poder do governo; nenhum pensou nos meios de trazê-lo de volta à sua instituição. Tomaram precauções infinitas contra a insurreição do povo, e encorajaram com todo o seu poder a revolta de seus delegados. Já indiquei as razões disso. A ambição, a força e a perfídia foram os legisladores do mundo. Escravizaram até a razão humana, depravando-a, e a tornaram cúmplice da miséria do homem. O despotismo produziu a corrupção dos costumes, e a corrupção dos costumes sustentou o despotismo. Nesse estado de coisas, caberá a quem vender sua alma ao mais forte legitimar a injustiça e dividir a tirania. Então a razão não é mais que loucura; a igualdade, anarquia; a liberdade, desordem; a natureza, quimera; a lembrança dos direitos da humanidade, revolta. Então temos bastilhas e cadafalsos para a virtude, palácios para a devassidão, tiranos e carros triunfais para o crime. Então temos reis, padres, nobres, burgueses, canalha; mas nada de povo, nem de homens.

Vede aqueles mesmos, dentre os legisladores, que o progresso das luzes públicas parece ter forçado a prestar algumas homenagens aos princípios; vede se não empregaram sua habilidade em eludi-los, quando não podiam mais conciliá-los com seus pontos de vista pessoais. Vede se fizeram outra coisa a não ser variar as formas do despotismo e as nuanças da aristocracia.

Proclamaram faustosamente a soberania do povo, e o acorrentaram; enquanto reconheciam que os magistrados são seus mandatários, trataram-nos como seus dominadores e como seus ídolos. Mancomunaram-se todos para supor o povo insensato e revoltoso, e os funcionários públicos essencialmente sábios e virtuosos. Sem buscar exemplos nas nações estrangeiras, poderíamos encontrar alguns bem surpreendentes no seio de nossa Revolução e na própria conduta das legislaturas que nos precederam. Vede com que covardia elas incensavam a realeza; com que imprudência pregavam a confiança cega nos funcionários públicos corruptos; com que insolência aviltavam o povo; com que barbárie o assassinavam. No entanto, vede de que lado estavam as virtudes cívicas. Lembrai-vos dos sacrifícios generosos da indigência e da vergonhosa avareza dos ricos, lembrai-vos da sublime dedicação dos soldados e das infames traições dos generais; da coragem invencível, da paciência magnânima do povo e do covarde egoísmo, da perfídia odiosa de seus mandatários.

Mas não nos espantemos demais com tantas injustiças. Ao sair de tão profunda erupção, como poderiam eles respeitar a humanidade, prezar a igualdade, crer na virtude? Infelizes de nós! Erguemos o templo da liberdade com mãos ainda machucadas pelos ferros da servidão. O que era nossa antiga educação, senão uma lição contínua de egoísmo e de tola vaidade? O que eram nossos hábitos e nossas pretensas leis, senão o código da impertinência e da baixeza, onde o desprezo pelos homens era submetido a uma espécie de tarifa, e graduado segundo regras tão bizarras quanto multiplicadas? Desprezar e ser desprezado; rastejar para dominar, alternadamente, escravos e tiranos; ora ajoelhados diante de um senhor, ora pisoteando o povo, tal era nosso destino, tal era nossa ambição: nós todos, enquanto éramos *homens bem-nascidos ou homens bem-educados, gente honesta e gente digna, homens da lei e financistas, magistrados ou militares.* Devemos então espantar-nos se tantos comerciantes estúpidos, se tantos burgueses egoístas conservam ainda pelos artesãos esse desdém insolente que os nobres prodigavam aos burgueses e aos próprios comerciantes? Oh, que nobre orgulho! Oh, que bela educação! Eis aí contudo por que os grandes destinos do mundo foram sustados! Eis aí por que o seio da pátria é dilacerado por traidores! Eis aí por que os satélites ferozes dos déspotas da Europa devastaram nossas colheitas, incendiaram nossas cidades, massacraram nossas mulheres e nossos filhos; o sangue de 300 mil franceses já correu; o sangue de outros 300 mil talvez ainda vá correr, a fim de que o simples trabalhador não possa tomar assento no senado ao lado do rico comerciante de grãos; a fim de que o artesão não possa votar nas assembléias do povo ao lado do ilustre negociante, ou do presunçoso advogado, e a fim de que o pobre, inteligente e virtuoso não possa manter a atitude de um homem em presença do rico, imbecil e corrupto! Insensatos que apelais para senhores para que não haja igualdade, pensais então que os tiranos adotarão todos os cálculos de vossa triste vaidade, de vossa covarde cupidez? Credes que o povo que conquistou a liberdade, que derramava seu sangue pela pátria quando dormíeis na inércia, ou conspiráveis nas trevas, irá deixar que o acorrenteis, esfaimeis ou degoleis? Não. Se não respeitais a humanidade, nem a justiça, nem a honra, conservai ao menos algum cuidado com vossos tesouros, que não têm outro inimigo senão a miséria pública, que agravais com tanta imprudência. Mas que motivo pode tocar escravos orgulhosos? A voz da verdade, que troveja nos corações corruptos, assemelha-se aos sons que ribombam nos túmulos e que não despertam os cadáveres.

Portanto vós, a quem a liberdade é cara, a quem a pátria é cara, tomai unicamente a vós o cuidado de salvá-la; e já que o momento em que o interesse premente de sua defesa, que parecia exigir toda a vossa atenção, é aquele em que se quer erigir precipitadamente o edifício da Constituição de um grande povo, fundai-a ao menos na base eterna da verdade. Estabelecei de início esta máxima incontestável: *que o povo é bom, e que*

seus delegados são corruptíveis; que é na virtude e na soberania do povo que é preciso buscar um preservativo contra os vícios e o despotismo do governo.

Desse princípio incontestável tiremos agora conclusões práticas, que são igualmente bases da Constituição livre.

Começai por moderar o poder dos magistrados.

Até aqui, os políticos que pareceram desejar fazer algum esforço, menos para defender a liberdade que para modificar a tirania, só puderam imaginar dois meios de atingir esse objetivo. Um é o equilíbrio dos poderes, e o outro o tribunado.

Quanto ao equilíbrio dos poderes, podemos ter sido enganados por esse prestígio, numa época em que a moda parecia exigir de nós essa homenagem a nossos vizinhos, numa época em que o exagero de nossa própria degradação nos permitia admirar todas as instituições estrangeiras que nos ofereciam alguma fraca imagem da liberdade. Mas, por menos que se reflita, percebe-se facilmente que esse equilíbrio só pode ser uma quimera ou um flagelo; que suporia a nulidade absoluta do governo, se não acarretasse necessariamente uma liga dos poderes rivais contra o povo; pois é fácil sentir que eles preferem mancomunar-se a chamar o soberano para julgar sua própria causa. Prova disso é a Inglaterra, onde o ouro e o poder do monarca fazem a balança pender constantemente para o mesmo lado; onde o partido da própria oposição parece solicitar, vez por outra, a reforma da representação nacional apenas para afastá-la, em conchavo com a maioria que parece combater; governo monstruoso, em que as virtudes públicas não passam de um escandaloso teatro burlesco, onde o fantasma da liberdade aniquila a própria liberdade, onde a lei consagra o despotismo, onde os direitos do povo são objeto de um tráfico declarado, onde a corrupção está livre do próprio freio do pudor.

Ora! Que nos importam as combinações que equilibram a autoridade dos tiranos! É a tirania que se deve extirpar: não é nas querelas de seus senhores que os povos devem buscar a

vantagem de respirar por alguns instantes; é em sua própria força que se deve colocar a garantia de seus direitos.

É pela mesma razão que não sou mais partidário da instituição do tribunado; a História não me ensinou a respeitá-lo. Não confio a defesa de tão grande causa a homens fracos ou corruptíveis. A proteção dos tribunos supõe a escravidão do povo. Não me agrada que o povo romano se retire para o Monte Sagrado para pedir protetores para um senado despótico e patrícios insolentes: desejo que ele permaneça em Roma, e que dela expulse todos os seus tiranos. Odeio tanto os próprios patrícios quanto odeio e desprezo mais ainda os tribunos ambiciosos, vis mandatários do povo que vendem aos grandes de Roma seus discursos e seu silêncio; que só defenderam o povo algumas vezes, para negociar sua liberdade com seus opressores.

Só posso aprovar um tribuno do povo: é o próprio povo. Remeto a cada seção da República francesa o poder tribunício; é fácil organizá-lo de maneira eqüidistante das tempestades da democracia absoluta e da pérfida tranqüilidade do despotismo representativo.

Mas antes de construir os diques que devem defender a liberdade pública dos transbordamentos do poder dos magistrados, comecemos por reduzi-lo a limites justos.

Uma primeira regra para atingir esse objetivo é que a duração de seu poder deve ser curta, aplicando sobretudo o princípio àqueles cuja autoridade é mais ampla.

2º Que ninguém possa exercer ao mesmo tempo várias magistraturas.

3º Que o poder seja dividido: mais vale multiplicar os funcionários públicos que confiar a alguns uma autoridade demasiado temível.

4º Que a legislação e a ação executiva sejam cuidadosamente separadas.

5º Que os diversos setores da ação executiva se destaquem, eles mesmos, o mais possível uns dos outros, segundo a própria natureza das questões, e sejam confiados a mãos diferentes.

Um dos maiores vícios da organização atual é a dimensão demasiado grande de cada um dos departamentos ministeriais onde se amontoam os diversos setores da administração, muito distintos por sua natureza.

O Ministério do Interior, sobretudo, tal como se obstinaram em conservá-lo até aqui provisoriamente, é um monstro político, que teria devorado provisoriamente a República nascente, se a força do espírito público, animado pelo movimento da Revolução, não a tivesse defendido até aqui, não só contra os vícios da instituição, como contra os dos indivíduos.

De resto, jamais podereis impedir que os depositários do poder executivo sejam magistrados poderosíssimos; tirai-lhes, pois, toda autoridade e toda influência estranha a suas funções.

Não permitais que assistam às assembléias do povo, nem que nelas votem, enquanto durar seu cargo. Aplicai a mesma regra aos funcionários públicos em geral. Afastai de suas mãos o Tesouro público; confiai-o a depositários e a fiscais que não possam participar, eles mesmos, de qualquer outra espécie de autoridade.

Deixai nos departamentos e sob o controle do povo a parcela dos tributos públicos que não precisar ser depositada na caixa geral; e que os gastos sejam quitados nas localidades, sempre que possível.

Cuidai bem de não entregar àqueles que governam quantias extraordinárias, sob qualquer pretexto, sobretudo sob o pretexto de formar a opinião.

Todas as manufaturas de opinião pública só fornecem venenos; com elas tivemos recentemente uma cruel experiência, e o primeiro ensaio desse estranho sistema não deve inspirar-nos muita confiança em seus inventores. Jamais perdei de vista que cabe à opinião pública julgar os homens que governam, e não a estes dominar e criar a opinião pública.

Mas existe um meio geral e não menos salutar de diminuir o poder dos governos em benefício da liberdade e da felicidade dos povos.

Ele consiste na aplicação desta máxima enunciada na Declaração dos Direitos que vos propus: "A lei só pode proibir aquilo que prejudica a sociedade: só pode ordenar aquilo que lhe é útil".

Fugi da mania antiga dos governos de querer governar demais; deixai aos indivíduos, deixai às famílias o direito de fazer aquilo que não prejudica outrem; deixai às comunas o poder de regulamentar elas mesmas seus próprios negócios, em tudo o que não envolve essencialmente a administração geral da República. Em uma palavra, devolvei à liberdade individual tudo o que não pertence naturalmente à autoridade pública, e na mesma medida tereis deixado menos espaço à ambição e ao arbitrário.

Respeitai sobretudo a liberdade do soberano nas assembléias primárias. Por exemplo, suprimindo esse código enorme que entrava e aniquila o direito de votar, sob o pretexto de regulamentá-lo, tirareis da intriga e do despotismo dos diretórios e das legislaturas armas infinitamente perigosas; do mesmo modo que, simplificando o código civil, abatendo o feudalismo, dízimos e todo o gótico edifício do direito canônico, encolhe-se singularmente o domínio do despotismo judiciário. Por mais úteis que sejam todas essas precauções, nada tereis feito ainda, se não impedirdes a segunda espécie de abuso que indiquei — a independência do governo.

A Constituição deve aplicar-se sobretudo a submeter os funcionários públicos a uma responsabilidade que se impõe, colocando-os na dependência real não dos indivíduos, mas do soberano.

Aquele que é independente dos homens torna-se logo independente de seus deveres; e a impunidade é tanto a mãe quanto a salvaguarda do crime, e o povo é sempre escravizado, a partir do momento em que é temido.

Existem dois tipos de responsabilidade: uma que podemos chamar de moral, e outra física.

A primeira consiste principalmente na publicidade: mas basta que a Constituição garanta a publicidade das operações

ou das deliberações do governo? Não: é preciso ainda dar-lhe toda a amplitude de que é susceptível.

A nação inteira tem o direito de conhecer a conduta de seus mandatários. Seria preciso, se fosse possível, que a assembléia dos mandatários deliberasse na presença de todos os franceses. Um edifício faustoso e majestoso, aberto a 12 mil espectadores, deveria ser o local das sessões do corpo legislativo. Sob os olhos de um tão grande número de testemunhas, nem a corrupção, nem a intriga, nem a perfídia ousariam mostrar-se; só a vontade geral seria consultada, só a voz da razão e do interesse público seria ouvida. Mas a admissão de algumas centenas de espectadores encaixotados num local estreito e incômodo oferece uma publicidade proporcional à imensidão da nação? Sobretudo quando uma multidão de trabalhadores mercenários amedronta o corpo legislativo, para interceptar ou para alterar a verdade, com os relatos infiéis que espalha por toda a República. O que ocorreria então se os próprios mandatários desprezassem essa pequena parcela de público que os vê; se desejassem fazer encarar como duas espécies de homens diferentes os habitantes do lugar onde residem e os que deles estão afastados; se denunciassem perpetuamente aquêles que são testemunhas de suas ações aos que lêem seus panfletos, para tornar a publicidade não apenas inútil, mas funesta à liberdade?

Os homens superficiais jamais adivinharão a influência que exerceu sobre a Revolução o local que abrigou o corpo legislativo, e os tratantes não o admitirão; mas os amigos esclarecidos do bem público não viram sem indignação que, após ter atraído para ela os olhares públicos para resistir à corte, a primeira legislatura fugiu deles tanto quanto pôde, quando quis unir-se à corte contra o povo; que, após se ter de certo modo escondido no Arcebispado, onde introduziu a lei marcial, trancou-se no Manège, onde se cercou de baionetas, para ordenar o massacre dos melhores cidadãos no Campo de Marte, salvar o perjuro Luís e minar os fundamentos da Liberdade. Seus sucessores cuidaram bem de não sair dali; os reis ou os magistrados

da antiga organização política mandavam construir em alguns dias uma magnífica sala de Ópera e, para vergonha da razão humana, quatro anos se passaram antes que se preparasse uma nova morada para a representação nacional. Digo mais: essa mesma, onde acaba de entrar, será mais favorável à publicidade e mais digna da nação? Não; todos os observadores perceberam que foi disposta com muita inteligência, pelo mesmo espírito de intriga, sob os auspícios de um ministro perverso, para entrincheirar os mandatários, escondendo-os dos olhares do povo. Chegaram a fazer prodígios nesse âmbito; descobriram enfim o segredo, há tanto tempo procurado, de excluir o público admitindo-o; que ele possa assistir às sessões, mas que não possa ouvir, a não ser no pequeno espaço reservado às pessoas de bem e aos jornalistas; que esteja presente e ausente ao mesmo tempo. A posteridade se espantará com a indiferença com a qual uma grande nação suportou por tanto tempo as covardes e grosseiras manobras que lhe comprometiam ao mesmo tempo a dignidade, a liberdade e a salvação.

Quanto a mim, penso que a Constituição não deve limitar-se a ordenar que as sessões do corpo legislativo e das autoridades constituídas sejam públicas, mas julgo também que ela não deve deixar de se ocupar dos meios de lhes garantir a maior publicidade; que deve interditar aos mandatários o poder de influir, de qualquer maneira, na composição do auditório; e também de determinar arbitrariamente a dimensão do local que deve receber o povo. Deve fazer de modo que a legislatura resida no seio de uma imensa população, e delibere sob os olhos de uma multidão infinita de cidadãos.

O princípio da responsabilidade moral exige ainda que os agentes do governo prestem contas exatas e circunstanciadas de sua gestão, em épocas determinadas e bastante aproximadas; que essas contas sejam tornadas públicas pela voz da imprensa, e submetidas à avaliação de todos os cidadãos; que, por conseguinte, sejam enviadas a todos os departamentos, a todas as administrações e a todas as comunas.

Com o apoio da responsabilidade moral, é preciso desenvolver a responsabilidade física que, em última análise, é a mais segura guardiã da liberdade; ela consiste na punição dos funcionários públicos prevaricadores.

Um povo cujos mandatários não devem prestar contas de sua gestão a ninguém não tem Constituição; um povo cujos mandatários só devem prestar contas a outros mandatários invioláveis não tem Constituição, já que depende destes últimos trair o povo impunemente, e deixar que o povo seja traído pelos outros. Se é este o sentido que se atribui ao governo representativo, confesso que adoto todos os anátemas pronunciados contra ele por Jean-Jacques Rousseau. De resto, essa palavra precisa ser explicada, como tantas outras; ou antes, trata-se bem menos de definir o governo francês do que constituí-lo.

Em todo Estado livre, os crimes públicos dos magistrados devem ser punidos tão severamente e tão facilmente quanto os crimes privados dos cidadãos; e o poder de reprimir os atentados do governo deve retornar ao soberano.

Sei que o povo não pode ser um juiz sempre em atividade. Assim, não é isso o que desejo; mas desejo ainda menos que seus delegados sejam déspotas acima das leis. Pode-se atingir o objetivo que proponho com medidas simples, cujas teorias vou expor.

1º Desejo que todos os funcionários públicos, nomeados pelo povo, possam ser demitidos por ele, segundo as formas que serão estabelecidas, sem outro motivo que não o direito imprescritível que lhe pertence de destituir seus mandatários.

2º É natural que o corpo encarregado de elaborar as leis fiscalize aqueles que têm a incumbência de fazer com que elas sejam executadas. Os membros da instância executiva ficarão portanto obrigados a prestar contas de sua gestão ao corpo legislativo. Em caso de prevaricação, este não poderá puni-los, porque não se deve deixar-lhe este meio de se apoderar do poder executivo, mas irá acusá-los diante de um tribunal popular,

cuja única função será conhecer as prevaricações dos funcionários públicos. Os membros do corpo legislativo não poderão ser processados por este tribunal em virtude das opiniões que tenham manifestado nas assembléias, mas unicamente por fatos declarados de corrupção ou de traição, dos quais possam ser acusados. Os delitos ordinários que possam cometer são da alçada dos tribunais ordinários.

Ao expirar seu cargo, os membros da legislatura e os responsáveis pela ação executiva, ou ministros, poderão ser submetidos ao julgamento solene de seus comitentes. O povo pronunciará simplesmente se conservaram ou perderam sua confiança. O julgamento que declarar que perderam a confiança do povo acarretará a incapacidade de exercer qualquer função. O povo não pronunciará pena mais forte, e se os mandatários forem culpados de alguns crimes particulares e formais, ele poderá remetê-los ao tribunal estabelecido para puni-los.

Essas disposições se aplicarão igualmente aos membros do tribunal popular.

Por maior que seja a necessidade de conter os magistrados, esta não é menor que a de bem escolhê-los. É sobre essa dupla base que a liberdade deve ser fundada. Não percais de vista que, no governo representativo, não há leis constitutivas tão importantes quanto as que garantam a pureza das eleições.

Aqui, vejo propalarem-se perigosos erros; aqui me dou conta de que se abandonam os primeiros princípios do bom senso e da liberdade, para perseguir vãs abstrações metafísicas. Por exemplo, deseja-se que em todos os pontos da República os cidadãos votem a nomeação de cada funcionário público, de maneira que o homem de mérito e de virtude que só é conhecido na região onde mora jamais possa ser chamado a representar seus compatriotas; e que os charlatães famosos, que nem sempre são os melhores cidadãos, nem os homens mais esclarecidos, ou os intrigantes sustentados por um partido poderoso que domine em toda a República, sejam para sempre e exclusivamente os representantes necessários do povo francês.

Mas ao mesmo tempo acorrenta-se o soberano com regulamentos tirânicos; por toda parte desgosta-se o povo, afastam-se os *sans-culottes* com formalidades. Digo mais: expulsam-nos com a fome; pois nem sequer se pensa em indenizá-los do tempo que roubam à subsistência de suas famílias para dedicá-lo à coisa pública.

Eis contudo os princípios conservadores da liberdade, que a Constituição deve manter. Todo o resto não passa de charlatanismo, intriga e despotismo.

Fazei de modo que o povo possa assistir às assembléias públicas; pois só ele é o apoio da liberdade e da justiça: destas, os aristocratas e intrigantes são o flagelo.

Que importa que a lei preste uma homenagem hipócrita à igualdade dos direitos, se a mais imperiosa de todas as leis — a necessidade — força a parte mais sã e mais numerosa do povo a renunciar a essa igualdade. Que a pátria indenize o homem que vive de seu trabalho, quando ele assiste às assembléias públicas; que, pelo mesmo motivo, assalarie de maneira comparável todos os funcionários públicos; que as regras das eleições, que as formas das deliberações sejam tão simples e breves quanto possível; que todos os dias das assembléias sejam marcados nas épocas mais cômodas para a parte laboriosa da nação.

Que se delibere em voz alta: a publicidade é o apoio da virtude, a salvaguarda da verdade, o terror do crime, o flagelo da intriga. Deixai as trevas e o escrutínio secreto aos criminosos e aos escravos. Os homens livres desejam ter o povo como testemunha de seus pensamentos. Esse método forma os cidadãos e as virtudes republicanas. Ele convém a um povo que acaba de conquistar sua liberdade, e que combate para defendê-la. Quando ela cessa de lhe convir, a República não mais existe.

No mais, que o povo — repito — seja perfeitamente livre nas assembléias: a Constituição só pode estabelecer essas regras gerais, necessárias para banir a intriga e manter a própria liberdade; qualquer outro constrangimento não passa de um atentado à soberania.

Que, sobretudo, nunca qualquer autoridade constituída se intrometa em sua ordem política nem em suas deliberações.

Desse modo, tereis resolvido o problema ainda indeciso da economia popular; o de colocar na virtude do povo e na autoridade do soberano o contrapeso necessário das paixões do magistrado e da tendência do governo à tirania.

De resto, não esqueçais que a própria solidez da Constituição se apóia em todas as instituições, em todas as leis particulares de um povo; seja qual for o nome que lhe derem, apóia-se na bondade dos costumes, no conhecimento e no sentimento dos direitos sagrados do homem. A Declaração dos Direitos é a Constituição de todos os povos; as outras leis são mutáveis por sua natureza, e são subordinadas a ela. Que a Declaração esteja incessantemente presente em todos os espíritos; que brilhe na dianteira de vosso código público; que o primeiro artigo desse código seja a garantia formal de todos os direitos do homem. Que o segundo estabeleça que toda lei que fira esses direitos é tirânica e nula; que a Declaração seja pomposamente exaltada em todas as vossas cerimônias públicas; que ela desperte a atenção do povo em todas as suas assembléias, em todos os locais onde residem seus mandatários; que seja escrita nas paredes de nossas casas; que seja a primeira lição dada aos filhos por seus pais.

Talvez me perguntem de que maneira, com tão seguras precauções contra os magistrados, posso garantir a obediência às leis e ao governo. Respondo que a garantia é maior ainda, precisamente por causa dessas precauções. Entrego às leis e ao governo toda a força que tiro dos vícios dos homens que governam e que fazem leis.

O respeito que o magistrado inspira depende muito mais do respeito que ele mesmo tem pelas leis do que do poder que usurpa; e o poder das leis está bem menos na força militar que as cerca, do que em sua concordância com os princípios da justiça e com a vontade geral.

Quando a lei tem por princípio o interesse público, tem o apoio do próprio povo, e sua força é a força de todos os cida-

dãos dos quais é obra e propriedade. A vontade geral e a força pública têm uma origem comum. A força pública representa, no corpo político, o mesmo papel desempenhado no corpo humano pelo braço, que executa espontaneamente o que a vontade comanda, e que repele todos os objetos que podem ameaçar o coração ou a cabeça.

Quando a força pública não faz outra coisa senão secundar a vontade geral, o Estado é livre e pacífico; quando ela a contraria, o Estado é subjugado ou agitado.

A força pública está em contradição com a vontade geral em dois casos: quando a lei não é a vontade geral, ou quando o magistrado a usa para violar a lei. Tal é a horrível anarquia que os tiranos estabeleceram em todos os tempos, com o nome de tranqüilidade, ordem pública, legislação e governo: toda a sua arte consiste em isolar e reprimir todos os cidadãos pela força, para sujeitá-los a todos os seus odiosos caprichos, que ornam com o nome de leis. Legisladores, fazei leis justas; magistrados, fazei com que estas sejam religiosamente executadas; que esteja aí toda a vossa política, e oferecereis ao mundo um espetáculo desconhecido — o de um grande povo livre e virtuoso.

Art. I. A Constituição garante a todos os franceses os direitos imprescritíveis do homem e do cidadão, enunciados na declaração precedente.

II. Ela declara tirânico e nulo todo ato de legislação ou de governo que os viole.

III. A Constituição francesa não reconhece outro governo legítimo que não o governo republicano, nem outra República, a não ser a que é fundada na liberdade e na igualdade.

IV. A República francesa é una e indivisível.

V. A soberania reside essencialmente no povo francês; todos os funcionários públicos são seus mandatários: ele pode demiti-los do mesmo modo pelo qual os escolheu.

VI. A Constituição não reconhece outro poder que não o do soberano: as diversas parcelas da autoridade exercida pelos diferentes magistrados não são mais que funções públicas que ele lhes delega para o bem comum.

VII. A população e a extensão da República obrigam o povo francês a se dividir em seções para exercer sua soberania; mas seus direitos não são menos reais nem menos sagrados do que seriam se ele deliberasse por inteiro, numa assembléia única.

Em conseqüência, nenhuma seção do soberano pode ser submetida à influência ou às ordens de qualquer autoridade constituída, e os mandatários que atentarem contra a liberdade, contra a segurança ou contra a dignidade de uma parcela do povo são culpados de rebelião contra o povo todo.

VIII. Para que a desigualdade dos bens não destrua a igualdade dos direitos, a Constituição quer que os cidadãos que vivem de seu trabalho sejam indenizados do tempo que dedicam às questões públicas nas assembléias do povo, para onde a lei os chama.

IX. A duração das funções dos mandatários do povo não pode exceder dois anos.

X. Ninguém pode ter ao mesmo tempo dois empregos públicos.

XI. As funções executivas, as funções legislativas e as funções judiciárias são separadas.

XII. A Constituição não quer que a própria lei possa garantir a liberdade individual, sem qualquer benefício para o bem público; ela deixa às comunas o direito de regular suas próprias questões, naquilo que não diz respeito à administração geral da República.

XIII. As deliberações da legislatura e de todas as autoridades constituídas serão públicas: a publicidade exigida pela Constituição é a maior publicidade possível. A legislatura deve realizar suas sessões num local que possa admitir 12 mil espectadores.

XIV. Todo funcionário público é responsável perante o povo.

XV. Será estabelecido um tribunal cuja única função será conhecer suas prevaricações.

XVI. Os membros da legislatura não poderão ser processados por qualquer tribunal constituído em virtude das opiniões que possam ter manifestado na assembléia, mas ao expirarem suas funções, sua conduta será solenemente julgada pelo povo que os terá escolhido. O povo se pronunciará sobre a seguinte questão: tal cidadão correspondeu ou não à confiança com a qual o povo o honrou?

XVII. Os fatos declarados de corrupção e de traição que poderiam ser imputados aos funcionários públicos dos quais se falou nos dois artigos precedentes serão julgados pelo tribunal popular, e seus delitos privados pelos tribunais ordinários.

XVIII. Todos os membros da legislatura e todos os membros da instância executiva ficarão obrigados a prestar contas de suas fortunas, dois anos após a expiração de sua autoridade.

XIX. Quando os direitos do povo forem violados por um ato da legislatura ou do governo, cada departamento poderá remetê-lo ao exame do resto da República; e no prazo que for determinado, as assembléias primárias se reunirão para manifestar seu voto sobre esse ponto.

XX. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão será colocada no lugar mais aparente dos locais onde as autoridades constituídas realizarem suas sessões: será pomposamente exaltada em todas as cerimônias públicas; será o primeiro objeto da instrução pública.

VII

Em defesa do Comitê de Salvação Pública e contra Briez

25 de setembro de 1793

Para dirigir o enorme contingente de tropas recrutadas desde fevereiro de 1793, o Comitê de Salvação Pública substituiu diversos generais, reorganizou os estados-maiores e adotou o mais estrito segredo na condução das operações militares. Briez, representante em missão no Exército do Norte, reprovou o silêncio imposto e descreveu a situação penosa dos homens acantonados em Valenciennes. A Convenção decidiu então integrá-lo ao Comitê, mas ele recusou. Coube a Robespierre, Jeanbon, Saint-André e Billaud-Varenne justificar as decisões tomadas por seus colegas, obtendo da Assembléia um voto de confiança.

Cidadãos!

Se minha qualidade de membro do Comitê de Salvação Pública deve impedir-me de me explicar com inteira independência sobre o que se passou, dela devo abdicar imediatamente; e, depois de me separar de meus colegas, que estimo e que honro (é sabido que não sou pródigo nesse sentimento), vou dizer a meu país as verdades necessárias. A verdade é a única arma que resta nas mãos dos intrépidos defensores da liberdade, para abater os pérfidos agentes da aristocracia. Aquele que procura aviltar, dividir, paralisar a Convenção é um inimigo da pátria, quer ocupe um assento neste recinto, quer seja estrangeiro (*Aplausos.*); esteja ele agindo por tolice ou por perversidade, é do partido dos tiranos que guerreiam contra nós. Ora, esse projeto de aviltamento existe; existe nos próprios locais onde o patriotismo deveria reinar, nos clubes que pretendem ser mais que patriotas. Guerreia-se contra a Convenção na pes-

soa de todos os defensores da liberdade. Mas o que haveria de mais deplorável seria que esse covarde sistema tivesse aqui partidários.

Faz muito tempo que o Comitê de Salvação Pública sustenta a guerra que lhe fazem alguns membros, mais invejosos e mais preconceituosos do que justos. Quando ele se ocupa dia e noite dos grandes interesses da pátria, vem gente aqui trazer-vos denúncias escritas, apresentadas com astúcia. Teriam então os cidadãos que destinastes às mais penosas funções perdido o título de defensores imperturbáveis da liberdade, porque aceitaram esse fardo? Aqueles que os atacam são mais patriotas porque não receberam essa marca de confiança? Pretendeis que aqueles que aqui defenderam a liberdade e os direitos do povo arriscando a vida em meio aos punhais devem ser tratados como vis protetores da aristocracia? Enfrentaremos a calúnia e as intrigas. Mas a Convenção está ligada ao Comitê de Salvação Pública; vossa glória está ligada ao sucesso dos trabalhos daqueles que revestistes da confiança nacional.

Acusam-nos de nada fazer; mas afinal pensou-se na nossa posição? Onze exércitos para dirigir, o peso da Europa inteira para carregar; por toda parte traidores a desmascarar, emissários subornados pelo ouro das potências estrangeiras a desmoralizar, administradores infiéis a vigiar, a perseguir; aplainar por toda parte obstáculos e entraves à execução das mais sábias medidas; todos os tiranos a combater, todos os conspiradores a intimidar, eles que se encontram quase todos numa casta outrora tão poderosa por suas riquezas e também por suas intrigas — tais são nossas funções. Credes que, sem unidade de ação, sem segredo nas operações, sem a certeza de encontrar um apoio na Convenção, o governo pode triunfar de tantos obstáculos e de tantos inimigos? Não; só a mais extrema ignorância, a mais profunda perversidade pode pretender que, em tais circunstâncias, não seja alguém um inimigo da pátria quando serve cruelmente aos próprios interesses, aviltando aqueles que seguram o timão dos negócios públicos, entravando suas

operações, caluniando sua conduta. Não seria impunemente que abandonaríeis a força de opinião necessária. Não quero outras provas senão as discussões que acabam de ocorrer.

O Comitê de Salvação Pública vê traições em meio a uma vitória. Destitui um general, ainda investido da confiança e revestido do brilho de um triunfo aparente; e sua própria coragem é acusada como um crime! Expulsa os traidores e dá preferência aos oficiais que mostraram mais civismo; escolhe-os após consultar os representantes do povo que tinham conhecimentos particulares sobre o caráter de cada um deles. Essa operação exigia segredo para ter pleno sucesso; a salvação da pátria o exigia.

Tinham sido tomadas todas as medidas necessárias para que esse segredo fosse guardado, nem que fosse com relação aos outros exércitos. Pois bem! No momento em que estamos impacientes por conhecer o resultado dessas medidas, somos denunciados à Convenção Nacional; criticam nosso trabalho sem dele conhecer os motivos; deseja-se que divulguemos o segredo da República, que demos aos traidores tempo para escapar; busca-se descreditar as novas escolhas, provavelmente para que a confiança não se possa restabelecer.

Declama-se incessantemente contra os nobres; diz-se que é preciso destituí-los; e por uma estranha contradição, quando executamos essa grande medida de Revolução, e quando até mesmo lhe imprimimos todos os cuidados possíveis, denunciam-nos. Acabamos de destituir dois nobres, a saber: um dos homens dessa casta proscrita mais suspeitos por suas antigas relações com a corte, e outro conhecido por suas ligações e assiduidades com nobres estrangeiros — tanto um quanto o outro de uma aristocracia declarada. Pois bem! Acusam-nos de tudo desorganizar. Diziam-nos que só queríamos ver verdadeiros *sans-culottes* à frente dos exércitos. Escolhemos aqueles que mereciam o reconhecimento nacional por proezas novas nas questões de Bergues e Dunkerque, que venceram apesar de Houchard, que demonstraram o maior talento, pois o ata-

que de Hondschoote devia fazer perecer o Exército francês; foi principalmente a Jourdan que se deveu o espantoso sucesso que honrou esse Exército, que forçou o levantamento do sítio de Dunkerque; foi esse oficial que, no momento em que o Exército não esperava encontrar 18 mil homens bem entrincheirados, e quando era surpreendido pela descarga de uma artilharia assustadora, foi Jourdan que se lançou à frente de um batalhão no campo inimigo, que fez passar sua coragem ao resto do Exército, e a tomada de Hondschoote foi o efeito de suas hábeis disposições e do ardor que ele soube inspirar.

Sendo o chefe do estado-maior justamente suspeito, substituímo-lo por um homem cujos talentos e cujo patriotismo foram atestados por todos os comissários; um homem conhecido por façanhas que o fizeram sobressair justamente no tempo em que as mais odiosas traições sacrificavam esse Exército. Ele se chama Ernould; distinguiu-se na última contenda, e chegou a ser ferido. E nos denunciam!

Fizemos as mesmas mudanças nos exércitos da Mosela e do Reno; todas as escolhas recaíram em homens do caráter daquele que acabo de lhes descrever. E continuam a nos acusar!

Se existem alguns pressupostos morais que possam dirigir o governo e servir de regra aos legisladores, certamente são os que seguimos nessas operações.

Qual é, pois, a causa dessa denúncia?

Ah! Essa jornada valeu a Pitt, ouso dizê-lo, mais de três vitórias. Com efeito, que sucesso pode ele pretender, senão o de aniquilar o governo nacional que a Convenção estabeleceu, e nos dividir, fazer com que nos dilaceremos com nossas próprias mãos? E se passarmos por imbecis ou traidores na Europa, credes que se respeitará mais a Convenção que nos escolheu, que estarão mesmo dispostos a respeitar as autoridades que estabelecereis a seguir?

É importante, pois, que o governo tome consistência, e que substituais um Comitê que acaba de ser denunciado com sucesso em vosso seio. (*Não, não!*, exclama a assembléia, unânime.)

Não se trata aqui dos indivíduos; trata-se da pátria e dos princípios. Eu declaro: é impossível que, nesta situação, o Comitê possa salvar a coisa pública; e se me contestarem isso, lembrarei o quanto é pérfido, o quanto é considerável o sistema de nos aviltar e de nos dissolver; como os estrangeiros e os inimigos do interior têm agentes pagos para tanto; lembrarei que a facção não está morta; que ela conspira do fundo de seus cárceres; que as serpentes do Marais ainda não estão todas esmagadas. (*Aplausos.*)

Os homens que declamam perpetuamente, seja aqui, seja alhures, contra homens que estão à frente do governo deram eles mesmos provas de falta de civismo e de baixeza. Por que, então, querem aviltar-nos? Qual de nossos atos mereceu essa ignomínia?

Sei que não podemos orgulhar-nos de ter atingido a perfeição; mas quando é preciso sustentar uma República cercada de inimigos, armar a razão em favor da liberdade, destruir os preconceitos, tornar nulos os esforços particulares contra o interesse público, é preciso então forças morais e físicas que talvez a natureza tenha recusado, tanto aos que nos denunciam quanto aos que combatemos.

O Comitê tem direitos, no que se refere a odiar os reis e os tratantes; se não credes em seu zelo, nos serviços que prestou à coisa pública, quebrai esse instrumento; mas antes examinai as circunstâncias em que vos encontrais. Aqueles que nos denunciam são, eles mesmos, denunciados no Comitê; de acusadores que são hoje, vão tornar-se acusados. (*Aplausos.*) Mas quais são os homens que se elevam contra a conduta do Comitê, e que nesta sessão agravaram vossos reveses, para agravar suas denúncias?

O primeiro se declarou partidário de Custine e de Lamorlière; foi o perseguidor dos patriotas numa fortaleza importante, e ainda há pouco tempo ousou propor a decisão de abandonar um território unido à República, cujos habitantes, denunciados por ele, defendem-se hoje com energia contra os fanáticos e os ingleses.

O segundo ainda não reparou a vergonha com que se cobriu ao voltar de um posto confiado à sua defesa, após entregá-lo aos austríacos. Sem dúvida, se tais homens chegam a provar que o Comitê não é composto de bons cidadãos, a liberdade está perdida; pois provavelmente não será neles que a opinião pública esclarecida depositará sua confiança, entregando-lhes as rédeas do governo! Que não se pense que minha intenção é retrucar aqui imputação por imputação. Assumo o compromisso de jamais dividir os patriotas; mas não incluo entre os patriotas aqueles que destes só têm a máscara, e desnudarei a conduta de dois ou três traidores que são aqui os artesãos da discórdia e da dissensão. (*Aplausos.*)

Penso, pois, que a pátria está perdida se o governo não gozar de uma confiança ilimitada, e se não for composto de homens que a merecem. Solicito que o Comitê de Salvação Pública seja renovado. (*Não, não!*, clama-se de novo na assembléia inteira.)

Intervenções de Briez, Jeanbon Saint-André e Billaud-Varenne. Pede-se a ordem do dia. Robespierre retoma a palavra:

Passar à ordem do dia é abrir a porta a todos os inconvenientes que expus. A Convenção não pode calar-se sobre o que tende a paralisar o governo. As explicações que foram dadas são insuficientes: disso resulta apenas que os membros do Comitê de Salvação Pública que falaram pareceram defender sua causa, e nada pronunciastes; isso significa favorecer os homens que o caluniaram, nem sempre aqui, mas secretamente, mas de um modo tanto mais pérfido quanto parecem aplaudi-lo diante de vós, quando ele faz seus relatórios; pois eu vos declaro que o mais penoso sentimento por mim experimentado durante esta discussão foi ver que Barère era aplaudido por aqueles mesmos que não cessaram de caluniar indistintamente todos os membros do Comitê, por aqueles mesmos que talvez desejassem ver-nos com um punhal no peito. (*Aplausos.*)

Um membro disse que cada um devia poder emitir sua opinião sobre as operações do Comitê de Salvação Pública: não discordo. As funções do Comitê de Salvação Pública são penosas, e é por isso que ele não poderia salvar a pátria sem a Convenção. Para salvar a pátria é preciso um grande caráter, grandes virtudes; é preciso que haja homens que tenham a coragem de propor medidas fortes, que ousem mesmo atacar o amor-próprio dos indivíduos. (*Aplausos.*) Sem dúvida, cada um é livre de dizer sua maneira de pensar sobre o Comitê; mas essa liberdade não deve chegar ao ponto de um deputado, chamado do fundo dos departamentos porque julgam que deixou de bem servir ao povo, tomar a dianteira e acusar o Comitê. (*Aplausos.*)

Cidadãos, eu vos prometi a inteira verdade e vou dizê-la. Nesta discussão, a Convenção não mostrou toda a energia que deveria ter mostrado; fizeram-vos um relatório sobre Valenciennes cujo aparente objetivo era o de vos informar sobre todas as circunstâncias da rendição desse posto, mas cujo real intuito era inculpar o Comitê de Salvação Pública. Como prêmio por sua acusação vaga, o autor desse relatório é associado ao Comitê que denuncia. Pois bem! Eu vos declaro que aquele que estava em Valenciennes quando o inimigo ali entrou não é feito para ser membro do Comitê de Salvação Pública. (*Aplausos entusiásticos.*) Esse membro jamais responderá à seguinte questão: *Estais morto?* (*Aplausos muitas vezes reiterados.*) Se eu tivesse estado em Valenciennes naquela circunstância, jamais estaria em condições de vos fazer um relatório sobre os eventos do sítio; teria desejado compartilhar o destino dos bravos defensores que preferiram uma morte honrosa a uma vergonhosa capitulação. (*Aplausos.*) E já que é preciso ser republicano, já que é preciso ter energia, declaro-vos que não pertenceria a um Comitê do qual semelhante homem fizesse parte.

Isso poderá parecer duro; mas o que é mais duro ainda para um patriota é que há dois anos 100 mil homens foram degolados por traição e por fraqueza: é a fraqueza para com os trai-

dores que nos perde. Enternecemo-nos com os homens mais criminosos, com aqueles que entregam a pátria à espada do inimigo; quanto a mim, só sei me enternecer com a virtude desventurada; só sei enternecer-me com a inocência oprimida; só sei enternecer-me com o destino de um povo generoso que degolam com tanta perversidade. (*Aplausos.*)

Acrescento uma palavra sobre nossos acusadores; não é possível que, sob o pretexto da liberdade de opinião, um Comitê que serve bem à pátria seja impunemente caluniado por aqueles que, podendo esmagar uma das cabeças da hidra do federalismo, não o fizeram por excesso de fraqueza; nem por aqueles que, nesta tribuna, ousaram propor friamente o abandono do Monte Branco aos piemonteses. (*Aplausos.*)

Quanto à proposição de Billaud-Varenne, não lhe atribuo qualquer importância, e a considero impolítica. Se os 50 milhões postos à disposição do Comitê pudessem atrair por um instante a atenção da Convenção, esta não seria digna de trabalhar para a salvação da pátria. Sustento que não se deve crer na probidade para suspeitar do Comitê de Salvação Pública. (*Aplausos.*) Que os tiranos que nos detestam, que seus caluniadores assalariados, que os jornalistas que tão bem lhes servem difundam essas imposturas para nos aviltar, posso admitir; mas não cabe a nós prever semelhantes acusações e a elas responder; basta-me sentir no coração a força de defender até a morte a causa do povo, que é grande e sublime; basta-me desprezar todos os tiranos e os tratantes que os secundam. (*Aplausos.*)

Sintetizo, dizendo que todas as explicações dadas são insuficientes. Podemos desprezar as calúnias; mas os agentes dos tiranos que nos cercam nos observam e recolhem tudo o que pode aviltar os defensores do povo; é por causa deles, para prevenir suas imposturas, que é preciso que a Convenção Nacional proclame que conserva toda a sua confiança no Comitê de Salvação Pública. (*Aplausos.*)

VIII

Resposta da Convenção Nacional aos manifestos dos reis coligados contra a República

Precedida de um relatório feito em nome do Comitê de Salvação Pública

5 de dezembro de 1793

A situação no segundo semestre de 1793 tornou-se crítica. A oposição ao regime dos jacobinos era maciça: dos 83 departamentos [províncias], só 23 permaneciam leais à Convenção. Os camponeses estavam descontentes, o abastecimento de gêneros de primeira necessidade escasseava. Custava caro à Revolução manter um Exército de um milhão de homens. Coligadas, as monarquias européias lutavam contra a Revolução, tanto no campo de batalha como no da propaganda. Robespierre apresentou e a Convenção aprovou uma resposta ao manifesto dos reis contra a República francesa.

Cidadãos representantes do povo!
Os reis coligados contra a República guerreiam contra nós com exércitos, intrigas e libelos. A seus exércitos oporemos exércitos mais valentes; a suas intrigas, a vigilância e o terror da justiça nacional; a seus libelos, a verdade.

Sempre prontos a reatar os fios de suas tramas funestas, à medida que estes são rompidos pela mão do patriotismo; sempre hábeis em voltar as armas da liberdade contra a própria liberdade, os emissários dos inimigos da França trabalham hoje para derrubar a República por republicanismo, e para reacender a guerra civil por filosofia. Com esse grande sistema de subversão e de hipocrisia coincide maravilhosamente um plano pér-

fido de difamação contra a Convenção Nacional e contra a própria Nação. Enquanto a perfídia ou a imprudência ora enfraquecia a energia das medidas revolucionárias comandadas pela salvação da pátria, ora deixava essas medidas sem execução, ora as exagerava com malícia ou as aplicava às avessas; enquanto em meio a essas dificuldades os agentes das potências estrangeiras, fazendo uso de todos os pretextos, desviavam nossa atenção dos verdadeiros perigos e das necessidades prementes da República, para voltá-la inteira para as idéias religiosas; enquanto buscavam substituir uma revolução política por uma revolução nova, para ludibriar a razão pública e a energia do patriotismo; enquanto os mesmos homens atacavam abertamente todos os cultos e encorajavam secretamente o fanatismo; enquanto no mesmo instante faziam repercutir na França inteira suas declamações insensatas, e ousavam abusar do nome da Convenção Nacional para justificar as extravagâncias premeditadas da aristocracia disfarçada sob o manto da loucura, os inimigos da França comerciavam de novo vossos portos, vossos generais, vossos exércitos; tranqüilizavam o federalismo apavorado, urdiam intrigas entre todos os povos estrangeiros para multiplicar vossos inimigos; armavam contra vós os padres de todas as nações; opunham o império das opiniões religiosas ao ascendente natural de vossos princípios morais e políticos; e os manifestos de todos os governos nos denunciavam ao Universo como um povo de loucos e ateus. Cabe à Convenção Nacional intervir entre o fanatismo que estão despertando e o patriotismo que se quer desnortear, e unir todos os cidadãos aos princípios da liberdade, da razão e da justiça. Os legisladores que amam a pátria e que têm a coragem de salvá-la não devem assemelhar-se a caniços incessantemente agitados pelo sopro das facções estrangeiras. É dever do Comitê de Salvação Pública mostrá-los a vós, e vos propor as medidas necessárias para sufocá-los; e ele há de cumpri-las, sem dúvida. Enquanto isso, encarregou-me de vos apresentar um projeto cujo objetivo é confundir as covardes imposturas dos tiranos ligados contra a República, e desnudar

aos olhos do Universo sua hedionda hipocrisia. Nesse combate da tirania contra a liberdade, temos tantas vantagens que seria loucura de nossa parte evitá-lo; e já que os opressores do gênero humano têm a temeridade de querer advogar sua causa diante dele, apressemo-nos a acompanhá-los a esse temível tribunal, para acelerar a inevitável sentença que os aguarda.

RESPOSTA DA CONVENÇÃO NACIONAL PROPOSTA POR ROBESPIERRE

A Convenção Nacional responderá aos manifestos dos tiranos ligados contra a República francesa? É natural desprezá-los, mas é útil confundi-los; é justo puni-los.

Um manifesto do despotismo contra a liberdade! Que fenômeno bizarro! Como os inimigos da França ousaram tomar homens como árbitros entre eles e nós? Como não temeram que a causa da querela despertasse a lembrança de seus crimes e apressasse sua ruína?

De que nos acusam? De suas próprias perversidades.

Acusam-nos de rebelião. Escravos revoltados contra a soberania dos povos, ignorais que essa blasfêmia só pode ser justificada pela vitória? Mas vede então o cadafalso do último de nossos tiranos; vede o povo francês armado para punir seus semelhantes: eis nossa resposta.

Os reis acusam o povo francês de imoralidade! Povos, ouvi com atenção as lições desses respeitáveis preceptores do gênero humano. A moral dos reis, bom Deus! Povos, celebrai a boa-fé de Tibério e o candor de Luís XVI; admirai o bom senso de Cláudio e a sabedoria de Jorge; louvai a temperança e a justiça de Guilherme e de Leopoldo; exaltai a castidade de Messalina, a fidelidade conjugal de Catarina, e a modéstia de Antonieta; louvai o invencível horror às usurpações e à tirania, manifestado por todos os déspotas passados, presentes e futuros, assim como sua terna consideração com a inocência oprimida, seu respeito religioso para com os direitos da humanidade.

Acusam-nos de irreligiosidade; publicam que declaramos guerra à própria Divindade. Como é edificante a piedade dos tiranos, e como devem ser agradáveis ao céu as virtudes que brilham nas cortes e os benefícios que eles espalham pela terra! De que deus nos falam eles? Conhecerão outros que não o orgulho, a devassidão e todos os vícios? Dizem-se as imagens da Divindade... Será para torná-la odiosa? Dizem que a autoridade deles é sua obra. Não: Deus criou os tigres; mas os reis são a obra-prima da corrupção humana. Se eles invocam o céu, é para usurpar a Terra; se nos falam da divindade, é para se colocar no lugar dela: remetem a ela as preces do pobre e os gemidos do infeliz; mas eles mesmos são os deuses dos ricos, dos opressores e dos assassinos do povo. Honrar a Divindade e punir os reis é a mesma coisa. E que povo jamais rendeu culto mais puro que o nosso ao grande Ser sob os auspícios do qual proclamamos os princípios imutáveis de toda sociedade humana? As leis da justiça eterna eram chamadas desdenhosamente de sonhos de pessoas de bem; fizemos delas imponentes realidades. A moral estava nos livros dos filósofos; nós a pusemos no governo das nações. A sentença de morte pronunciada pela natureza contra os tiranos dormia esquecida nos corações abatidos dos tímidos mortais; nós a executamos. O mundo pertencia a algumas raças de tiranos, como os desertos da África aos tigres e às serpentes; nós o restituímos ao gênero humano.

Povos, se não tendes força para retomar vossa parcela dessa herança comum, se não vos é dado fazer valer os títulos que vos devolvemos, guardai-vos ao menos de violar nossos direitos ou de caluniar nossa coragem.

Os franceses não estão acometidos da mania de tornar qualquer nação feliz e livre a contragosto. Todos os reis poderiam ter vegetado ou morrido impunes em seus tronos ensangüentados, se tivessem sabido respeitar a independência do povo francês: só desejamos esclarecer-vos sobre suas impudentes calúnias.

Vossos senhores vos dizem que a nação francesa proscreveu todas as religiões, substituiu o culto da Divindade pelo culto de alguns homens; eles nos pintam a vossos olhos como um povo idólatra ou insensato. Mentem: o povo francês e seus representantes respeitam a liberdade de todos os cultos, e não proscrevem nenhum. Honram a virtude dos mártires da humanidade, sem paixão e sem idolatria; abominam a intolerância e a perseguição, não importa o pretexto com que estas se cubram. Condenam as extravagâncias do filosofismo, assim como as loucuras da superstição e os crimes do fanatismo. Vossos tiranos nos imputam algumas irregularidades, inseparáveis dos movimentos tempestuosos de uma grande Revolução; imputam-nos os efeitos de suas próprias intrigas e os atentados de seus emissários. Tudo o que a Revolução Francesa produziu de sábio e de sublime é obra do povo; tudo o que tem um caráter diferente pertence a nossos inimigos.

Todos os homens razoáveis e magnânimos são do partido da República; todos os seres pérfidos e corruptos pertencem à facção de vossos tiranos. Calunia-se o astro que anima a natureza, por nuvens leves que deslizam sobre seu disco brilhante? A augusta Liberdade perde seus encantos divinos porque os vis agentes da tirania procuram profaná-la? Vossas desventuras e as nossas são crimes dos inimigos comuns da humanidade. Será isso, para vós, uma razão para odiar-nos? Não: é uma razão para puni-los.

Os covardes ousam denunciar-vos os fundadores da República francesa. Os Tarquínios modernos ousaram dizer que o senado de Roma era uma assembléia de bandidos; os próprios criados de Porsena chamariam Sévola de insensato. Segundo os manifestos de Xerxes, Aristides pilhou o tesouro da Grécia. Com as mãos cheias do produto de seus roubos, e tingidas do sangue dos romanos, Otávio e Antônio ordenam que toda a Terra creia que só eles são clementes, justos e virtuosos.

Tibério e Sejano só vêem em Brutus e Cássio homens sanguinários e até mesmo tratantes.

Franceses, homens de todos os países, é a vós que ultrajam, ao insultar a liberdade, na pessoa de vossos representantes ou de vossos defensores. Censuraram-se vários membros da Convenção por fraquezas, outros por crimes.

Ora! O que tem o povo francês em comum com tudo isso? O que tem em comum a representação nacional, se não é a força que imprime aos fracos e a pena que inflige aos culpados? Todos os exércitos dos tiranos rechaçados da Europa, apesar de cinco anos de traições, de conspirações e de discórdias intestinas; o cadafalso dos representantes infiéis erguido ao lado daquele do último de nossos tiranos; as tábuas imortais onde a mão dos representantes do povo gravou, em meio às tempestades, o pacto social dos franceses; todos os homens iguais diante da lei, todos os grandes criminosos tremendo diante da justiça; a inocência sem apoio, espantada por encontrar enfim um asilo nos tribunais; o amor pela pátria triunfando apesar de todos os vícios dos escravos, apesar de toda a perfídia de nossos inimigos; o povo enérgico e sábio, temível e justo, unindo-se à voz da razão e aprendendo a distinguir seus inimigos sob a própria máscara do patriotismo; o povo francês pegando em armas para defender a magnífica obra de sua coragem e de sua virtude: eis a expiação que oferecemos ao mundo, tanto por nossos próprios erros quanto pelos crimes de nossos inimigos.

Se for preciso, podemos ainda apresentar-lhe outros títulos: nosso sangue também correu pela pátria. A Convenção Nacional pode mostrar aos amigos e aos inimigos da França honrosas cicatrizes e gloriosas mutilações. Aqui, dois ilustres adversários da tirania tombaram, à sua vista, sob os golpes de uma facção parricida: ali, um digno êmulo de sua virtude republicana, encerrado numa cidade sitiada, ousou tomar a resolução generosa de abrir, com alguns companheiros, uma passagem através das falanges inimigas; nobre vítima de uma odiosa traição, cai nas mãos dos satélites da Áustria e expia, em longos tormentos, sua dedicação sublime à causa da liberdade. Outros representantes penetram pelas regiões rebeldes do Sul, escapam

com dificuldade ao furor dos traidores, salvam o Exército francês entregue por chefes pérfidos, e transferem o terror e a fuga para os satélites dos tiranos da Áustria, da Espanha e do Piemonte: nessa cidade execrável — o opróbrio do nome francês — Baille e Beauvais, fartos dos ultrajes da tirania, morreram pela pátria e por suas santas leis. Diante dos muros dessa cidade sacrílega, Gasparin, dirigindo o raio que devia puni-la, Gasparin, inflamando a bravura republicana de nossos guerreiros, pereceu vítima de sua coragem e da perversidade do mais covarde de todos os nossos inimigos. O Norte e o Sul, os Alpes e os Pirineus, o Ródano e o Escalda, o Reno e o Loire, o Mosela e o Sambre viram nossos batalhões republicanos unirem-se à voz dos representantes do povo, sob as bandeiras da liberdade e da vitória: uns pereceram, outros triunfaram.

A Convenção inteira enfrentou a morte e desafiou o furor de todos os tiranos.

Ilustres defensores da causa dos reis, príncipes, ministros, generais, cortesãos, citai-nos vossas virtudes cívicas; contai-nos os importantes serviços que prestastes à humanidade: falai-nos das fortalezas conquistadas pela força de vossos guinéus; louvai-nos o talento de vossos emissários e a presteza de vossos soldados em fugir diante dos defensores da República; louvai-nos vosso nobre desprezo pelo direito das pessoas e pela humanidade; nossos prisioneiros degolados a sangue-frio, nossas mulheres mutiladas por vossos janízaros. As crianças massacradas no seio de suas mães... e o dente assassino dos tigres austríacos dilacerando seus membros palpitantes: louvai-nos vossas façanhas da América, de Gênova e de Toulon; louvai-nos sobretudo vossa suprema habilidade na arte dos envenenamentos e dos assassinatos. Tiranos, eis aí vossas virtudes.

Sublime parlamento da Grã-Bretanha, citai-nos vossos heróis. Tendes um partido de oposição. Em vosso país o patriotismo *se opõe*; portanto, o despotismo triunfa: a minoria se opõe; a maioria é portanto corrupta. Povo insolente e vil; tua pretensa representação é venal sob tuas vistas e tu o admites.

Tu mesmo adotas a máxima favorita deles: a de que os talentos de teus deputados são um objeto de indústria, como a lã de teus carneiros e o aço de tuas fábricas... E ousarias falar de moral e de liberdade!

Qual é afinal esse estranho privilégio de disparatar, sem medida e sem pudor, que a paciência estúpida dos povos parece conceder aos tiranos? Ora! Esses homenzinhos cujo principal mérito consiste em conhecer a tarifa das consciências britânicas, que se esforçam por transportar para a França os vícios e a corrupção do país deles; que guerreiam, não com armas, mas com crimes, e que ousam acusar a Convenção Nacional de corrupção, e insultar as virtudes do povo francês!

Povo generoso, juremos por ti mesmo que serás vingado. Antes que eles nos declarem guerra, exterminaremos todos os nossos inimigos; em vez de perecer a França, perecerá a casa da Áustria; Londres será livre antes que Paris se torne de novo escrava. Os destinos da República e os dos tiranos da Terra foram pesados nas balanças eternas; verificou-se que os tiranos eram mais leves. Franceses, esqueçamos nossas querelas e marchemos contra os tiranos; vamos domá-los: vós com vossas armas e nós com nossas leis.

Que tremam os traidores! Que desapareça o último dos covardes emissários de nossos inimigos! Que o patriotismo triunfe, e que a inocência se tranqüilize! Franceses, combatei: vossa causa é santa, vossas coragens são invencíveis; vossos representantes sabem morrer; eles podem fazer mais: sabem vencer.

IX

Sobre os princípios do governo revolucionário

Relatório apresentado em nome do Comitê de Salvação Pública

25 de dezembro de 1793

Desde outubro o Comitê de Salvação Pública governava com poderes extraordinários, "para salvar o país da invasão". Implantara-se o Terror, com grande número de prisões e execuções de simpatizantes — reais ou supostos — da Monarquia. A decapitação de Maria Antonieta, viúva de Luís XVI e irmã do imperador da Áustria, aumentara a reação das Casas Reais européias à Revolução. O processo de radicalização, mesmo assim, prosseguia. Em nome do Comitê, Robespierre apresentou à Convenção um relatório em defesa do governo de exceção.

Cidadãos representantes do povo!
Os sucessos entorpecem as almas fracas; estimulam as almas fortes. Deixemos a Europa e a História louvarem os milagres de Toulon, e preparemos novos triunfos para a liberdade.

Os defensores da República adotam a máxima de César; crêem que *nada se fez enquanto ainda restar algo a fazer.* Restam-nos ainda bastantes perigos para ocupar todo o nosso zelo.

Vencer ingleses e traidores é coisa bastante fácil para a bravura de nossos soldados republicanos: há um empreendimento não menos importante e mais difícil — o de confundir com energia constante as intrigas eternas de todos os inimigos da nossa liberdade, e fazer triunfar os princípios sobre os quais deve assentar-se a prosperidade pública.

Tais são os primeiros deveres que impusestes a vosso Comitê de Salvação Pública.

De início, vamos expor os princípios e a necessidade do governo revolucionário; mostraremos a seguir a causa que tende a paralisá-lo em seu nascimento.

A teoria do governo revolucionário é tão nova quanto a Revolução que o introduziu. Não se deve procurá-la nos livros dos escritores políticos que não previram essa Revolução, nem nas leis dos tiranos que, satisfeitos de abusar de seu poder, ocupam-se pouco em procurar a legitimidade deste; assim, essa teoria, para a aristocracia, é apenas uma causa de terror ou um texto de calúnia; para os tiranos, não mais que um escândalo; para bastante gente, apenas um enigma; é preciso explicá-la a todos para unir ao menos os bons cidadãos aos princípios do interesse público.

A função do governo é dirigir as forças morais e físicas da nação para a meta de sua instituição.

A meta do governo constitucional é conservar a República: a do governo revolucionário é fundá-la.

A Revolução é a guerra da liberdade contra seus inimigos; a Constituição é o regime da liberdade vitoriosa e pacífica.

O governo revolucionário necessita uma atividade extraordinária, precisamente porque está em guerra. Está submetido a regras menos uniformes e menos rigorosas, porque as circunstâncias em que se encontra são tempestuosas e móveis, e sobretudo porque é forçado a desenvolver incessantemente recursos novos e rápidos em função de perigos novos e prementes.

O governo constitucional ocupa-se principalmente da liberdade civil, e o governo revolucionário da liberdade pública. Sob o regime constitucional, quase basta proteger os indivíduos contra o abuso do poder público: sob o regime revolucionário, o próprio poder público é obrigado a defender-se contra todas as facções que o atacam.

O governo revolucionário deve aos bons cidadãos toda a proteção nacional; aos inimigos do povo não deve outra coisa senão a morte.

Essas noções bastam para explicar a origem e a natureza das leis que chamamos de revolucionárias. Aqueles que as chamam de arbitrárias ou tirânicas são sofistas estúpidos ou perversos, que procuram confundir os contrários; desejam submeter ao mesmo regime a paz e a guerra, a saúde ou a doença, ou antes, só querem a ressurreição da tirania e a morte da pátria. Se invocam a execução literal das máximas constitucionais, é apenas para violá-las impunemente. São covardes assassinos que, para degolar sem perigo a República em seu berço, esforçam-se por amordaçá-la com máximas vagas, das quais eles mesmos bem sabem como livrar-se.

A nave constitucional não foi construída para permanecer sempre no estaleiro; mas era preciso lançá-la ao mar no auge da tempestade e sob a influência dos ventos contrários? Era o que desejavam os tiranos e os escravos que se haviam oposto a sua construção; mas o povo francês ordenou que se esperasse a volta da bonança. Suas vozes unânimes, cobrindo de repente os clamores da aristocracia e do federalismo, vos mandaram livrá-la primeiro de todos os seus inimigos.

Os templos dos deuses não são feitos para servir de asilo aos sacrílegos que os vêm profanar, nem a Constituição é feita para proteger os complôs dos tiranos que procuram destruí-la.

Se o governo revolucionário deve ser mais ativo em sua marcha e mais livre em seus movimentos que o governo ordinário, será por isso menos justo e menos legítimo? Não, ele se apóia na mais santa de todas as leis, a salvação do povo; no mais incontestável de todos os títulos — a necessidade.

Também tem suas regras, todas sorvidas na justiça e na ordem pública. Nada tem em comum com a anarquia e com a desordem; sua meta, ao contrário, é reprimi-las, para consolidar o reinado das leis. Nada tem em comum com o arbitrário; não são as paixões particulares que devem dirigi-lo, mas o interesse público.

Deve aproximar-se dos princípios ordinários e gerais, em todos os casos em que estes podem ser rigorosamente aplica-

dos, sem comprometer a liberdade pública. A medida de sua força deve ser a audácia ou a perfídia dos conspiradores. Quanto mais terrível for com os maus, mais favorável aos bons deve ser. Quanto mais as circunstâncias lhe impuserem rigores necessários, mais deve abster-se de medidas que constrangem inutilmente a liberdade e lesam os interesses privados, sem nenhuma vantagem pública.

Deve vogar entre dois escolhos — a fraqueza e a temeridade, o moderantismo e o excesso; o moderantismo, que é para a moderação o que a impotência é para a castidade, e o excesso, que se assemelha à energia como a hidropisia à saúde.

Os tiranos procuraram constantemente nos fazer recuar para a servidão, pelas vias do moderantismo; por vezes também quiseram lançar-nos na extremidade oposta. Os dois extremos desembocam no mesmo ponto. Quer se esteja aquém ou além da meta, de qualquer modo a meta não é atingida. Nada se assemelha mais ao apóstolo do federalismo do que o professor *intempestivo* da República una e universal. O amigo dos reis e o procurador-geral do gênero humano se entendem bastante bem. O fanático coberto de escapulários e o fanático que prega o ateísmo têm bastantes relações entre si. Os barões democratas são irmãos dos marqueses de Coblentz; e por vezes os gorros vermelhos estão mais vizinhos dos saltos vermelhos* do que se poderia pensar.

Mas é aqui que o governo necessita uma extrema circunspecção; pois todos os inimigos da liberdade estão sempre prestes a voltar contra ele não só seus erros, mas até mesmo suas medidas mais sábias. Ataca ele o que se chama de exagero? Eles procuram reerguer o moderantismo e a aristocracia. Se persegue esses dois monstros, eles usam de todo o seu poder para incitar o exagero. É perigoso ainda desencorajar e perseguir os bons cidadãos que eles enganaram. Por um desses abusos, a

* No original, *talons rouges*, ou seja, cortesãos que usavam sapatos com saltos vermelhos, sinal de nobreza. (N. da T.)

República iria arriscar-se a expirar num movimento convulsivo; pelo outro, pereceria infalivelmente de langor.

O que é preciso fazer, então? Perseguir os criminosos inventores dos sistemas pérfidos, proteger o patriotismo, mesmo em seus erros: esclarecer os patriotas e elevar incessantemente o povo à altura de seus direitos e de seus destinos.

Se não adotais essa regra, perdeis tudo.

Se fosse preciso escolher entre um excesso de fervor patriótico e o nada da falta de civismo ou o marasmo do moderantismo, não haveria hesitação possível. Um corpo vigoroso, atormentado por uma superabundância de seiva, deixa mais recursos que um cadáver.

Abstenhamo-nos sobretudo de matar o patriotismo ao desejar curá-lo.

O patriotismo é ardente por natureza. Quem pode amar a pátria friamente? O patriotismo é o quinhão dos homens simples, pouco capazes de calcular as conseqüências políticas de um procedimento cívico a partir de seu motivo. Qual é o patriota, mesmo esclarecido, que nunca se enganou? Ora! Se admitimos que existem moderados e covardes de boa-fé, por que não existiriam patriotas de boa-fé, que um sentimento louvável por vezes leva demasiado longe? Se, pois, víssemos como criminosos todos aqueles que, no movimento revolucionário, tivessem ultrapassado a linha exata traçada pela prudência, envolveríamos numa proscrição comum, com os maus cidadãos, todos os amigos naturais da liberdade, vossos próprios amigos e todos os apoios da República. Depois de enganá-los, os hábeis emissários da tirania se tornariam eles mesmos seus acusadores, e talvez seus juízes.

Quem, pois, irá desenredar todas essas nuanças? Quem traçará a linha de demarcação entre todos os excessos contrários? O amor pela pátria e pela verdade. Os reis e os tratantes sempre buscarão apagá-lo; não querem lidar com a razão nem com a verdade.

...dicando os deveres do governo revolucionário, marcamos seus escolhos. Quanto maior é seu poder, mais livre e rápida é sua ação e mais ele deve ser dirigido pela boa-fé. No dia em que cair em mãos impuras ou pérfidas, a liberdade estará perdida; seu nome se tornará pretexto e justificativa da própria contra-revolução; sua energia será a de um veneno violento.

Assim, a confiança do povo francês está ligada ao caráter que a Convenção Nacional mostrou, mais que à própria instituição.

Ao colocar todo o seu poder em vossas mãos, esse povo esperou de vós que vosso governo fosse tão benéfico para os patriotas quanto temível para os inimigos da pátria. Ele vos impôs o dever de empregar ao mesmo tempo toda a coragem e toda a política necessárias para esmagá-los, e sobretudo de manter entre vós a união que necessitais para cumprir vossos grandes destinos.

A fundação da República francesa não é uma brincadeira de criança. Não pode ser obra do capricho ou da negligência, nem o resultado fortuito do choque de todas as pretensões particulares e de todos os elementos revolucionários. A sabedoria, tanto quanto o poder, presidiu a criação do universo. Ao impor a membros tirados de vosso seio a tarefa temível de velar incessantemente pelos destinos da pátria, vós mesmos então vos impusestes a lei de lhe dar o apoio de vossa força e de vossa confiança. Se o governo revolucionário não for secundado pela energia, pelas luzes, pelo patriotismo e pela benevolência de todos os representantes do povo, como terá ele uma força de reação proporcional aos esforços da Europa que o ataca, e de todos os inimigos da liberdade que o pressionam de toda parte?

Ai de nós, se abrirmos nossas almas às pérfidas insinuações de nossos inimigos, que só podem vencer-nos dividindo-nos! Ai de nós, se quebrarmos o feixe, em vez de atá-lo, se os interesses privados, se a vaidade ofendida se fizer ouvir no lugar da pátria e da verdade!

Elevemos nossas almas à altura das virtudes republicanas e dos exemplos antigos. Temístocles tinha mais gênio que o general lacedemônio que comandava a frota dos gregos; entretanto, quando este último, como resposta a um conselho necessário que devia salvar a pátria, ergueu seu bastão para golpeá-lo, Temístocles contentou-se em replicar: bate, mas escuta; a Grécia triunfou do tirano da Ásia. Cipião valia bem um outro general romano; depois de vencer Aníbal e Cartago, Cipião sentiu-se glorificado por servir sob as ordens de seu inimigo. Oh, virtude dos grandes corações! Que são diante de ti todas as agitações do orgulho e todas as pretensões das almas pequenas? Oh, virtude! És tu menos necessária para fundar uma República do que para governá-la na paz? Oh, pátria, tens menos direitos sobre os representantes do povo francês do que a Grécia e Roma sobre seus generais? Digo mais: se entre nós as funções da administração revolucionária não são mais deveres penosos, mas sim objetos de ambição, a República já está perdida.

É preciso que a autoridade da Convenção Nacional seja respeitada por toda a Europa; é para degradá-la, é para anulá-la que os tiranos esgotam todos os recursos de sua política e esbanjam seus tesouros. É preciso que a Convenção tome a firme resolução de preferir seu próprio governo ao do gabinete de Londres e das cortes da Europa; pois se ela não governar, os tiranos reinarão.

Que vantagens não teriam eles nessa guerra de ardis e de corrupção que fazem contra a República? Todos os vícios combatem por eles; a República só tem a seu favor as virtudes. As virtudes são simples, modestas, pobres, freqüentemente ignorantes, por vezes grosseiras; são o apanágio dos infelizes e o patrimônio do povo. Os vícios são cercados de todos os tesouros, armados de todos os encantos da volúpia e de todos os engodos da perfídia; são escoltados por todos os talentos perigosos usados para o crime.

Com que arte profunda os tiranos voltam contra nós, já não digo nossas paixões e nossas fraquezas, mas até nosso patriotismo!

Com que rapidez poderiam desenvolver-se os germes da divisão que lançam no meio de nós, se não nos apressarmos a sufocá-los!

Graças a cinco anos de traição e de tirania, graças a uma demasiada imprevidência e credulidade, a alguns traços de vigor desmentidos cedo demais por um arrependimento pusilânime, a Áustria, a Inglaterra, a Rússia, a Prússia, a Itália tiveram tempo de estabelecer na França um governo secreto, rival do governo francês. Têm também seus comitês, sua tesouraria, seus agentes; esse governo adquire a força que tiramos do nosso; tem a unidade que por muito tempo nos faltou, a política da qual acreditamos demais poder prescindir, o espírito de continuidade e de acordo do qual nem sempre temos sentido necessidade.

Assim, as cortes estrangeiras há muito tempo vêm vomitando sobre a França todos os hábeis celerados que mantêm às suas custas. Seus agentes infectam ainda nossos exércitos. A própria vitória de Toulon é a prova disso; foi necessária toda a bravura dos soldados, toda a fidelidade dos generais, todo o heroísmo dos representantes do povo para triunfar da traição. Eles deliberam em nossas administrações, em nossas assembléias seccionais; introduzem-se em nossos clubes, tomaram assento até no santuário da representação nacional; dirigem e dirigirão eternamente a contra-revolução segundo o mesmo plano.

Eles rondam à nossa volta; surpreendem nossos segredos; afagam nossas paixões; procuram inspirar-nos até nossas opiniões; voltam contra nós nossas resoluções. Sois fracos? Louvam vossa prudência. Sois prudentes? Acusam-vos de fraqueza; chamam vossa coragem de temeridade, e vossa justiça de crueldade. Se os poupais, conspiram publicamente; se os ameaçais, conspiram nas trevas e sob a máscara do patriotismo. Ontem, assassinavam os defensores da liberdade; hoje, intrometem-se em seus funerais e pedem para eles honras divinas, espreitando a oportunidade de degolar seus semelhantes. É preciso acender a guerra civil? Eles pregam todas as loucuras da superstição. A guerra civil está prestes a se extinguir à custa do derramamento do sangue francês? Adjuram tanto seu sacerdócio quanto seus deuses para reacendê-la.

Viram-se ingleses e prussianos espalharem-se em nossas cidades e campos, anunciando, em nome da Convenção Nacional, uma doutrina insensata; viram-se padres descaracterizados à frente de ajuntamentos sediciosos, cuja religião era o motivo ou o pretexto. Patriotas levados a atos imprudentes pelo simples ódio ao fanatismo já foram assassinados; o sangue já correu em muitas regiões em virtude de deploráveis querelas, como se nos estivesse sobrando sangue para combater os tiranos da Europa. Oh, vergonha! Oh, fraqueza da razão humana! Uma grande nação pareceu ser joguete dos mais desprezíveis servos da tirania.

Durante algum tempo, os estrangeiros pareceram os árbitros da tranqüilidade pública. O dinheiro circulava ou desaparecia a seu bel-prazer. Quando eles desejavam, o povo encontrava pão; quando desejavam, o povo se via privado desse alimento; ajuntamentos tumultuosos às portas das padarias formavam-se e se dispersavam a um simples sinal deles. Cercam-nos de seus *sicários*, de seus espiões; são coisas que sabemos, que vemos, e eles continuam vivos! Parecem inacessíveis ao gládio das leis. Até mesmo hoje é mais difícil punir um conspirador importante do que arrancar das mãos da calúnia um amigo da liberdade.

Nem bem denunciamos os excessos falsamente filosóficos provocados pelos inimigos da França; mal o patriotismo pronunciou nesta tribuna a palavra *ultra-revolucionário*, que os designava, os traidores de Lyon e todos os partidários da tirania apressaram-se logo a aplicá-la aos patriotas calorosos e generosos que vingaram o povo e as leis. De um lado, eles renovam o antigo sistema de perseguição contra os amigos da República; de outro, invocam a indulgência em favor dos celerados cobertos do sangue da pátria.

Entretanto, seus crimes amontoam-se; as ímpias coortes de emissários estrangeiros são recrutadas a cada dia, inundando a

França; esperam e esperarão eternamente um momento favorável a seus propósitos sinistros. Entrincheiram-se, acantonam-se no meio de nós; erguem novos redutos, novas baterias contra-revolucionárias, enquanto os tiranos que os subornam reúnem novos exércitos.

Sim, esses pérfidos emissários que nos falam, que nos adulam, são os irmãos, são os cúmplices dos satélites ferozes que devastam nossas colheitas, que tomaram posse de nossas cidades e de nossos navios comprados por seus senhores, que massacraram nossos irmãos, que degolaram sem piedade nossos prisioneiros, nossas mulheres, nossos filhos e os representantes do povo francês; digo mais: os monstros que cometeram esses crimes são mil vezes menos atrozes que os miseráveis que dilaceram secretamente nossas entranhas; e eles respiram e conspiram impunemente.

Só esperam chefes para se unir; buscam-nos no meio de vós. Seu principal objetivo é nos fazer lutar uns contra os outros. Essa luta funesta renovaria as esperanças da aristocracia, reataria as tramas do federalismo; vingaria a facção girondina da lei que puniu seus crimes; puniria a Montanha por sua dedicação sublime; pois é a Montanha, ou antes a Convenção que se ataca, dividindo-a e destruindo sua obra.

Quanto a nós, só guerrearemos contra os ingleses, contra os prussianos, os austríacos e seus cúmplices. É exterminando-os que responderemos aos libelos. Só sabemos odiar os inimigos da pátria. Não é ao coração dos patriotas ou dos infelizes que se deve levar o terror; é aos covis dos bandidos estrangeiros, onde são repartidos os despojos, e onde se bebe o sangue do povo francês.

O Comitê observou que a lei não era bastante veloz para punir os grandes criminosos. Estrangeiros, agentes conhecidos dos reis coligados, generais tingidos do sangue dos franceses, antigos cúmplices de Dumouriez, de Custine e de Lamarlière estão há muito tempo presos e não são julgados.

Os conspiradores são numerosos; parecem multiplicar-se, e os exemplos desse tipo de execução são raros. A punição de cem criminosos obscuros e subalternos é menos útil à liberdade que o suplício de um chefe de conspiração.

Os membros do tribunal revolucionário, cujo patriotismo e cuja eqüidade em geral se pode louvar, indicaram eles mesmos ao Comitê de Salvação Pública as causas que por vezes entravam sua evolução sem torná-la mais segura, e nos pediram a reforma de uma lei que se ressente dos tempos infelizes em que foi promulgada. Nós vos proporemos autorizar o Comitê a vos apresentar, no que se refere a isso, algumas mudanças, que visarão igualmente a tornar a ação da justiça ainda mais propícia à inocência, e ao mesmo tempo mais inevitável para o crime e para a intriga. Já chegastes mesmo a encarregá-lo desse cuidado, por um decreto anterior.

Nós vos proporemos, desde já, fazer apressar o julgamento dos estrangeiros e dos generais acusados de conspiração com os tiranos que guerreiam contra nós.

Não basta apavorar os inimigos da pátria; é preciso socorrer seus defensores. Solicitaremos portanto de vossa justiça algumas disposições a favor dos soldados que combatem e que sofrem pela liberdade.

O Exército francês não é só o terror dos tiranos; é a glória da nação e da humanidade; ao marchar para a vitória, nossos virtuosos guerreiros gritam "Viva a República"; ao tombar sob a espada inimiga, seu grito é "Viva a República". Suas últimas palavras são hinos à liberdade; seus últimos suspiros são votos pela pátria. Se todos os chefes tivessem tido o valor dos soldados, a Europa inteira estaria vencida há muito tempo. Todo ato que beneficie o Exército é um ato de reconhecimento nacional.

Os auxílios concedidos aos defensores da pátria e a suas famílias nos pareceram demasiado módicos. Cremos que eles podem ser aumentados de um terço, sem inconveniente. Os imensos recursos financeiros da República permitem essa medida: a pátria a reclama.

Pareceu-nos também que os soldados aleijados, as viúvas e os filhos daqueles que morreram pela pátria encontravam, nas formalidades exigidas pela lei, na multiplicidade das demandas, por vezes na frieza ou na malevolência de alguns administradores subalternos, dificuldades que retardavam o gozo das vantagens que a lei lhes assegura. Pensamos que o remédio para esse inconveniente seria dar-lhes defensores oficiosos autorizados por ela, para lhes facilitar os meios de fazer valer seus direitos.

Segundo todos esses motivos, nós vos propomos o seguinte decreto:

A Convenção Nacional decreta:

Art. I. O acusador público do tribunal revolucionário fará julgar incessantemente Dietrich, Custine — filho do general punido pela lei —, Desbrullis, Biron, Barthélémy e todos os generais e oficiais acusados de cumplicidade com Dumouriez, Custine, Lamarlière, Houchard... Fará julgar igualmente os estrangeiros, banqueiros e outros indivíduos acusados de traição e de conivência com os reis ligados contra a República.

II. O Comitê de Salvação Pública fará, no mais curto prazo, seu relatório sobre os meios de aperfeiçoar a organização do tribunal revolucionário.

III. Os auxílios e recompensas concedidos pelos decretos precedentes aos defensores da pátria feridos ao combater por ela, ou a suas viúvas e filhos, são aumentados de um terço.

IV. Será criada uma comissão encarregada de lhes facilitar o gozo dos direitos que a lei lhes dá.

V. Os membros dessa comissão serão nomeados pela Convenção Nacional, por proposição do Comitê de Salvação Pública.

X

Sobre os princípios de moral política que devem guiar a Convenção Nacional na administração interna da República

Relatório apresentado em nome do Comitê de Salvação Pública

5 de fevereiro de 1794

O processo de radicalização tendia ao ápice. Em breve, a Revolução deceparia algumas de suas mais notáveis cabeças, entre as quais a de Danton. Robespierre, o "Incorruptível", em nome do Comitê de Salvação, falou em defesa da unidade interna do governo ameaçado e dos objetivos a serem perseguidos pelo processo revolucionário. Os altos ideais de fraternidade e a prática do Terror se mesclaram em sua retórica cortante.

Cidadãos representantes do povo!

Expusemos há algum tempo os princípios de nossa política externa; hoje vimos explicitar os princípios de nossa política interna.

Após ter caminhado por muito tempo ao acaso, como levados pelo movimento das facções contrárias, os Representantes do povo francês mostraram enfim um caráter e um governo. Uma mudança súbita no destino da Nação anunciou à Europa a regeneração que se operara na representação nacional. Mas até este exato momento em que falo, é preciso convir que fomos mais guiados, em circunstâncias tão tempestuosas, pelo amor do bem e pelo sentimento das necessidades da pátria do que por uma teoria exata e por regras precisas de conduta, que nem sequer tivemos tempo de traçar.

É tempo de marcar nitidamente o objetivo da Revolução, e o ponto ao qual desejamos chegar; é tempo de nós mesmos

nos darmos conta não só dos obstáculos que ainda nos afastam desse objetivo, como também dos meios que devemos adotar para atingi-lo: idéia simples e importante, que parece jamais ter sido percebida. Ora! Como um governo covarde e corrupto teria ousado realizá-la? Um rei, um senado orgulhoso, um César, um Cromwell devem antes de tudo cobrir seus projetos com um véu religioso, transigir com todos os vícios, adular todos os partidos, esmagar o das pessoas de bem, oprimir ou enganar o povo, para chegar à meta de sua pérfida ambição. Se não tivéssemos tido uma tarefa maior a cumprir, se aqui se tratasse apenas dos interesses de uma facção ou de uma aristocracia nova, poderíamos ter acreditado, como certos escritores ainda mais ignorantes que perversos, que o plano da Revolução francesa estava escrito por extenso nos livros de Tácito e de Maquiavel, e poderíamos ter procurado os deveres dos representantes do povo na história de Augusto, de Tibério ou de Vespasiano, ou mesmo na de certos legisladores franceses; pois, afora algumas nuanças de perfídia ou de crueldade, todos os tiranos se assemelham.

Quanto a nós, vimos hoje confiar ao universo vossos segredos políticos, a fim de que todos os amigos da pátria possam unir-se à voz da razão e do interesse público; a fim de que a Nação francesa e seus representantes sejam respeitados em todas as regiões do universo onde o conhecimento de seus verdadeiros princípios possa chegar; a fim de que os intrigantes que procuram sempre substituir outros intrigantes sejam julgados pela opinião pública, a partir de regras seguras e fáceis.

É preciso tomar precauções com antecedência para colocar os destinos da liberdade nas mãos da verdade, que é eterna, mais do que nas dos homens que passam; de maneira que, se o governo esquecer os interesses do povo, ou recair nas mãos dos homens corruptos, segundo o curso natural das coisas, a luz dos princípios reconhecidos revele suas traições; do mesmo modo também que, só em pensar no crime, toda facção nova encontre a morte.

Feliz o povo que pode chegar a esse ponto! Pois, por mais que lhe preparem novos ultrajes, que recursos não apresenta uma ordem de coisas em que a razão pública é a garantia da liberdade?

Qual é a meta que visamos? O gozo pacífico da liberdade e da igualdade; o reinado dessa justiça eterna, cujas leis foram gravadas, não sobre o mármore ou sobre a pedra, mas nos corações de todos os homens, mesmo naquele do escravo que as esquece, e do tirano que as nega.

Desejamos uma ordem de coisas onde todas as paixões baixas e cruéis sejam acorrentadas, todas as paixões benfazejas e generosas sejam despertadas pelas leis; onde a ambição seja o desejo de merecer a glória e de servir à pátria; onde as distinções só possam nascer da própria igualdade; onde o cidadão seja submetido ao magistrado, o magistrado ao povo, e o povo à justiça; onde a pátria assegure o bem-estar de cada indivíduo, e onde cada indivíduo goze com orgulho da prosperidade e da glória da pátria; onde todas as almas se engrandeçam pela comunicação contínua dos sentimentos republicanos e pela necessidade de merecer a estima de um grande povo; onde as artes sejam os ornamentos da liberdade que as enobrece, o comércio a fonte da riqueza pública e não apenas da opulência monstruosa de algumas casas.

Em nosso país, desejamos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os hábitos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo da infelicidade pelo desprezo do vício, a insolência pela altivez, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pela boa gente, a intriga pelo mérito, o pedantismo pelo gênio, o brilho pela verdade, os tédios da volúpia pelo encanto da felicidade, a pequenez dos grandes pela grandeza do homem, um povo amável, frívolo e miserável por um povo magnânimo, poderoso, feliz — ou seja, todos os vícios e todos os ridículos da Monarquia por todas as virtudes e todos os milagres da República.

Desejamos, em uma palavra, satisfazer os anseios da natureza, realizar os destinos da humanidade, cumprir as promessas da filosofia, absolver a providência pelo longo reinado do crime e da tirania. Que a França, outrora ilustre entre os países escravos, eclipsando a glória de todos os povos livres que existiram, se torne o modelo das nações, o terror dos opressores, o consolo dos oprimidos, o ornamento do universo; e que, selando nossa obra com nosso sangue, possamos ver ao menos brilhar a aurora da felicidade universal... Eis nossa ambição, eis nossa meta.

Que espécie de governo pode realizar esses prodígios? Só o governo democrático ou republicano; essas duas palavras são sinônimos, apesar dos abusos da linguagem vulgar; pois a aristocracia não é mais República do que a Monarquia. A democracia não é um estado em que o povo, continuamente reunido, possa regulamentar por ele mesmo todos os negócios públicos; menos ainda é um estado em que 100 mil frações do povo possam decidir o destino da sociedade inteira através de medidas isoladas, precipitadas e contraditórias: tal governo jamais existiu, e só poderia existir para reconduzir o povo ao despotismo.

A democracia é um estado em que o povo soberano, guiado por leis que são sua obra, faz ele mesmo tudo o que pode fazer, e através de delegados faz tudo aquilo que não pode fazer por si só.

É portanto nos princípios do governo democrático que deveis buscar as regras de vossa conduta política.

Mas, para fundar e para consolidar entre nós a democracia, para chegar ao reinado pacífico das leis constitucionais, é preciso terminar a guerra da liberdade contra a tirania, e atravessar com felicidade as tempestades da Revolução: tal é a meta do sistema revolucionário que regularizastes. Portanto deveis ainda regular vossa conduta a partir das circunstâncias tempestuosas em que se encontra a República; e o plano de vossa administração deve ser o resultado do espírito do governo revolucionário, combinado com os princípios gerais da democracia.

Ora, qual é o princípio fundamental do governo democrático ou popular, isto é, a mola essencial que o sustenta e que o impulsiona? É a virtude; falo da virtude pública, que operou tantos prodígios na Grécia e em Roma, e que deve produzir outros bem mais espantosos na França republicana; dessa virtude que não é outra coisa senão o amor da pátria e de suas leis.

Mas como a essência da República ou da democracia é a igualdade, segue-se que o amor da pátria compreende necessariamente o amor da igualdade.

É verdade ainda que esse sentimento sublime supõe a preferência do interesse público a todos os interesses particulares; conseqüentemente, o amor da pátria supõe ainda ou produz todas as virtudes; pois o que são estas, senão a força da alma que torna alguém capaz desses sacrifícios? E como o escravo da avareza ou da ambição, por exemplo, poderia imolar seu ídolo à pátria?

A virtude não só é a alma da democracia, como também só pode existir nesse governo. Na Monarquia, conheço apenas um indivíduo que pode amar a pátria e que, para isso, nem sequer precisa de virtude; é o monarca. A razão é que, de todos os habitantes de seus estados, o monarca é o único que tem uma pátria: não é ele o soberano, ao menos de fato? Não está ele no lugar do povo? E o que é a pátria, senão a terra onde se é cidadão e membro do soberano?

Por uma conseqüência do mesmo princípio, nos estados aristocráticos, a palavra *pátria* só tem algum significado para as famílias patrícias que invadiram a soberania.

Só na democracia o estado é verdadeiramente a pátria de todos os indivíduos que o compõem, e pode contar com tantos defensores interessados em sua causa quantos são seus cidadãos. Eis a fonte da superioridade dos povos livres sobre todos os outros. Se Atenas e Esparta triunfaram dos tiranos da

Ásia, e os suíços dos tiranos da Espanha e da Áustria, não é preciso procurar outra causa.

Mas os franceses são o primeiro povo do mundo que estabeleceu a verdadeira democracia, chamando todos os homens à igualdade e à plenitude dos direitos do cidadão; e aí está, a meu ver, a verdadeira razão pela qual todos os tiranos ligados contra a República serão vencidos.

Desde já, há grandes conclusões a tirar dos princípios que acabamos de expor.

Já que a alma da República é a virtude, a igualdade, e que vossa meta é fundar e consolidar a República, segue-se que a primeira regra de vossa conduta política deve ser a de reportar todas as vossas operações à manutenção da igualdade e ao desenvolvimento da virtude; pois o primeiro cuidado do legislador deve ser fortificar o princípio do governo. Assim, tudo o que tende a estimular o amor da pátria, a purificar os costumes, a elevar as almas, a dirigir as paixões do coração humano para o interesse público deve ser adotado ou estabelecido por vós. Tudo o que tende a concentrar essas paixões na abjeção do eu pessoal, a despertar a admiração pelas pequenas coisas e o desprezo pelas grandes deve ser rejeitado ou reprimido por vós. No sistema da Revolução Francesa, o que é imoral é impolítico, o que é corruptor é contra-revolucionário. A fraqueza, os vícios e os preconceitos são o caminho da realeza. Arrastados talvez com demasiada freqüência pelo peso de nossos antigos hábitos, tanto quanto pela inclinação insensível da fraqueza humana para as idéias falsas e para os sentimentos pusilânimes, temos que nos defender bem menos dos excessos de energia que dos excessos de fraqueza. O maior obstáculo que temos a evitar talvez não seja o fervor do zelo, mas antes a lassidão do bem, e o medo de nossa própria coragem. Acionai incessantemente, pois, a mola sagrada do governo republicano, em vez de abandoná-lo. Não preciso dizer que não quero aqui justificar qualquer excesso. Abusa-se dos princípios mais sagrados; cabe à sabedoria do governo consultar as circunstâncias, apreender

os momentos, escolher os meios; pois a maneira de preparar as grandes coisas é uma parte essencial do talento de fazê-las, como a própria sabedoria é uma parte da virtude.

Não pretendemos moldar a República francesa como a de Esparta; não queremos dar-lhe nem a austeridade, nem a corrupção dos claustros. Acabamos de vos apresentar, em toda a sua pureza, o princípio moral e político do governo popular. Tendes, pois, uma bússola que pode vos dirigir, no meio das tempestades de todas as paixões e do turbilhão das intrigas que vos cercam. Tendes a pedra de toque com a qual podeis experimentar todas as vossas leis, todas as proposições que vos são feitas. Comparando-as sem cessar com esse princípio, podeis doravante evitar o obstáculo ordinário das grandes assembléias, o perigo das surpresas e das medidas precipitadas, incoerentes e contraditórias. Podereis dar a todas as vossas operações a harmoniá, a unidade, a sabedoria e a dignidade que devem anunciar os representantes do primeiro povo do mundo.

Não são as conseqüências fáceis do princípio da democracia que é preciso detalhar, é o próprio princípio simples e fecundo que merece ser desenvolvido.

A virtude republicana pode ser considerada com relação ao povo e com relação ao governo: ela é necessária tanto num como no outro. Quando só o governo é privado dela, resta um recurso na do povo; mas quando o próprio povo é corrupto, a liberdade já está perdida.

Felizmente a virtude é própria da natureza do povo, a despeito dos preconceitos aristocráticos. Uma Nação é verdadeiramente corrupta quando, após ter perdido gradativamente seu caráter e sua liberdade, passa da democracia à aristocracia ou à Monarquia; é a morte do corpo político pela decrepitude. Quando, após quatrocentos anos de glória, a avareza enfim baniu de Esparta os bons costumes com as leis de Licurgo, Agis morre em vão por querer restaurá-los! Por mais que Demóstenes troveje contra Filipe, Filipe encontra nos vícios de Atenas degenerada advogados mais eloqüentes que Demóstenes.

É verdade que ainda há em Atenas uma população tão numerosa quanto a que havia no tempo de Milcíades e de Aristides; mas não há mais atenienses. Que importa que Brutus tenha matado o tirano? A tirania ainda vive nos corações, e Roma não existe mais, a não ser em Brutus.

Mas quando, por esforços prodigiosos de coragem e de razão, um povo quebra as correntes do despotismo para delas fazer troféus da liberdade; quando, pela força de seu temperamento moral, de certo modo ele sai dos braços da morte para retomar todo o vigor de sua juventude; quando, alternadamente sensível e altaneiro, intrépido e dócil, não pode ser detido nem pelas muralhas inexpugnáveis, nem pelos exércitos incontáveis dos tiranos armados contra ele, e quando por sua vez se detém diante da imagem da lei, se não se eleva rapidamente à altura de seus destinos, só poderia ser por culpa daqueles que o governam.

Aliás, pode-se dizer, num certo sentido, que para amar a justiça e a igualdade, o povo não precisa de uma grande virtude; basta que se ame a si mesmo.

Mas o magistrado é obrigado a imolar seu interesse ao interesse do povo, e o orgulho do poder à igualdade. É preciso que a lei fale sobretudo com autoridade àquele que é seu órgão. É preciso que o governo exerça um controle sobre si mesmo, para conservar todas as suas partes em harmonia com a lei. Se existe um corpo representativo, uma autoridade primeira, constituída pelo povo, cabe a ela vigiar e reprimir incessantemente todos os funcionários públicos. Mas quem a reprimirá, senão sua própria virtude? Quanto mais elevada é essa fonte da ordem pública, mais pura deve ser; é preciso, pois, que o corpo representativo comece por submeter em seu seio todas as paixões privadas à paixão geral do bem público. Felizes os representantes, quando sua glória e seu interesse os ligam, tanto quanto seus deveres, à causa da liberdade!

Vamos deduzir de tudo isso uma grande verdade; é que a característica do governo popular é confiar no povo e ser severo consigo mesmo.

Terminaria aqui todo o desenvolvimento de nossa teoria, se só tivésseis que governar a nau da República na calmaria; mas a tempestade brame; e o estado de revolução em que vos encontrais vos impõe uma outra tarefa.

Essa grande pureza das bases da República francesa, a própria sublimidade de seu projeto é precisamente o que faz nossa força e nossa fraqueza; nossa força, porque esse projeto nos oferece a ascendência da verdade sobre a impostura e a supremacia dos direitos do interesse público sobre os interesses privados; nossa fraqueza, porque une contra nós todos os homens perversos, todos aqueles que, em seus corações, premeditavam espoliar o povo, e todos aqueles que desejam tê-lo espoliado impunemente; e aqueles que repeliram a liberdade como uma calamidade pessoal, e aqueles que abraçaram a Revolução como um ofício e a República como uma presa: daí a defecção de tantos homens ambiciosos ou cúpidos que, desde o ponto de partida, abandonaram-nos no caminho, porque não haviam começado a viagem para chegar ao mesmo ponto. Dir-se-ia que os dois gênios contrários que representamos disputando o império da natureza combatem nessa grande época da história humana, e que a França é o teatro dessa luta temível. Lá fora, os tiranos vos cercam; aqui dentro, todos os amigos da tirania conspiram: conspirarão até que se arrebate ao crime a esperança. É preciso sufocar os inimigos internos e externos da República, ou perecer com ela; ora, nessa situação, a primeira máxima de vossa política deve dizer que se conduz o povo pela razão, e os inimigos do povo pelo terror.

Se a mola do governo popular na paz é a virtude, a mola do governo popular em revolução é ao mesmo tempo a *virtude e o terror*: a virtude, sem a qual o terror é funesto; o terror, sem o qual a virtude é impotente. O terror não é outra coisa senão a justiça pronta, severa, inflexível; esta é, portanto, uma emanação da virtude; é menos um princípio particular do que uma conseqüência do princípio geral da democracia, aplicada às mais prementes necessidades da pátria.

Disseram que o terror era a mola do governo despótico. Vosso governo se assemelha então ao despotismo? Sim, como o gládio que brilha nas mãos dos heróis da liberdade se assemelha àquele que arma os satélites da tirania. Que o déspota governe pelo terror seus súditos embrutecidos; tem razão, como déspota: domai pelo terror os inimigos da liberdade; e tereis razão, como fundadores da República. O governo da Revolução é o despotismo da liberdade contra a tirania. A força só é feita para proteger o crime? E não é a golpear as cabeças orgulhosas que o raio é destinado?

A natureza impõe a todo ser físico e moral a lei de prover sua conservação; o crime degola a inocência para reinar, e a inocência se debate com todas as suas forças nas mãos do crime. Que a tirania reine um único dia, e no dia seguinte não restará mais um patriota. Até quando o furor dos déspotas será chamado de justiça, e a justiça do povo, barbárie ou rebelião? Como se é terno com os opressores e inexorável com os oprimidos! Nada mais natural: quem não odeia o crime não pode amar a virtude.

É preciso contudo que um ou outro sucumba. Indulgência para os realistas, clamam certas pessoas. Clemência para os celerados! Não: clemência para a inocência, clemência para os fracos, clemência para os infelizes, clemência para a humanidade!

A proteção social só é devida aos cidadãos pacíficos; na República, só são cidadãos os republicanos. Os realistas, os conspiradores, para ela, não passam de estrangeiros, ou antes, de inimigos. Essa guerra terrível que a liberdade sustenta contra a tirania não é indivisível? Os inimigos internos não são aliados dos inimigos externos? Os assassinos que dilaceram a pátria no interior; os intrigantes que compram as consciências dos mandatários do povo; os traidores que as vendem; os libelistas mercenários subornados para desonrar a causa do povo, para matar a virtude pública, para atiçar o fogo das discórdias civis e para preparar a contra-revolução política com a contra-revolução moral; toda essa espécie é menos culpada ou menos perigosa que os tiranos a quem serve? Todos aqueles que interpõem sua benevolência parricida entre esses celerados e o gládio vingador da justiça nacional assemelham-se àqueles que se lançariam entre os satélites dos tiranos e as baionetas de nossos soldados; todos os impulsos de sua falsa sensibilidade parecem apenas suspiros mal reprimidos lançados em direção à Inglaterra e à Áustria.

Ora! Por quem então se enterneceriam? Seria por 200 mil heróis, a elite da Nação, ceifados pela espada dos inimigos da liberdade, ou pelos punhais dos assassinos reais ou federalistas? Não, eram apenas plebeus, patriotas; para ter direito a seu terno interesse, é preciso ser ao menos viúva de um general que traiu vinte vezes a pátria; para obter sua indulgência, é preciso quase provar que se fez imolar 10 mil franceses, como um general romano deve ter matado, creio, 10 mil inimigos para obter o triunfo. Ouve-se com sangue-frio o relato dos horrores cometidos pelos tiranos contra os defensores da liberdade; nossas mulheres horrivelmente mutiladas; nossos filhos massacrados no seio de suas mães; nossos prisioneiros expiando em meio a horríveis tormentos seu heroísmo tocante e sublime; chama-se de horrível carnificina a punição demasiado lenta de alguns monstros engordados com o mais puro sangue da pátria.

Suporta-se com paciência a miséria das cidadãs generosas que sacrificaram à mais bela das causas seus irmãos, seus filhos, seus esposos; mas prodigam-se os mais generosos consolos às mulheres dos conspiradores; aceitam-se que elas possam seduzir impunemente a justiça, advogar contra a liberdade a causa de seus parentes e de seus cúmplices; fizeram delas quase uma corporação privilegiada, credora e pensionista do povo.

Com que bonomia nos iludimos ainda com essas palavras! Como a aristocracia e o moderantismo nos governam ainda com as máximas assassinas que nos deram!

A aristocracia se defende melhor com suas intrigas do que o patriotismo com seus serviços. Deseja-se governar as revo-

luções com as argúcias do palácio; tratam-se as conspirações contra a República como os processos dos particulares. A tirania mata, e a liberdade litiga; e o código feito pelos próprios conspiradores é a lei segundo a qual são julgados.

Quando se trata da salvação da pátria, o testemunho do universo não pode substituir a prova testemunhal, nem a própria evidência pode substituir a prova literal.

A lentidão dos julgamentos equivale à impunidade; a incerteza da pena encoraja todos os criminosos; e contudo queixam-se da severidade da justiça; queixam-se da detenção dos inimigos da República. Procuram-se exemplos na história dos tiranos porque não se quer escolhê-los na dos povos, nem buscá-los no espírito da liberdade ameaçada. Em Roma, quando o cônsul descobriu a conjuração, sufocando-a no mesmo instante com a morte dos cúmplices de Catilina, foi acusado de violar as formas, por quem? Pelo ambicioso César, que desejava engrossar seu partido com a horda dos conjurados, com os Pisões, os Clódios, e todos os maus cidadãos que temiam, eles mesmos, a virtude de um verdadeiro romano e a severidade das leis.

Punir os opressores da humanidade é clemência; perdoá-los é barbárie. O rigor dos tiranos só tem por princípio o rigor; o do governo republicano parte da beneficência.

Assim, ai daquele que ousar dirigir para o povo o terror que só se deve aproximar de seus inimigos! Ai daquele que, confundindo os erros inevitáveis do civismo com os erros calculados da perfídia, ou com os atentados dos conspiradores, abandonar o intrigante perigoso para perseguir o cidadão pacífico! Pereça o celerado que ousa abusar do nome sagrado da liberdade, ou das armas temíveis que esta lhe confiou, para levar o luto ou a morte ao coração dos patriotas! Esse abuso existiu, não se pode duvidar. Sem dúvida foi exagerado pela aristocracia: mas ainda que na República só existisse um único homem virtuoso perseguido pelos inimigos da liberdade, o dever do governo seria procurá-lo com inquietação e vingá-lo com estardalhaço.

Mas será preciso concluir dessas perseguições movidas aos patriotas pelo zelo hipócrita dos contra-revolucionários que é preciso devolver a liberdade aos contra-revolucionários e renunciar à severidade? Esses novos crimes da aristocracia só fazem demonstrar sua necessidade. O que prova a audácia de nossos inimigos, senão a fraqueza com a qual foram perseguidos? Ela se deve, em grande parte, à doutrina relaxada que se pregou nesses últimos tempos para tranqüilizá-los. Se pudésseis escutar esses conselhos, vossos inimigos atingiriam seu objetivo, e receberiam de vossas próprias mãos o prêmio do último de seus crimes.

Quanta leviandade haveria em encarar algumas vitórias arrebatadas pelo patriotismo como o fim de todos os nossos perigos! Lançai um olhar sobre nossa verdadeira situação: sentireis que a vigilância e a energia vos são mais necessárias do que nunca. Uma surda malevolência contraria por toda parte as operações do governo; a fatal influência das cortes estrangeiras, por ser mais oculta, não é nem menos ativa, nem menos funesta. Sente-se que o crime intimidado não fez outra coisa senão cobrir sua marcha com mais habilidade.

Os inimigos internos do povo francês dividiram-se em dois segmentos, como em dois exércitos. Marcham sob bandeiras de diferentes cores, e por caminhos diversos; mas marcham em direção ao mesmo fim; esse fim é a desorganização do governo popular, a ruína da Convenção, ou seja, o triunfo da tirania. Uma dessas duas facções nos impele à fraqueza, a outra aos excessos. Uma quer transformar a liberdade em bacante, a outra em prostituta.

Intrigantes subalternos, por vezes mesmo bons cidadãos iludidos, alinham-se em um ou outro partido; mas os chefes pertencem à causa dos reis ou da aristocracia, e se reúnem sempre contra os patriotas. Os tratantes, mesmo quando guerreiam entre si, odeiam-se bem menos do que detestam as pessoas de bem. A pátria é sua presa; batem-se para reparti-la: mas ligam-se contra aqueles que a defendem.

Deu-se a uns o nome de moderados; há talvez mais espírito que justeza na denominação de *ultra-revolucionários*, com a qual se designaram os outros. Essa denominação, que em caso algum pode aplicar-se aos homens de boa-fé, que o zelo e a ignorância podem levar além da sã política da revolução, não caracteriza exatamente os homens pérfidos que a tirania suborna para comprometer, com aplicações falsas ou funestas, os princípios sagrados de nossa revolução.

O falso revolucionário talvez esteja ainda mais freqüentemente aquém da revolução do que além desta; é moderado ou desvairado de patriotismo, segundo as circunstâncias. Decide-se nos comitês prussianos, ingleses, austríacos, até mesmo moscovitas, o que ele irá pensar no dia seguinte. Opõe-se às medidas enérgicas, e as exagera quando não pôde impedi-las; severo com a inocência, mas indulgente com o crime; acusando até mesmo os criminosos que não são suficientemente ricos para comprar seu silêncio, nem suficientemente importantes para merecer seu zelo; mas abstendo-se bem de jamais comprometer-se a ponto de defender a virtude caluniada: descobrindo por vezes complôs descobertos, arrancando a máscara de traidores desmascarados e até mesmo decapitados; mas gabando os traidores vivos e ainda acreditados: sempre pressuroso em adular a opinião do momento, e não menos atento no sentido de jamais feri-la: sempre pronto a adotar as medidas ousadas, contanto que estas tenham muitos inconvenientes; caluniando aquelas que só apresentam vantagens, ou então acrescentando-lhes todas as emendas que possam torná-las nocivas: dizendo a verdade com economia, e o quanto for necessário para adquirir o direito de mentir impunemente: destilando o bem gota a gota, e vertendo o mal em torrentes: cheio de entusiasmo pelas grandes resoluções que nada significam; mais do que indiferente àquelas que podem honrar a causa do povo e salvar a pátria: sacrificando muito às aparências do patriotismo; muito ligado às práticas exteriores, como os devotos dos quais se declara inimigo, preferiria usar cem gorros vermelhos a praticar uma boa ação.

Que diferença encontrais entre essas pessoas e vossos moderados? São servidores empregados pelo mesmo senhor, ou, se quiserdes, cúmplices que fingem brigar para melhor esconder seus crimes. Julgai-os, não pela diferença da linguagem, mas pela identidade dos resultados. Não estão de acordo aquele que ataca a Convenção Nacional com discursos insensatos e aquele que a engana para comprometê-la? Aquele que, com injustos rigores, força o patriotismo a tremer por seu destino invoca a anistia em favor da aristocracia e da traição. Quem chamava a França à conquista do mundo não tinha outra meta senão a de chamar os tiranos à conquista da França. O estrangeiro hipócrita, que há cinco anos proclama Paris a capital do globo, não fazia outra coisa senão traduzir, num jargão, os anátemas dos vis federalistas que destinavam Paris à destruição. Pregar o ateísmo não é mais que um modo de absolver a superstição e de acusar a filosofia; e a guerra declarada à divindade não é mais que uma diversão em favor da realeza.

Que outro método resta para combater a liberdade?

Irão louvar, a exemplo dos primeiros campeões da aristocracia, as doçuras da servidão e os benefícios da Monarquia, o gênio sobrenatural e as virtudes incomparáveis dos reis?

Irão proclamar a vaidade dos direitos do homem e dos princípios da justiça eterna?

Irão exumar a nobreza e o clero, ou reclamar os direitos imprescritíveis da alta burguesia à sua dupla sucessão?

Não. É bem mais cômodo tomar a máscara do patriotismo para desfigurar, com insolentes paródias, o drama sublime da Revolução, para comprometer a causa da liberdade com uma moderação hipócrita, ou com extravagâncias estudadas.

Assim a aristocracia se constitui em sociedades populares; o orgulho contra-revolucionário esconde sob farrapos seus complôs e seus punhais; o fanatismo quebra seus próprios altares; o realismo canta as vitórias da República; a nobreza, acabrunhada de lembranças, abraça ternamente a igualdade para sufocá-la; a tirania, tingida do sangue dos defensores da liberdade, espalha

flores sobre seu túmulo. Se nem todos os corações estão mudados, quantos rostos estão mascarados! Quantos traidores só se intrometem em nossos negócios para arruiná-los!

Se quiserdes experimentá-los, pedi-lhes serviços reais, em vez de juras ou declamações!

É preciso agir? Eles peroram. É preciso deliberar? Eles querem começar por agir. Os tempos são pacíficos? Eles se oporão a qualquer mudança útil. São tempestuosos? Irão falar em reformar tudo para transtornar tudo. Desejais conter os sediciosos? Eles vos lembram a clemência de César. Desejais arrancar os patriotas à perseguição? Eles vos propõem como modelo a firmeza de Brutus. Descobrem que alguém foi nobre, quando serve à República; não se lembram mais disso assim que esse alguém a trai. A paz é útil? Eles vos exibem as palmas da vitória. A guerra é necessária? Louvam as doçuras da paz. É preciso defender o território? Querem ir castigar os tiranos além dos montes e dos mares. É preciso retomar nossas fortalezas? Querem tomar de assalto as igrejas e escalar o céu. Esquecem os austríacos para guerrear contra os devotos. É preciso apoiar nossa causa com a fidelidade de nossos aliados? Eles declamarão contra todos os governos do mundo, e vos proporão colocar sob acusação o próprio Grão Mongol. O povo vai ao Capitólio render graças aos deuses por suas vitórias? Eles entoam cantos lúgubres por nossos reveses passados. Trata-se de transmitir notícias? Semeiam entre nós os ódios, as divisões, as perseguições e o desânimo. É preciso realizar a soberania do povo e concentrar sua força com um governo firme e respeitado? Julgam que os princípios do governo ferem a soberania do povo. É preciso reivindicar os direitos do povo oprimido pelo governo? Só falam do respeito às leis e da obediência devida às autoridades constituídas.

Encontraram um expediente admirável para secundar os esforços do governo republicano: é desorganizá-lo, degradá-lo completamente, guerrear contra os patriotas que concorreram para nossos sucessos.

Procurais os meios de abastecer vossos exércitos? Ocupai-vos em arrancar à avareza e ao medo os víveres que estes restringem? Gemem patrioticamente pela miséria pública e anunciam a fome. Para eles, o desejo de prevenir o mal é sempre um motivo para aumentá-lo. No Norte mataram-se as galinhas e nos privaram dos ovos, sob o pretexto de que as galinhas comiam grãos. No Sul, cogitou-se em destruir as amoreiras e as laranjeiras, sob o pretexto de que a seda é um objeto de luxo, e as laranjas uma superfluidade.

Jamais poderíeis imaginar certos excessos cometidos por contra-revolucionários hipócritas, para aviltar a causa da Revolução. Acreditaríeis que nas regiões em que a superstição teve mais força, não contentes em sobrecarregar as operações relativas ao culto de todas as formas que podiam torná-las odiosas, espalharam o terror entre o povo, semeando o rumor de que se ia matar todas as crianças abaixo de dez anos e todos os velhos acima de setenta anos? Acreditaríeis que esse rumor foi espalhado particularmente na ex-Bretanha, e nos departamentos do Reno e da Mosela? Este é um dos crimes imputados ao ex-promotor público do tribunal criminoso de Estrasburgo. As loucuras tirânicas desse homem tornam verossímil tudo o que se conta de Calígula e de Heliogábalo; mas não se pode acreditar nisso, mesmo à vista das provas. Ele levava o delírio ao ponto de solicitar a requisição das mulheres para seu uso: chega-se a garantir que usou esse método para se casar. De onde saiu de repente esse enxame de estrangeiros, padres, nobres, intrigantes de todo tipo, que no mesmo instante se espalhou pela superfície da República para executar, em nome da filosofia, um plano de contra-revolução, que só pôde ser sustado pela força da razão pública? Execrável concepção, digna do gênio das cortes estrangeiras ligadas contra a Liberdade, e da corrupção de todos os inimigos internos da República!

É assim que, aos milagres contínuos operados pela virtude de um grande povo, a intriga mistura sempre a baixeza de suas tramas criminosas, baixeza comandada pelos tiranos, e que em

seguida transformam na matéria de seus ridículos manifestos, para reter os povos ignorantes na lama do opróbrio e nas cadeias da servidão.

Ora! O que fazem com a liberdade os crimes de seus inimigos? Quando velado por uma nuvem passageira, o sol perde algo de sua condição de astro que anima a natureza? A espuma impura que o Oceano rechaça para as praias torna-o menos imponente?

Em mãos pérfidas, todos os remédios para nossos males tornam-se venenos; tudo o que podeis fazer, tudo o que podeis dizer eles voltarão contra vós, até mesmo as verdades que acabamos de expor.

Assim, por exemplo, após disseminar por toda parte os germes da guerra civil, pelo ataque violento contra os preconceitos religiosos, buscarão armar o fanatismo e a aristocracia com as próprias medidas que a sã política vos prescreveu a favor da liberdade dos cultos. Se tivésseis dado livre curso à conspiração, cedo ou tarde esta teria produzido uma reação terrível e universal; se a sustais, eles irão procurar ainda tirar partido disso, persuadindo de que protegeis os padres e os moderados.

Nem mesmo deveis espantar-vos se os autores desse sistema forem os padres que tiverem confessado mais ousadamente seu charlatanismo.

Se os patriotas, arrebatados por um zelo puro mas irrefletido, em algum lugar iludiram-se com suas intrigas, eles lançarão de novo toda a culpa sobre os patriotas; pois o primeiro ponto de sua doutrina maquiavélica é perder a República, perdendo os republicanos, como se subjuga um país destruindo o Exército que o defende. Por aí pode-se apreciar um de seus princípios favoritos — o de que é preciso não dar a menor importância aos homens; máxima de origem real, que quer dizer que é preciso lhes abandonar todos os amigos da Liberdade.

É de se notar que o destino dos homens que só buscam o bem público é o de ser vítimas daqueles que só buscam o próprio bem; isso se deve a duas causas: a primeira é que os intrigantes atacam com os vícios do antigo regime; a segunda, que os patriotas só se defendem com as virtudes do novo.

Uma tal situação interna deve vos parecer digna de toda a vossa atenção, sobretudo se pensardes que tendes ao mesmo tempo os tiranos da Europa a combater, um milhão e duzentos mil homens mobilizados a sustentar, e que o governo é obrigado a reparar continuamente, à força de energia e de vigilância, todos os males que a multidão incalculável de nossos inimigos nos causou durante cinco anos.

Qual é o remédio para todos esses males? Não conhecemos outro a não ser o desenvolvimento dessa mola geral da República, a virtude.

A democracia perece por dois excessos: a aristocracia daqueles que governam, ou o desprezo do povo pelas autoridades que ele mesmo estabeleceu; desprezo que faz com que cada associação, cada indivíduo atraia para si o poder público e reconduza o povo ao aniquilamento ou ao poder de um só, pelo excesso da desordem.

A dupla tarefa dos moderados e dos falsos revolucionários é a de nos agitar perpetuamente entre esses dois escolhos.

Mas os representantes do povo podem evitar tanto um como o outro; pois o governo tem sempre o poder de ser justo e sábio; e quando ele tem esse caráter, está certo da confiança do povo.

É bem verdade que o objetivo de todos os nossos inimigos é dissolver a Convenção: é verdade que o tirano da Grã-Bretanha e seus aliados prometem a seu parlamento e a seus súditos tirar vossa energia e a confiança pública que esta vos fez merecer; que é esta a primeira instrução de todos os seus comissários.

Mas é uma verdade que deve ser encarada como trivial em política a de que um grande corpo investido da confiança de um grande povo só pode perder-se por si mesmo; vossos inimigos não o ignoram: assim, não duvidais de que se aplicam sobretudo a despertar no meio de vós todas as paixões que podem secundar seus sinistros desígnios.

Que podem eles contra a representação nacional, se não conseguem surpreender nela atos impolíticos que possam fornecer pretextos para suas criminosas declamações? Devem então desejar necessariamente ter duas espécies de agentes — uns que buscarão degradá-la com seus discursos e outros, no seu próprio seio, que se esforçarão por enganá-la, para comprometer sua glória e os interesses da República.

Para atacá-la com sucesso, era útil começar a guerra contra os representantes nos departamentos que haviam justificado vossa confiança, e contra o Comitê de Salvação Pública; assim eles foram atacados por homens que parecem combater-se entre si.

Que podiam fazer de melhor a não ser paralisar o governo da Convenção, quebrando todas as suas molas, no momento que deve decidir o destino da República e dos tiranos?

Longe de nós a idéia de que ainda existe no meio de nós um único homem suficientemente covarde para desejar servir à causa dos tiranos! Porém mais longe de nós ainda o crime, que não nos seria perdoado, de enganar a Convenção Nacional, e de trair o povo francês com um criminoso silêncio! Pois a felicidade de um povo livre é que a verdade — flagelo dos déspotas — é sempre sua força e sua salvação. Ora, é verdade que existe ainda para nossa liberdade um perigo, talvez o único perigo sério que lhe resta correr: esse perigo é um plano que existiu de unir todos os inimigos da República, ressuscitando o espírito de partido; de perseguir os patriotas, de desencorajar, de perder os agentes fiéis do governo republicano, de fazer faltar as partes mais essenciais do serviço público. Desejaram enganar a Convenção sobre os homens e sobre as coisas; desejaram enganá-la sobre as causas dos abusos que exageram, a fim de torná-los irremediáveis; aplicaram-se a enchê-la de falsos terrores, para desnorteá-la ou paralisá-la; procuraram dividi-la; buscaram dividir sobretudo os representantes enviados aos departamentos e o Comitê de Salvação Pública; desejaram induzir os primeiros a contrariar as medidas da autoridade central,

para provocar a desordem e a confusão; desejaram irritá-los quando voltaram, para transformá-los, à sua revelia, nos instrumentos de uma cabala. Os estrangeiros aproveitam-se de todas as paixões particulares e até do patriotismo iludido.

De início, tomaram a decisão de ir direto ao ponto, caluniando o Comitê de Salvação Pública; gabavam-se então abertamente de que ele sucumbiria ao peso de suas penosas funções. A vitória e a fortuna do povo francês o defenderam. Desde essa época optaram por louvá-lo paralisando-o, e destruindo o fruto de seus trabalhos. Todas essas declamações vagas contra agentes necessários do Comitê, todos os projetos de desorganização, disfarçados sob o nome de reformas, já rejeitados pela Convenção e hoje reproduzidos com uma estranha afetação; essa pressa em pregar intrigas que o Comitê de Salvação Pública precisou afastar; esse terror inspirado aos bons cidadãos, essa indulgência com a qual se louvam os conspiradores, todo esse sistema de impostura e de intriga cujo principal autor é um homem que repelistes de vosso seio é dirigido contra a Convenção Nacional, e tende a realizar os anseios de todos os inimigos da França.

Foi desde a época em que esse sistema foi anunciado nos libelos e realizado por atos públicos que a aristocracia e o realismo começaram a levantar uma fronte insolente, que o patriotismo foi de novo perseguido numa parte da República, que a autoridade nacional experimentou uma resistência da qual os intrigantes começavam a perder o costume. De resto, esses ataques indiretos não teriam outro inconveniente a não ser o de dividir a atenção e a energia daqueles que devem carregar o imenso fardo que lhes entregastes, e de distraí-los com demasiada freqüência das grandes medidas de salvação pública, para se ocupar em desmanchar intrigas perigosas; estas poderiam ainda ser consideradas como uma diversão útil a nossos inimigos.

Mas tranqüilizemo-nos; é aqui o santuário da verdade; é aqui que residem os fundadores da República, os vingadores da humanidade e os destruidores dos tiranos.

Aqui, para destruir um abuso, basta indicá-lo. Basta-nos apelar para a virtude e para a glória da Convenção Nacional, em nome da pátria, dos conselhos do amor-próprio ou da fraqueza dos indivíduos.

Provocamos uma discussão solene sobre todos os objetos de suas preocupações, sobre tudo o que pode influenciar o curso da Revolução; rogamos-lhe não permitir que qualquer interesse particular e oculto possa usurpar aqui o ascendente da vontade geral da assembléia, e o poder indestrutível da razão.

Limitar-nos-emos hoje a vos propor consagrar, por vossa aprovação formal, as verdades morais e políticas sobre as quais devem estar fundadas vossa administração interna e a estabilidade da República, assim como já consagrastes os princípios de vossa conduta para com os povos estrangeiros; desse modo, unireis todos os bons cidadãos, tirareis a esperança dos conspiradores; garantireis vossa marcha, e confundireis as intrigas e as calúnias dos reis; honrareis vossa causa e vosso caráter aos olhos de todos os povos.

Dai ao Povo francês essa nova caução de vosso zelo para proteger o patriotismo, de vossa justiça inflexível para os culpados, e de vossa dedicação à causa do povo. Ordenai que os princípios da moral política que acabamos de expor sejam proclamados, em vosso nome, dentro e fora da República.

XI

Sobre as relações das idéias religiosas e morais com os princípios republicanos e sobre as festas nacionais

Relatório apresentado em nome do Comitê de Salvação Pública

7 de maio de 1794

A Revolução Francesa fazia estremecer tudo o que, até então, parecia imutável. Uma antiqüíssima Monarquia ruiu, e com ela alteraram-se também, naquele momento, a divisão administrativa, o calendário, a religião... Inimigo da superstição, Robespierre acreditava em um Deus da natureza, "fonte dos princípios eternos sobre os quais se apóia a fraqueza humana para erguer-se até a virtude". Convidava seus contemporâneos a "escutar no silêncio das paixões a voz da sabedoria e da modéstia que ela inspira". Opunha o sentimento moral instintivo do povo à corrupção do espírito metafísico dos filósofos: "O único fundamento da sociedade civil", dizia, "é a moral".

Cidadãos!

É na prosperidade que tanto os povos como os particulares devem, por assim dizer, recolher-se para escutar, no silêncio das paixões, a voz da sabedoria. O momento em que o rumor de nossas vitórias repercute no universo é portanto aquele em que os legisladores da República francesa devem velar, com nova solicitude, por eles mesmos e pela pátria, e consolidar os princípios sobre os quais devem repousar a estabilidade e a fidelidade da República. Vimos hoje submeter a vossa meditação verdades profundas que importam à felicidade dos homens, e vos propor medidas que delas decorrem naturalmente.

O mundo moral, muito mais ainda que o mundo físico, parece cheio de contrastes e de enigmas. A natureza nos diz que o homem nasceu para a liberdade, e a experiência dos séculos nos mostra o homem escravo. Seus direitos estão escritos em seu coração, e sua humilhação na História. O gênero humano respeita Catão, e se curva sob o jugo de César. A posteridade honra a virtude de Brutus, mas só a permite na história antiga. Os séculos e a Terra são o quinhão do crime e da tirania; a liberdade e a virtude mal repousaram um instante em alguns pontos do globo. Esparta brilha como um clarão em trevas imensas...

Oh, Brutus, não digas contudo que a virtude é um fantasma! E vós, fundadores da República francesa, guardai-vos de desesperar da humanidade ou de duvidar por um momento do sucesso de vosso grande empreendimento!

O mundo mudou, e deve mudar mais. O que há de comum entre o que é e o que foi? As nações civilizadas sucederam os selvagens que erravam nos desertos; as colheitas férteis tomaram o lugar das florestas antigas que cobriam o globo. Um mundo apareceu além das fronteiras do mundo; os habitantes da Terra acrescentaram os mares a seu imenso domínio; o homem conquistou o raio, esconjurando a ira do céu. Comparai a linguagem imperfeita dos hieróglifos com os milagres da imprensa; cotejai a viagem dos argonautas com a de La Peyrouse; medi a distância entre as observações astronômicas dos magos da Ásia e as descobertas de Newton, ou então entre o esboço traçado pela mão de Dibutade e os quadros de David.

Tudo mudou na ordem física; tudo deve mudar na ordem moral e política. Metade da revolução do mundo já foi feita; a outra metade deve completar-se.

A razão do homem ainda se assemelha ao globo que ele habita; uma metade está mergulhada nas trevas, enquanto a outra está iluminada. Os povos da Europa fizeram progressos espantosos no que chamamos de artes e ciências, e parecem permanecer na ignorância das primeiras noções da moral pública. Conhecem tudo, exceto seus direitos e seus deveres. De onde vem essa mistura de gênio e estupidez? Vem do fato de que, para se tornar hábil nas artes, basta seguir as paixões, enquanto para defender os próprios direitos e respeitar os de outrem, é preciso vencê-las. Há ainda uma outra razão: é que os reis que fazem o destino da Terra não temem nem os grandes geômetras nem os grandes pintores, nem os grandes poetas, e temem os filósofos rígidos e os defensores da humanidade.

Entretanto, o gênero humano está numa situação violenta, que não pode ser durável. Faz muito tempo que a razão humana marcha contra os tronos a passo lento, por caminhos desviados, mas seguros. O gênio ameaça o despotismo, mesmo quando parece adulá-lo; o despotismo não é mais defendido senão pelo hábito e pelo terror, e sobretudo pelo apoio que lhe dá a união dos ricos e de todos os opressores subalternos, que o caráter imponente da Revolução Francesa apavora.

O povo francês parece estar 2 mil anos adiantado em relação ao resto da espécie humana; ficaríamos mesmo tentados a olhá-lo como uma espécie diferente, no meio da humanidade. A Europa está de joelhos diante das sombras dos tiranos que punimos.

Na Europa, um trabalhador ou um artesão é um animal preparado para os prazeres de um nobre; na França, os nobres procuram transformar-se em trabalhadores ou artesãos, e nem sequer conseguem obter essa honra.

A Europa não concebe que se possa viver sem reis, sem nobres; e nós não concebemos que se possa viver com eles.

A Europa prodiga seu sangue para tornar indissolúveis as cadeias da humanidade; e nós, para quebrá-las.

Nossos sublimes vizinhos, com a maior seriedade, informam o universo sobre a saúde do rei, seus divertimentos, suas viagens; desejam de qualquer maneira comunicar à posteridade a que horas ele almoçou, em que momento voltou da caça; qual é a terra ditosa que, a cada instante do dia, teve a honra de ser pisada por seus augustos pés; quais são os nomes dos es-

cravos privilegiados que se apresentaram diante dele ao nascer e ao pôr-do-sol.

Quanto a nós, informaremos à humanidade os nomes e as virtudes dos heróis mortos ao combater pela liberdade; iremos informar-lhe em que terra os últimos satélites dos tiranos foram derrotados; iremos informar-lhe a que horas ocorreu o falecimento dos opressores do mundo.

Sim, esta terra deliciosa que habitamos e que a natureza adula com predileção é feita para ser o domínio da liberdade e da felicidade; este povo sensível e orgulhoso nasceu verdadeiramente para a glória e para a virtude. Oh, minha pátria! Se o destino me tivesse feito nascer numa região estrangeira e distante, eu teria dirigido aos céus votos contínuos por tua prosperidade; teria vertido lágrimas de ternura ao ouvir o relato de teus combates e de tuas virtudes; minha alma atenta teria acompanhado com ardor inquieto todos os movimentos de tua gloriosa Revolução; eu teria invejado o destino de teus cidadãos, teria invejado o de teus representantes. Sou francês, sou um de teus representantes... Oh, povo sublime! Recebe o sacrifício de todo o meu ser; feliz aquele que nasceu em teu seio! Mais feliz ainda aquele que pode morrer por tua felicidade!

Oh, vós, a quem ele confiou seus interesses e seu poder, quanto podeis, com ele e por ele? Sim, podeis mostrar ao mundo o espetáculo novo da democracia fortalecida num vasto império. Aqueles que, na infância do direito público e, do seio da servidão, balbuciaram máximas contrárias, previam os prodígios operados neste último ano? Será o que vos resta a fazer mais difícil do que aquilo que já fizestes? Quais são os políticos que podem servir-vos de preceptores ou de modelos? Não será preciso que façais precisamente o contrário do que foi feito antes de vós? A arte de governar foi até nossos dias a arte de enganar e de corromper os homens: ela deve ser apenas a de esclarecê-los e de torná-los melhores.

Há dois tipos de egoísmo: um vil, cruel, que isola o homem de seus semelhantes, que procura um bem-estar exclusivo, adquirido à custa da miséria de outrem; o outro, generoso, benfazejo, que confunde nossa felicidade com a felicidade de todos, que liga nossa glória à da pátria. O primeiro faz os opressores e os tiranos; o segundo, os defensores da humanidade. Sigamos seu impulso salutar: prezemos o repouso adquirido à custa de obras gloriosas; não temamos a morte que as coroa, e consolidaremos a felicidade de nossa pátria e até mesmo a nossa.

O vício e a virtude fazem os destinos da Terra; são as duas inclinações opostas que a disputam. A fonte de uma e de outra está nas paixões do homem. Segundo a direção que é dada a suas paixões, o homem eleva-se aos céus ou afunda em abismos lamacentos. Ora, o fim de todas as instituições sociais é dirigi-las para a justiça, que é ao mesmo tempo a felicidade pública e a felicidade privada.

O fundamento único da sociedade civil é a moral. Todas as associações que guerreiam contra nós repousam no crime: aos olhos da verdade, não passam de hordas de selvagens civilizados e bandidos disciplinados. A que se reduz então essa ciência misteriosa da política e da legislação? A inserir nas leis e na administração as verdades morais relegadas aos livros dos filósofos, e a aplicar à conduta dos povos as noções triviais de probidade que cada um é forçado a adotar para sua conduta privada, isto é, usar para fazer reinar a justiça a mesma habilidade empregada até aqui pelos governos ao se demonstrarem injustos impunemente ou com decoro.

Assim, vede quanta arte os reis e seus cúmplices esgotaram para escapar à aplicação desses princípios, e para obscurecer todas as noções do justo e do injusto! Como era delicioso o bom senso daquele pirata que respondeu a Alexandre: "Chamam-me de bandido porque só tenho um navio; e a ti, porque tens uma frota, chamam-te de conquistador!" Com que impudor eles fazem leis contra o roubo, quando invadem a fortuna pública! Condenam-se em seu nome os assassinos, e eles assassinam milhões de homens pela guerra e pela miséria. Sob a Monarquia, as virtudes domésticas são apenas ridículas: mas as virtudes pú-

blicas são crimes; a única virtude é ser o instrumento dócil dos crimes do príncipe, a única honra é ser tão maldoso quanto ele. Sob a Monarquia, é permitido amar a família, mas não a pátria; é honroso defender os amigos, mas não os oprimidos. A probidade da Monarquia respeita todas as propriedades, exceto a do pobre; protege todos os direitos, exceto os do povo.

Eis aqui um artigo do código da Monarquia: "Não roubarás, a menos que sejas o rei, ou que tenhas conseguido um privilégio do rei: não assassinarás, a menos que faças perecer de um só golpe muitos milhares de homens".

Conheceis aquele dito ingênuo do cardeal Richelieu, escrito em seu testamento político. Dizia ele que os reis devem abster-se com grande cuidado de se servir de pessoas probas, porque destas não podem tirar partido. Mais de 2 mil anos antes, havia à beira do Ponto-Euxino um reizinho que professava a mesma doutrina, de maneira ainda mais enérgica. Seus favoritos haviam mandado matar alguns de seus amigos por falsas acusações. Ele percebeu; um dia, quando um deles lhe trazia uma nova denúncia, disse: "Mandaria matar-te, se celerados como tu não fossem necessários aos déspotas". Garantem que esse príncipe era um dos melhores que jamais existiram.

Mas foi na Inglaterra que o maquiavelismo levou essa doutrina real ao mais alto grau de perfeição.

Não duvido que haja muitos comerciantes em Londres que se gabam de alguma boa-fé nas questões de seu negócio; mas pode-se apostar que essas pessoas honestas acham muito natural que os membros do parlamento britânico vendam publicamente ao rei Jorge sua consciência e os direitos do povo, como eles mesmos vendem as produções de suas manufaturas.

Pitt expõe aos olhos daquele parlamento a lista de suas baixezas e de seus crimes: "Tanto pela traição, tanto pelos assassinatos dos representantes do povo e dos patriotas, tanto pela calúnia, tanto pela fome, tanto pela corrupção, tanto pela fabricação do dinheiro falso". O senado o escuta com admirável sangue-frio, e aprova tudo com submissão.

Em vão a voz de um único homem se eleva com a indignação da virtude contra tantas infâmias; o ministro confessa ingenuamente que não entende nada de máximas tão novas para ele, e o senado rejeita a moção.

Stanhope, não peças a teus indignos colegas o registro de tua oposição a seus crimes; disso a posteridade se encarregará, e sua censura é para ti o mais belo título para a estima do teu próprio século.

O que concluir de tudo o que acabo de dizer? Que a imoralidade é a base do despotismo, assim como a virtude é a essência da República.

A revolução, que tende a estabelecê-la, não é outra coisa senão a passagem do reinado do crime ao da justiça; daí os esforços contínuos dos reis ligados contra nós e de todos os conspiradores para perpetuar entre nós os preconceitos e os vícios da Monarquia.

Todos os que tinham saudade do antigo regime, todos os que só se lançaram na trilha da Revolução para chegar a uma mudança de dinastia aplicaram-se desde o início a deter os progressos da moral pública; pois que diferença havia entre os amigos de Orléans ou de York e os de Luís XVI, senão talvez um grau mais alto de covardia e de hipocrisia da parte dos primeiros?

Os chefes das facções que repartiram as duas primeiras legislaturas, demasiado covardes para crer na República, demasiado corruptos para desejá-la, não cessaram de conspirar, para apagar do coração dos homens os princípios eternos que sua própria política inicialmente os havia obrigado a proclamar. A conjuração disfarçava-se então sob a cor desse pérfido moderantismo que, protegendo o crime e matando a virtude, nos reconduzia por um caminho oblíquo e seguro à tirania.

Quando a energia republicana destruiu esse sistema covarde e fundou a democracia, a aristocracia e o estrangeiro conceberam o plano de tudo ultrajar e de tudo corromper. Esconderam-se sob as formas da democracia para desonrá-la com distorções tão funestas quanto ridículas, e para sufocá-la em seu berço.

Atacou-se a liberdade ao mesmo tempo com o moderantismo e com o furor. Nesse choque de duas facções aparentemente opostas, mas cujos chefes estavam unidos por laços secretos, a opinião pública estava dissolvida, a representação aviltada, o povo nulo; e a Revolução parecia ser apenas um combate ridículo para decidir com que tratantes ficaria o poder de dilacerar e de vender a pátria.

A evolução dos chefes de partido que pareciam mais divididos foi sempre mais ou menos a mesma. Sua principal característica foi uma profunda hipocrisia.

Lafayette invocava a Constituição para reerguer o poder real. Dumouriez invocava a Constituição para proteger a facção girondina contra a Convenção Nacional. No mês de agosto de 1792, Brissot e os girondinos desejavam fazer da Constituição um escudo, para aparar o golpe que ameaçava o trono. No mês de janeiro seguinte, os mesmos conspiradores invocavam a soberania do povo para arrancar a realeza ao opróbrio do cadafalso, e para acender a guerra civil nas assembléias seccionais. Hébert e seus cúmplices invocavam a soberania do povo para degolar a Convenção Nacional e aniquilar o governo republicano.

Brissot e os girondinos quiseram armar os ricos contra o povo; a facção de Hébert, protegendo a aristocracia, adulava o povo para que este se oprimisse por si mesmo.

Danton, o mais perigoso dos inimigos da Pátria, se não tivesse sido o mais covarde; Danton, indulgente com todos os crimes, ligado a todos os complôs, prometendo aos celerados sua proteção, aos patriotas sua fidelidade; hábil em explicar suas traições pretextando o bem público, em justificar seus vícios com seus pretensos defeitos, fazia com que seus amigos acusassem, de maneira insignificante ou favorável, os conspiradores prestes a consumar a ruína da República, para ter oportunidade de defendê-los ele mesmo; transigia com Brissot, correspondia-se com Ronsin, encorajava Hébert, e em todo evento arranjava-se para se aproveitar tanto da queda como dos

sucessos deles, e para unir todos os inimigos da liberdade contra o governo republicano.

Foi sobretudo nesses últimos tempos que vimos desenvolver-se em toda a sua extensão o horrível sistema de corromper a moral pública, urdido por nossos inimigos. Para melhor consegui-lo, eles mesmos se haviam arvorado em professores; iam aviltar tudo, confundir tudo, numa mistura odiosa de pureza de nossos princípios com a corrupção de seus corações.

Todos os tratantes haviam usurpado uma espécie de sacerdócio político, e enfileiravam na classe dos profanos os fiéis representantes do povo e todos os patriotas. Temia-se na época propor uma idéia justa; eles haviam interditado ao patriotismo o uso do bom senso: houve um momento em que era proibido opor-se à ruína da pátria, sob pena de passar por mau cidadão: o patriotismo não era mais que um disfarce ridículo, ou a audácia de declamar contra a Convenção. Graças a essa subversão das idéias revolucionárias, a aristocracia, absolvida de todos os seus crimes, tramava muito patrioticamente o massacre dos representantes do povo e a ressurreição da realeza: abarrotados dos tesouros da tirania, os conjurados pregavam a pobreza: famintos de ouro e de dominação, pregavam a igualdade com insolência, para torná-la odiosa; para eles, a liberdade era a independência do crime; a Revolução, um tráfico; o povo, um instrumento; a pátria, uma presa. Até mesmo o pouco bem que se esforçavam por fazer era um estratagema pérfido para nos causar com mais facilidade males irreparáveis. Se algumas vezes se mostravam severos, era para adquirir o direito de favorecer os inimigos da liberdade, e de proscrever os amigos desta. Cobertos de todos os crimes, exigiam dos patriotas não só a infalibilidade, como também a garantia de todos os caprichos da fortuna, a fim de que ninguém ousasse mais servir à pátria. Trovejavam contra a agiotagem, e partilhavam com os agiotas a fortuna pública; falavam contra a tirania para melhor servir aos tiranos. Por seu intermédio, os tiranos da Europa acusavam a Convenção Nacional de tirania. Não se podia propor ao povo restabelecer a realeza;

eles desejavam levá-lo a destruir seu próprio governo. Não podiam dizer-lhe que ele devia chamar de volta seus inimigos; diziam-lhe que era preciso expulsar seus defensores. Não podiam dizer-lhe para depor as armas; desencorajavam-no com falsas notícias; não davam a menor importância a seus sucessos, e exageravam seus fracassos com criminosa malignidade.

Não podiam dizer-lhe: "O filho do tirano ou um outro Bourbon, ou então um dos filhos do rei Jorge te faria feliz". Mas diziam-lhe: "És infeliz". Pintavam-lhe o quadro da miséria que eles mesmos procuravam provocar: diziam-lhe que os ovos e o açúcar não eram abundantes. Não lhe diziam que sua liberdade valia alguma coisa; que a humilhação de seus opressores e todos os outros efeitos da Revolução não eram bens desprezíveis, que ele ainda combatia; que só a ruína de seus inimigos podia garantir sua felicidade... mas ele sentia tudo isso. Enfim, eles não podiam escravizar o povo francês pela força nem com seu próprio consentimento: procuravam acorrentá-lo pela subversão, pela revolta e pela corrupção dos costumes.

Erigiram a imoralidade não só em sistema, mas também em religião; procuraram extinguir todos os sentimentos generosos da natureza com seus exemplos, tanto quanto com seus preceitos. O maldoso desejaria, no íntimo, que não restasse sobre a Terra um único homem de bem, para que não encontrasse mais nela um só acusador, e para poder respirar em paz. Estes últimos foram buscar nos espíritos e nos corações tudo o que serve de apoio à moral, para deles arrancar esse apoio, e neles sufocar o acusador invisível que a natureza ali escondeu.

Os tiranos, satisfeitos com a audácia de seus emissários, apressaram-se a exibir aos olhos de seus súditos os farsantes que haviam comprado; e, fingindo crer que ali estava representado o povo francês, pareceram dizer-lhes: "O que ganharíeis em abalar nosso jugo? Podeis ver, os Republicanos não valem mais que nós". Os tiranos inimigos da França haviam ordenado um plano que, se suas esperanças tivessem sido perfeitamente realizadas, devia incendiar de repente nossa República e

erguer uma barreira intransponível entre ela e os outros povos; os conjurados o executaram. Os mesmos velhacos que haviam invocado a soberania do povo para degolar a Convenção Nacional alegaram o ódio da superstição para nos dar a guerra civil e o ateísmo.

O que desejavam aqueles que, no seio das conspirações que nos cercavam, em meio aos embaraços de uma tal guerra, no momento em que as tochas da discórdia civil fumegavam ainda, atacaram de repente todos os cultos com a violência, para se erigir eles mesmos em apóstolos fogosos do nada e em missionários fanáticos do ateísmo? Qual era o motivo dessa grande operação tramada nas trevas da noite, à revelia da Convenção Nacional, por padres, estrangeiros e conspiradores? Seria o amor da pátria? A pátria já lhes infligiu o suplício dos traidores. Seria o ódio dos padres? Os padres eram seus amigos. Seria o horror ao fanatismo? Era o único meio de lhe fornecer armas. Seria o desejo de apressar o triunfo da razão? Mas não paravam de ultrajá-la com violências absurdas, e com extravagâncias concertadas para torná-la odiosa: pareciam relegá-la aos templos apenas para bani-la da República.

Servia-se à causa dos reis ligados contra nós, os próprios reis que haviam anunciado de antemão esses eventos, e que deles se prevaleciam com sucesso para incitar contra nós o fanatismo dos povos com manifestos e preces públicas. É de admirar a santa cólera com que o sr. Pitt nos opõe esses fatos, e o cuidado com que os poucos homens íntegros que existem nos parlamentos da Inglaterra os atribuem a alguns homens desprezíveis, desacreditados e punidos por vós.

Entretanto, enquanto estes últimos cumpriam sua missão, o povo inglês jejuava para expiar os pecados financiados pelo sr. Pitt, e os burgueses de Londres punham luto pelo culto católico, assim como eles haviam posto pelo rei Capeto e pela rainha Antonieta.

Admirável política do ministro de Jorge, que fazia com que se insultasse o Ser Supremo através de seus emissários, e queria

vingá-lo com as baionetas inglesas e austríacas! Amo muito a devoção dos reis e creio firmemente na religião do sr. Pitt. Ao menos é certo que ele encontrou bons amigos na França, pois, segundo todos os cálculos da prudência humana, a intriga de que falo devia acender um incêndio rápido em toda a República, e lhe granjear novos inimigos lá fora.

Felizmente, o gênio do povo francês, sua paixão inalterável pela liberdade, a prudência com a qual prevenistes os patriotas de boa-fé que podiam ser arrastados pelo exemplo perigoso dos inventores hipócritas dessa maquinação; enfim, o cuidado que os próprios padres tomaram de desenganar o povo sobre eles mesmos, todas essas causas preveniram a maioria dos inconvenientes que os conspiradores esperavam. Cabe a vós fazer cessar os outros e aproveitar, se for possível, a própria perversidade de nossos inimigos, para garantir o triunfo dos princípios e da liberdade.

Consultai apenas o bem da pátria e os interesses da humanidade. Toda instituição, toda doutrina que consola e eleva as almas deve ser acolhida; rejeitai todas as que tendem a degradá-las e a corrompê-las. Reanimai e exaltai todos os sentimentos generosos e todas as grandes idéias morais que se desejou extinguir; aproximai com o encanto da amizade e com o laço da virtude os homens que se quis dividir. Quem, pois, te deu a missão de anunciar ao povo que a Divindade não existe — oh, tu, que te apaixonas por essa árida doutrina e nunca te apaixonaste pela pátria? Que vantagem encontras em persuadir o homem de que uma força cega preside seus destinos e golpeia ao acaso o crime e a virtude; que sua alma não passa de um sopro ligeiro que se extingue às portas do túmulo?

A idéia de seu aniquilamento lhe inspirará sentimentos mais puros e mais elevados que a de sua imortalidade? Inspirar-lhe-á mais respeito por seus semelhantes e por si mesmo, mais dedicação à pátria, mais audácia para enfrentar a tirania, mais desprezo pela morte ou pela volúpia? Vós, que pranteais um amigo virtuoso, gostais de pensar que a mais bela parte dele

mesmo escapou à morte! Vós, que chorais sobre o esquife de um filho ou de uma esposa, por acaso vos sentis consolados por aquele que vos diz que deles não resta mais que uma vil poeira? Infelizes que expirais sob os golpes de um assassino, vosso último suspiro é um apelo à justiça eterna! A inocência no cadafalso faz empalidecer o tirano em seu carro de triunfo; teria ela esse poder, se o túmulo igualasse o opressor e o oprimido? Infeliz sofista! Com que direito vens arrancar à inocência o cetro da razão para colocá-lo nas mãos do crime, lançar um véu fúnebre sobre a natureza, desesperar a infelicidade, regozijar o vício, entristecer a virtude, degradar a humanidade? Quanto mais dotado de sensibilidade e de gênio é um homem, mais se liga às idéias que engrandecem seu ser e elevam seu coração; e a doutrina dos homens dessa têmpera torna-se a do universo. Ora! Como não seriam verdades essas idéias? Ao menos, não concebo como a natureza poderia ter sugerido ao homem ficções mais úteis que todas as realidades; e se a existência de Deus, se a imortalidade da alma não passassem de sonhos, ainda assim seriam a mais bela de todas as concepções do espírito humano.

Não preciso observar que não se trata aqui de acusar qualquer opinião filosófica em particular, nem de contestar que um filósofo qualquer possa ser virtuoso, quaisquer que sejam suas opiniões, e até mesmo a despeito delas, pela força de uma boa natureza ou de uma razão superior. Trata-se de considerar apenas o ateísmo como nacional, e ligado a um sistema de conspiração contra a República.

Ora! Que importam a vós, legisladores, as hipóteses diversas pelas quais certos filósofos explicam os fenômenos da natureza? Podeis abandonar todos esses objetos a suas disputas eternas: não é nem como metafísicos, nem como teólogos que deveis encará-los. Aos olhos do legislador, tudo o que é útil ao mundo e bom na prática é a verdade.

A idéia do Ser Supremo e da imortalidade da alma é um chamamento contínuo à justiça: ela é, portanto, republicana e favo-

rece a vida em sociedade. A natureza pôs no homem o sentimento do prazer e da dor, que o força a evitar os objetos físicos que lhe são nocivos, e a procurar aqueles que lhe convêm. A obra-prima da sociedade seria criar nele, para as coisas morais, um instinto rápido que, sem o auxílio tardio do raciocínio, o levasse a fazer o bem e a evitar o mal, pois a razão particular de cada homem desnorteado por suas paixões muitas vezes não passa de um sofista que advoga sua causa, e a autoridade do homem pode sempre ser atacada pelo amor-próprio do homem. Ora, o que produz ou substitui esse instinto precioso, o que supre a insuficiência da autoridade humana é o sentimento religioso impresso nas almas pela idéia de uma sanção dada aos preceitos da moral por uma potência superior ao homem. Assim, não me consta que qualquer legislador jamais tenha pensado em nacionalizar o ateísmo. Sei que até mesmo os mais sábios deles se permitiram misturar à verdade algumas ficções, seja para impressionar a imaginação dos povos ignorantes, seja para prendê-los mais fortemente a suas instituições. Licurgo e Sólon recorreram à autoridade dos oráculos, e o próprio Sócrates, para acreditar a verdade entre seus concidadãos, julgou-se obrigado a persuadi-los de que esta lhe era inspirada por um gênio familiar.

Sem dúvida não ireis concluir daí que seja preciso enganar os homens para instruí-los, mas apenas que sois felizes por viver num século e num país cujas luzes não vos deixam outra tarefa a cumprir senão a de reconduzir os homens à natureza e à verdade.

Com certeza ireis abster-vos de quebrar o laço sagrado que une os homens ao autor de seu ser. Basta mesmo que essa opinião tenha reinado num povo para que seja perigoso destruí-la. Pois estando os motivos dos deveres e as bases da moralidade necessariamente ligados a essa idéia, apagá-la é desmoralizar o povo. Do mesmo princípio resulta que só com prudência e com uma certa delicadeza se deve atacar um culto estabelecido, por medo de que uma mudança súbita e violenta pareça um atentado à moral e uma dispensa da própria probidade. De resto, aquele que pode substituir a divindade no sistema da vida social é, a meus olhos, um prodígio de gênio; aquele que, sem tê-la substituído, só pensa em bani-la do espírito dos homens parece-me um prodígio de estupidez ou de perversidade.

O que é que os conjurados haviam posto no lugar daquilo que destruíam? Nada, a não ser o caos, o vazio e a violência. Eles desprezavam demais o povo para se dar ao trabalho de persuadi-lo; em vez de esclarecê-lo, só queriam irritá-lo, amedrontá-lo ou depravá-lo.

Se os princípios que expus até aqui são erros, engano-me ao menos com tudo o que o mundo reverencia: tomemos aqui as lições da História. Rogo-vos que observeis como os homens que influenciaram o destino dos Estados decidiram-se por um ou outro dos dois sistemas opostos, por seu caráter pessoal e pela própria natureza de seus pontos de vista políticos. Vede a arte profunda com que César, advogando no senado romano a causa dos cúmplices de Catilina, perde-se numa digressão contra o dogma da imortalidade da alma, de tal modo essas idéias lhe parecem próprias para desenvolver no coração dos juízes a energia da virtude, de tal modo a causa do crime lhe parece ligada à do ateísmo. Cícero, ao contrário, invocava contra os traidores o gládio das leis e o raio dos deuses. Sócrates moribundo conversa com seus amigos sobre a imortalidade da alma. Nas Termópilas, Leônidas, jantando com seus companheiros de armas, no momento de executar o mais heróico empreendimento que a virtude humana jamais concebeu, convida-os para um banquete no dia seguinte, numa nova vida. Há muita distância entre Sócrates e Chaumette, entre Leônidas e o Padre Duchesne. Um grande homem, um verdadeiro herói estima demais a si mesmo para se comprazer com a idéia do próprio aniquilamento. Um celerado desprezível a seus próprios olhos, horrível aos de outrem, sente que a natureza não pode lhe dar presente mais belo do que o nada.

Catão não hesitou entre Epicuro e Zenon. Brutus e os ilustres conjurados que partilharam seus perigos e sua glória per-

tenciam também a essa seita sublime dos estóicos, que teve idéias tão elevadas sobre a dignidade do homem, que levou tão longe o entusiasmo da virtude, e que só exagerou o heroísmo. O estoicismo pariu êmulos de Brutus e de Catão até os séculos terríveis que se seguiram à perda da liberdade romana. O estoicismo salvou a honra da natureza humana degradada pelos vícios dos sucessores de César, e sobretudo pela paciência dos povos. A seita epicurista reivindicava para si provavelmente todos os celerados que oprimiram sua pátria, e todos os covardes que permitiram a opressão desta. Assim, embora o filósofo que lhe deu o nome não fosse pessoalmente um homem desprezível, os princípios de seu sistema, interpretados pela corrupção, acarretaram conseqüências tão funestas, que a própria Antiguidade aviltou-a com a denominação de *rebanho de Epicuro*; e como em todos os tempos o coração humano no fundo é o mesmo, e o mesmo instinto ou o mesmo sistema político ordenou aos homens a mesma evolução, será fácil aplicar as observações que acabo de fazer ao momento atual, e mesmo à época que precedeu imediatamente nossa Revolução. É bom lançar um olhar sobre essa época, nem que seja para poder explicar uma parte dos fenômenos que eclodiram desde então.

Desde muito os observadores esclarecidos podiam perceber alguns sintomas da Revolução atual. Todos os eventos importantes tendiam para isso; as próprias causas particulares capazes de ostentar algum brilho estavam ligadas a alguma intriga política. Os homens de letras famosos, em virtude de sua influência sobre a opinião, começavam a obter também alguma sobre os negócios. Os mais ambiciosos haviam formado desde esse momento uma espécie de coalizão que aumentava sua importância; pareciam ter-se dividido em duas seitas, uma das quais defendia tolamente o clero e o despotismo. A mais poderosa e mais ilustre era a que ficou conhecida pelo nome de enciclopedismo. Reunia alguns homens estimáveis e um maior número de charlatães ambiciosos. Muitos de seus chefes se haviam tornado personagens consideráveis no Estado: quem ignorasse sua influência e sua política não teria uma idéia completa do prefácio de nossa Revolução. Essa seita, em matéria de política, permaneceu sempre abaixo dos direitos do povo; em matéria de moral, foi muito além da destruição dos preconceitos religiosos. Seus corifeus por vezes declamavam contra o despotismo, e eram subvencionados pelos déspotas; ora faziam livros contra a Corte, ora dedicatórias aos reis, discursos para os cortesãos e madrigais para as cortesãs; eram altivos em seus escritos e rastejantes nas antecâmaras. Essa seita propagou com muito zelo a opinião do materialismo, que prevaleceu entre os grandes e entre a gente culta. Devemos-lhes em grande parte essa espécie de filosofia que, reduzindo o egoísmo a um sistema, encara a sociedade humana como uma guerra de astúcia, o sucesso como a regra do justo e do injusto, a probidade como uma questão de gosto ou de decoro, o mundo como o patrimônio dos tratantes hábeis. Eu disse que seus corifeus eram ambiciosos; as agitações que anunciavam uma grande mudança na ordem política das coisas puderam ampliar seus pontos de vista. Observou-se que muitos deles tinham ligações íntimas com a casa de Orléans, e a Constituição inglesa era, segundo eles, a obra-prima da política e o *máximo* da felicidade social.

Entre aqueles que, na época de que falo, sobressaíram na carreira das letras e da filosofia, um homem se mostrou digno do ministério de preceptor do gênero humano, pela elevação de sua alma e pela grandeza de seu caráter. Atacou a tirania com franqueza; falou com entusiasmo da divindade; sua eloqüência máscula e proba pintou com traços flamejantes os encantos da virtude, defendeu aqueles dogmas consoladores que a razão oferece como apoio ao coração humano. A pureza de sua doutrina, sorvida na natureza e no ódio profundo ao vício, assim como seu desprezo invencível pelos sofistas intrigantes que usurpavam o nome de filósofos, atraiu-lhe o ódio e a perseguição de seus rivais e de seus falsos amigos. Ah! Se ele tivesse sido testemunha dessa Revolução da qual foi precursor, e que o levou ao Panthéon, quem pode duvidar que sua alma generosa

tivesse abraçado com transporte a causa da justiça e da igualdade! Mas o que fizeram por ela seus covardes adversários? Combateram a Revolução, desde o momento em que temeram que esta elevasse o povo acima de todas as vaidades particulares: uns usaram a inteligência para adulterar os princípios republicanos e para corromper a opinião pública; prostituíram-se às facções, e sobretudo ao partido de Orléans; os outros encerraram-se numa covarde neutralidade. Os homens de letras em geral desonraram-se nesta Revolução e, para vergonha eterna do espírito, a razão do povo foi a única a contribuir para ela.

Homens pequenos e vãos, enrubescei, se for possível. Os prodígios que imortalizaram essa época da história humana foram operados sem vós e apesar de vós; o bom senso sem intriga e o gênio sem instrução levaram a França a esse grau de elevação que apavora vossa baixeza e que esmaga vossa nulidade. Um artesão se mostrou hábil no conhecimento dos direitos do homem, quando um fazedor de livros, quase republicano em 1788, defendia estupidamente a causa dos reis em 1793. Um trabalhador esparzia a luz da filosofia nos campos, quando o acadêmico Condorcet, outrora grande geômetra no dizer dos literatos, e grande literato no dizer dos geômetras, desde então conspirador tímido, desprezado por todos os partidos, trabalhava sem cessar para obscurecê-la com a pérfida mixórdia de suas rapsódias mercenárias.

Sem dúvida já vos impressionastes com a ternura com a qual tantos homens que traíram sua pátria adularam as opiniões sinistras que combato. Quantas comparações curiosas podem oferecer-se ainda a vossos espíritos! Ouvimos — quem acreditaria neste excesso de impudor! — numa sociedade popular o traidor Guadet denunciar um cidadão por ter pronunciado o nome da Providência; ouvimos algum tempo depois Hébert acusar outro por ter escrito contra o ateísmo. Não foram Vergniaud e Gensonné que, em vossa própria presença e em vossa tribuna, peroraram com calor para banir do preâmbulo da Constituição o nome do Ser Supremo que ali colocastes? Danton, que sorria de devoção diante das palavras *virtude, glória, posteridade;* Danton, cujo sistema era aviltar o que pode elevar a alma; Danton, que permanecia frio e mudo quando a liberdade corria os piores perigos, falou depois deles com muita veemência, a favor da mesma opinião. De onde vem esse singular acordo de princípios entre tantos homens que pareciam divididos? Deve-se atribuí-lo simplesmente ao cuidado que os defensores da causa do povo tomavam de procurar cobrir sua defecção com uma aparência de zelo contra aquilo que chamavam de preconceitos religiosos, como se desejassem compensar com a guerra que declaravam à Divindade sua indulgência para com a aristocracia e a tirania?

Não, a conduta desses personagens artificiosos sem dúvida estava ligada a posturas políticas mais profundas; sentiam que, para destruir a liberdade, era preciso favorecer por todos os meios o que tende a justificar o egoísmo, a ressequir o coração e a suprimir a idéia desse belo moral, que é a única regra a partir da qual a razão pública julga os defensores e os inimigos da humanidade. Eles abraçavam com entusiasmo um sistema que, confundindo o destino dos bons e dos maus, não deixa entre eles outra diferença a não ser os favores incertos da fortuna, nem outro árbitro a não ser o direito do mais forte ou do mais astucioso.

Vossa meta é bem diferente; seguireis portanto uma política contrária. Mas não tememos despertar o fanatismo e favorecer a aristocracia? Não: se optarmos pela posição indicada pela sabedoria, ser-nos-á fácil evitar esse obstáculo.

Inimigos do povo, quem quer que sejais, jamais a Convenção Nacional favorecerá vossa perversidade. Aristocratas, não importam os disfarces especiosos que desejeis usar para cobrir-vos hoje, em vão buscaríeis prevalecer-vos de nossa censura contra os autores de uma trama criminosa, para acusar os patriotas sinceros que o simples ódio ao fanatismo pode ter arrastado a procedimentos indiscretos. Não tendes o direito de acusar; e a justiça nacional, nesses órgãos incitados pelas fac-

ções, sabe discernir os erros das conspirações: com mão segura, ela apreenderá todos os intrigantes perversos, e não golpeará um único homem de bem.

Fanáticos, nada espereis de nós. Reconduzir os homens ao culto puro do Ser Supremo é dar um golpe mortal no fanatismo. Todas as ficções desaparecem diante da Verdade, e todas as loucuras tombam diante da Razão. Sem constrangimento, sem perseguição, todas as seitas devem confundir-se por si mesmas na Religião universal da Natureza. Nós vos aconselharemos, pois, a manter os princípios que manifestastes até aqui. Que a liberdade dos cultos seja respeitada, para o próprio triunfo da Razão: mas que ela não perturbe em nada a ordem pública, e que não se torne um meio de conspiração. Se a malevolência contra-revolucionária ocultava-se sob esse pretexto, reprimi-a; e quanto ao resto, confiai no poder dos princípios e na própria força das coisas. Padres ambiciosos, não espereis portanto que trabalhemos para restabelecer vosso império; tal empreendimento estaria mesmo acima de nosso poder. Vós mesmos vos matastes, e é tão difícil retornar à vida moral quanto à existência física.

E além disso, o que há entre os padres e Deus? Os padres são para a moral o que os charlatães são para a medicina. Quão diferente do Deus dos padres é o Deus da natureza! Ele não conhece nada que se assemelhe tanto ao ateísmo quanto as religiões que eles fizeram. À força de desfigurar o Ser Supremo, aniquilaram-no tanto quanto podiam; fizeram dele ora um globo de fogo, ora um boi, ora uma árvore, ora um homem, ora um rei. Os padres criaram Deus à sua imagem: fizeram-no ciumento, caprichoso, ávido, cruel, implacável. Trataram-no como outrora os chefes dos mordomos do palácio trataram os descendentes de Clovis, para reinar sob seu nome e se colocar em seu lugar. Relegaram-no ao céu como num palácio, e só o chamaram à Terra para pedir em benefício próprio dízimos, riquezas, honras, prazeres e poder. O verdadeiro sacerdote do Ser Supremo é a Natureza; seu templo, o universo; seu culto, a virtude; suas festas, a alegria de um grande povo reunido sob seus olhos para reatar os doces nós da fraternidade universal, e para lhe apresentar a homenagem dos corações sensíveis e puros.

Padres, com que título provastes vossa missão? Fostes mais justos, mais modestos, mais amigos da verdade que os outros homens? Prezastes a igualdade, defendestes os direitos do povo, abominastes o despotismo e abatestes a tirania? Fostes vós que dissestes aos reis: *Vós sois a imagem de Deus na Terra; é só dele que vem vosso poder.* E os reis vos responderam: *Sim, vós sois verdadeiramente os enviados de Deus; unamo-nos para repartir os despojos e as adorações dos mortais.* O cetro e o tu-ríbulo conspiraram para desonrar o céu e para usurpar a Terra.

Deixemos os padres e retornemos à divindade. Liguemos a moral a bases eternas e sagradas; inspiremos ao homem esse respeito religioso pelo homem, esse sentimento profundo de seus deveres, que é a garantia única da felicidade social; alimentemo-lo com todas as nossas instituições; que a educação pública seja sobretudo dirigida para esse fim. Ireis imprimir-lhe sem dúvida um grande caráter, análogo à natureza de nosso governo, e à sublimidade dos destinos de nossa República. Sentireis a necessidade de torná-la comum e igual para todos os franceses. Não se trata mais de formar *senhores*, mas cidadãos; só a pátria deve educar seus filhos; não pode confiar este legado ao orgulho das famílias, nem aos preconceitos dos particulares, alimentos eternos da aristocracia e de um federalismo doméstico que retrai as almas isolando-as, e destrói, junto com a igualdade, todos os fundamentos da ordem social: mas esse grande objeto é estranho à discussão atual.

Há contudo uma espécie de instituição que deve ser considerada como uma parte essencial da educação pública, e que pertence necessariamente ao tema deste relatório. Falo das festas nacionais.

Reuni os homens e ireis torná-los melhores; pois os homens reunidos procurarão comprazer-se, e só poderão comprazer-se com as coisas que os tornam estimáveis. Dai à reunião deles

um grande motivo moral e político, e o amor das coisas honestas entrará com o prazer em todos os corações; pois os homens não se encontram sem prazer.

O homem é o maior objeto que existe na natureza: e o mais magnífico de todos os espetáculos é o de um grande povo reunido. Jamais se fala sem entusiasmo das festas nacionais da Grécia: entretanto, estas quase que só tinham por objeto jogos em que brilhavam a força do corpo, a destreza, ou quando muito o talento dos poetas e dos oradores. Mas a Grécia estava ali; via-se um espetáculo maior que os jogos: eram os próprios espectadores; era o povo vencedor da Ásia, que as virtudes republicanas haviam elevado por vezes acima da humanidade; viam-se os grandes homens que haviam salvado e ilustrado a pátria: os pais mostravam a seus filhos Milcíades, Aristides, Epaminondas, Timoleão, cuja simples presença era uma lição viva de magnanimidade, de justiça e de patriotismo.

Como seria fácil para o povo francês dar a suas assembléias um objeto mais amplo e um caráter maior! Um sistema de festas nacionais, sem dúvida, seria ao mesmo tempo o mais doce laço de fraternidade e o mais poderoso meio de regeneração.

Instituí festas gerais e mais solenes para toda a República; instituí festas particulares e para cada lugar, que sejam dias de descanso, e que substituam aquilo que as circunstâncias destruíram.

Que todas tendam a despertar de novo os sentimentos generosos que fazem o encanto e o ornamento da vida humana, o entusiasmo da liberdade, o amor da pátria, o respeito das leis. Que a memória dos tiranos e dos traidores seja nelas destinada à execração; que a dos heróis da liberdade e dos benfeitores da humanidade nelas receba o justo tributo do reconhecimento público; que essas festas busquem seu interesse e seus próprios nomes nos eventos imortais de nossa Revolução e nos objetos mais sagrados e mais caros ao coração do homem; que sejam embelezadas e marcadas pelos emblemas análogos a seu objeto particular. Convidemos para nossas festas tanto a natureza quanto todas as virtudes; que todas sejam celebradas sob os auspícios do

Ser Supremo; que lhe sejam dedicadas; que se abram e se fechem com uma homenagem ao seu poder e à sua bondade.

Darás teu nome sagrado a uma de nossas mais belas festas, oh tu, filha da Natureza! Mãe da felicidade e da glória! Tu, única soberana legítima do mundo, destronada pelo crime; tu, a quem o povo francês devolveu teu império, e que lhe dás em troca uma pátria e bons costumes, augusta Liberdade! Partilharás nossos sacrifícios com tua companheira imortal, a doce e santa Igualdade. Festejaremos a Humanidade; a Humanidade, aviltada e pisoteada pelos inimigos da República francesa. Será um belo dia aquele em que celebrarmos a festa do gênero humano; é o banquete fraterno e sagrado no qual, do seio da vitória, o povo francês convidará a imensa família cuja honra e imprescritíveis direitos ele é o único a defender. Celebraremos também todos os grandes homens, de qualquer época e de qualquer país, que libertaram sua pátria do jugo dos tiranos, e que fundaram a liberdade com sábias leis. Não sereis esquecidos, ilustres mártires da República francesa! Não sereis esquecidos, heróis mortos ao combater por ela; quem poderia esquecer os heróis de minha pátria! A França lhes deve sua liberdade, o universo lhes deverá a sua. Que o universo celebre logo a glória deles enquanto usufrui seus benefícios. Quantos traços heróicos confundidos na multidão das grandes ações que a liberdade parece ter prodigado entre nós! Quantos de nós, dignos de ser inscritos nos faustos da História, permanecem amortalhados na obscuridade! Manes desconhecidos e reverenciados, se escapais à celebridade, não escapareis ao nosso terno reconhecimento.

Que tremam todos os tiranos armados contra a liberdade, se é que então ainda existem! Que eles tremam no dia em que os franceses forem jurar sobre vossos túmulos que vos imitarão. Jovens franceses, ouvis o imortal Barra que, do seio do Panthéon vos convoca à glória? Vinde esparzir flores sobre seu túmulo sagrado. Barra, criança heróica, alimentavas tua mãe e morreste por tua pátria! Barra, já recebeste o prêmio de teu

heroísmo; a pátria adotou tua mãe; a pátria, sufocando as facções criminosas, vai elevar-se triunfante sobre as ruínas dos vícios e dos tronos. Oh, Barra, não encontraste modelos na Antiguidade, mas encontraste entre nós êmulos de tua virtude.

Por que fatalidade ou por que ingratidão deixou-se no esquecimento um herói mais jovem ainda e digno das homenagens da posteridade? Os marselheses rebeldes, reunidos às margens do Durance, preparavam-se para atravessar esse rio para ir degolar os patriotas fracos e desarmados daquelas infelizes regiões; um grupo pouco numeroso de republicanos reunidos do outro lado não via outro recurso senão o de cortar os cabos dos pontões que estavam em poder de seus inimigos; mas tentar um tal empreendimento diante dos batalhões numerosos que cobriam a outra margem, colocando-se ao alcance dos fuzis deles, parecia aos mais ousados um projeto quimérico. De repente, um menino de treze anos atira-se para um machado, voa para a beira do rio e golpeia o cabo com toda a força. Várias descargas de mosquetes dirigem-se contra ele, que continua a dar golpes redobrados; enfim, é atingido mortalmente; grita: "*Eu morro, pouco se me dá; é pela liberdade*". Tomba, está morto!... Respeitável criança, que a pátria se orgulhe de te ter dado à luz! Com que orgulho a Grécia e Roma teriam honrado tua memória se tivessem produzido um herói como tu!

Cidadãos, levemos com pompa suas cinzas ao templo da glória; que a República em luto as regue com lágrimas amargas! Não, não choremos por ele; imitemo-lo, vinguemo-lo com a ruína de todos os inimigos de nossa República.

Todas as virtudes disputam o direito de presidir nossas festas. Instituamos as festas da Glória, não daquela que devasta e oprime o mundo, mas da que o liberta, que o ilumina e que o consola; daquela que, depois da Pátria, é o primeiro ídolo dos corações generosos; instituamos uma festa mais tocante: a festa da Infelicidade. Os escravos adoram a fortuna e o poder: quanto a nós, honramos a infelicidade, a infelicidade que a humanidade não pode banir inteiramente da Terra, mas que consola e

alivia com respeito. Obterás também essa homenagem, oh tu, que outrora unias os heróis e os sábios! Tu que multiplicas as forças dos amigos da pátria, e de quem os maus, ligados pelo crime, só conheceram algum dia o simulacro impostor; divina Amizade, reencontrarás entre os franceses republicanos teu poder e teus altares.

Por que não renderíamos a mesma homenagem ao pudico e generoso amor, à fé conjugal, à ternura paterna, à devoção filial? Nossas festas, sem dúvida, não carecerão de interesse, nem de brilho. Vós ali estareis, bravos defensores da pátria, condecorados com gloriosas cicatrizes. Vós ali estareis, veneráveis anciães, cujo consolo de uma longa vida passada sob o despotismo deve estar na felicidade que preparastes para vossa posteridade. Vós ali estareis, ternos alunos da Pátria, que cresceis para ampliar sua glória e para recolher o fruto de nossos trabalhos.

Vós ali estareis, jovens cidadãs, a quem a vitória logo deve trazer de volta irmãos e amantes dignos de vós. Ali estareis, mães de família, cujos esposos e filhos elevam troféus à República com os sobejos dos tronos. Oh, mulheres francesas, prezai a liberdade adquirida à custa do sangue deles; servi-vos de vosso império para ampliar o da virtude republicana! Oh, mulheres francesas, sois dignas do amor e do respeito da Terra! O que tendes a invejar às mulheres de Esparta? Como elas, destes à luz heróis; como elas, vós os dedicastes à Pátria, com um abandono sublime.

Ai daquele que busca apagar esse sublime entusiasmo e sufocar, com doutrinas deploráveis, esse instinto moral do povo, que é o princípio de todas as grandes ações! É a vós, representantes do povo, que cabe fazer triunfar as verdades que acabamos de expor. Desafiai os clamores insensatos da ignorância presunçosa ou da perversidade hipócrita.

Qual é afinal a depravação de que estávamos cercados, se precisamos de coragem para proclamar essas verdades? A posteridade poderá acreditar que os segmentos vencidos haviam levado a audácia ao ponto de nos acusar de moderantismo e de aristo-

cracia, por ter retomado a idéia da divindade e da moral? Acreditará ela que se tenha ousado dizer, até neste recinto, que desse modo havíamos feito a razão humana recuar muitos séculos? Eles invocavam a razão, os monstros que afiavam contra vós seus punhais sacrílegos!

Todos aqueles que defendiam vossos princípios e vossa dignidade sem dúvida deviam ser também objetos do furor deles. Não nos espantemos se todos os celerados unidos contra vós parecem desejar nos preparar a cicuta. Mas antes de bebê-la, salvaremos a Pátria. A nave que contém a fortuna da República não está destinada a naufragar; voga sob vossos auspícios, e as tempestades serão forçadas a respeitá-la.

Assentai-vos, pois, tranqüilamente sobre as bases imutáveis da justiça e reavivai a moral pública. Trovejai sobre a cabeça dos criminosos e lançai o raio sobre todos os vossos inimigos. Qual é o insolente que, após ter rastejado aos pés de um rei, ousa insultar a majestade do povo francês na pessoa de seus representantes? Comandai para a vitória, mas sobretudo mergulhai de novo o vício no nada. Os inimigos da República são todos os homens corruptos. O patriota não é outra coisa senão um homem probo e magnânimo, com toda a força que esse termo implica. É pouco aniquilar reis; é preciso fazer com que todos os povos respeitem o caráter do Povo francês. Seria em vão que levaríamos ao fim do Universo a fama de nossas armas, se todas as paixões dilacerassem impunemente o seio da Pátria. Acautelemo-nos com a própria embriaguez do sucesso. Sejamos terríveis nos reveses, modestos em nossos triunfos, e fixemos entre nós a paz e a felicidade pela sabedoria e pela moral. Eis o verdadeiro fim de nossos trabalhos; eis a mais heróica e mais difícil tarefa. Acreditamos contribuir para esse fim, ao vos propor o decreto que se segue.

Art. I. O povo francês reconhece a existência do Ser Supremo e a imortalidade da alma.

II. Reconhece que o culto digno do Ser Supremo é a prática dos deveres do homem.

III. Coloca como o primeiro desses deveres o de detestar a má-fé e a tirania, de punir os tiranos e os traidores, de socorrer os infelizes, respeitar os fracos, defender os oprimidos, fazer aos outros todo o bem que se pode, e não ser injusto com ninguém.

IV. Serão instituídas festas para reconduzir o homem ao pensamento da Divindade e à dignidade de seu ser.

V. Essas festas tirarão seus nomes dos eventos gloriosos de nossa Revolução, das virtudes mais caras e mais úteis ao homem, dos maiores benefícios da natureza.

VI. A República francesa celebrará todos os anos as festas de 14 de julho de 1789, 10 de agosto de 1792, 21 de janeiro de 1793, 31 de maio de 1793.

VII. Nos dias de *décadis*,* celebrará as festas que se seguem: Ao Ser Supremo e à Natureza. Ao Gênero Humano. Ao Povo Francês. Aos Benfeitores da Humanidade. Aos Mártires da Liberdade. À Liberdade e à Igualdade. À República. À Liberdade do Mundo. Ao Amor da Pátria. Ao Ódio pelos Tiranos e pelos Traidores. À Verdade. À Justiça. Ao Pudor. À Glória e à Imortalidade. À Amizade. À Frugalidade. À Coragem. À Boa-fé. Ao Desinteresse. Ao Estoicismo. Ao Amor. À Fé Conjugal. Ao Amor Paterno. À Ternura Materna. À Devoção Filial. À Infância. À Juventude. À Idade Viril. À Velhice. À Infelicidade. À Agricultura. À Indústria. A Nossos Antepassados. À Posteridade. À Felicidade.

VIII. Os Comitês de Salvação Pública e de Instrução Pública ficam encarregados de apresentar um plano de organização dessas festas.

IX. A Convenção Nacional conclama todos os talentos dignos de servir à causa da humanidade à honra de concorrer para seu estabelecimento com hinos e cantos cívicos, e com todos os

---

* *Décadi*: no calendário republicano, décimo e último dia da década (todos os meses tinham trinta dias, divididos em três períodos de dez dias, ou décadas); era feriado, correspondendo ao nosso domingo. (N. da T.)

meios que podem contribuir para seu embelezamento e sua utilidade.

X. O Comitê de Salvação Pública distinguirá as obras que lhe parecerem mais próprias a cumprir esse objetivo, e recompensará seus autores.

XI. A liberdade dos cultos é mantida em conformidade com o decreto de 18 frimário.

XII. Toda reunião aristocrática e contrária à ordem pública será reprimida.

XIII. Em caso de distúrbios ocasionados ou motivados por um culto qualquer, aqueles que os incitarem através de predições fanáticas ou insinuações contra-revolucionárias; aqueles que os provocarem com violências injustas e gratuitas serão igualmente punidos segundo o rigor das leis.

XIV. Será feito um relatório particular sobre as disposições de detalhes relativos ao presente decreto.

XV. Será celebrada no próximo 20 prairial uma festa nacional em honra do Ser Supremo.

XII

Último discurso

26 de junho (8 Termidor) de 1794

A oposição a Robespierre não cessava de aumentar. Mortificado pelas calúnias e pelos atentados dos quais era alvo, retraiu-se. Passou a aparecer apenas nos debates dos jacobinos. Combatido no próprio Comitê de Salvação Pública, tentou reunir a maioria da Convenção pela última vez, comparecendo à tribuna depois de uma ausência de seis semanas. Tinha consciência do que lhe esperava. "Sei o destino que me reservam...", havia dito. Dois dias depois, seria executado.

Cidadãos!

Tudo se uniu contra mim e contra aqueles que tinham os mesmos princípios. Após ter vencido os desdéns e as contradições de muitos, eu vos propus os grandes princípios gravados em vossos corações, e que fulminaram os complôs dos ateus contra-revolucionários. Vós os consagrastes; mas o destino dos princípios é o de ser proclamados por pessoas de bem, e ser mal aplicados ou contrariados pelos maus. Na própria véspera da festa do Ser Supremo, desejavam adiá-la, sob um pretexto frívolo. Desde aí, não cessaram de ridicularizar tudo o que diz respeito a essas idéias; desde aí não cessaram de favorecer tudo o que pudesse despertar a doutrina dos conjurados que punistes. Muito recentemente, acabam de fazer desaparecer os traços de todos os monumentos que consagraram grandes épocas da Revolução. Aqueles que relembravam a revolução moral que vos vingava da calúnia e que fundava a República foram os primeiros a ser destruídos. Não vi em muitos qualquer tendência a seguir princípios fixos, a manter a rota da justiça traçada entre os dois escolhos que os inimigos da Pátria colocaram na

nossa trilha. Se é preciso que eu dissimule essas verdades, que me tragam a cicuta. Minha razão e não meu coração está a ponto de duvidar dessa República virtuosa, cujo plano eu tinha traçado.

Pensei adivinhar o verdadeiro objetivo dessa bizarra acusação da ditadura; lembrei-me de que Brissot e Roland já a haviam espalhado pela Europa, na época em que exerciam um poder quase sem limites. Em que mãos estão hoje os exércitos, as finanças e a administração interna da República? Nas da coalizão que me persegue. Todos os amigos dos princípios carecem de influência; mas não lhes basta ter afastado pelo desespero do bem um vigilante incômodo; sua simples existência é para eles motivo de pavor, e haviam elaborado nas trevas, à revelia de seus colegas, o projeto de lhe arrancar o direito de defender o povo com a vida. Oh! Irei abandoná-la a eles sem pesar; tenho a experiência do passado e vejo o futuro. Que amigo da Pátria pode desejar sobreviver ao momento em que não é mais permitido servi-la e defender a inocência oprimida? Por que permanecer numa ordem de coisas em que a intriga triunfa eternamente da verdade, em que a justiça é uma mentira, em que as mais vis paixões e os mais ridículos temores ocupam nos corações o lugar dos interesses sagrados da humanidade? Como suportar o suplício de ver essa horrível sucessão de traidores mais ou menos hábeis em esconder suas almas hediondas sob o véu da virtude, e até mesmo da amizade, mas que deixarão todos à posteridade o embaraço de decidir qual dos inimigos de meu país foi o mais covarde e o mais atroz!

Ao ver a multidão dos vícios que a torrente da Revolução fez rolar numa miscelânea com as virtudes cívicas, por vezes tremi de medo de ficar conspurcado aos olhos da posteridade pela vizinhança impura desses homens perversos que se misturavam às fileiras dos defensores sinceros da humanidade; mas a derrota das facções rivais como que emancipou todos os vícios; julgaram que para eles tratava-se apenas de repartir a pátria como um espólio, em vez de torná-la livre e próspera. Sou-lhes grato

porque o furor que os anima contra tudo aquilo que se opõe a seus projetos traçou a linha de demarcação entre eles e todas as pessoas de bem; mas se os Verrès e os Catilina da França se julgam já bastante adiantados na trilha do crime para expor na tribuna de arengas a cabeça de seu acusador, prometi também recentemente deixar a meus concidadãos um testamento temível para os opressores do povo, e lhes lego desde já o opróbrio e a morte.

Admito que seja fácil para a liga dos tiranos do mundo abater um único homem; mas sei também quais são os deveres de um homem que pode morrer defendendo a causa do gênero humano. Vi na História todos os defensores da liberdade abatidos pela fortuna ou pela calúnia; mas logo depois seus opressores e seus assassinos também morreram. Os bons e os maus, os tiranos e os amigos da liberdade desaparecem da Terra, mas em condições diferentes. Franceses, não suporteis que vossos inimigos procurem rebaixar vossas almas e debilitar vossas virtudes com uma funesta doutrina. Não, Chaumette, não, Fouché, a morte não é um sono eterno. Cidadãos, apagai dos túmulos a máxima ímpia que lança um véu fúnebre sobre a Natureza, e que insulta a morte; gravai neles antes esta: *A morte é o começo da imortalidade.*

Prometi há algum tempo deixar um testamento temível para os opressores do povo. Vou publicá-lo a partir deste momento, com a independência que convém à situação em que me encontro: lego-lhes a verdade terrível e a morte.

Representantes do povo francês, é tempo de retomar o orgulho e a nobreza de caráter que vos convêm. Não fostes feitos para ser governados, mas para governar os depositários de vossa confiança. As homenagens que eles vos devem não consistem nessas vãs bajulices, nesses relatos louvaminheiros, prodigados aos reis por ministros ambiciosos, mas antes na verdade, e sobretudo no respeito profundo por vossos princípios. Disseram-vos que tudo está bem na República: eu o nego. Por que aqueles que anteontem vos prediziam tantas tempestades

medonhas, ontem viam apenas leves nuvens? Por que aqueles que vos diziam recentemente: "Declaro-vos que caminhamos sobre vulcões" — hoje julgam que caminhamos sobre rosas? Ontem eles acreditavam nas conspirações; declaro que é neste momento que acredito nelas. Aqueles que vos dizem que a fundação da República é um empreendimento tão fácil enganam-vos, ou antes, não podem enganar ninguém.

Onde estão as instituições sábias e o plano de regeneração que justificam essa ambiciosa linguagem? Por acaso chegaram a ocupar-se desse grande tema? Digo mais: não se desejava proscrever aqueles que os haviam preparado? Louvam-nos hoje porque se julgam mais fracos; portanto, irão proscrevê-los de novo amanhã, se por acaso se julgarem mais fortes. Em quatro dias, dizem, as injustiças serão reparadas; por que foram cometidas impunemente nos últimos quatro meses? E como, em quatro dias, todos os autores de nossos males serão castigados ou banidos? Falam-vos muito de vossas vitórias com uma leviandade acadêmica, que levaria a crer que estas não custaram sangue nem labores a nossos heróis: contadas com menos pompa, pareceriam maiores. Não será com frases retóricas, nem mesmo com proezas guerreiras que subjugaremos a Europa, mas com a sabedoria de nossas leis, com a majestade de nossas deliberações e com a grandeza de nossos caracteres. O que fizeram para transformar nossos sucessos militares em benefícios para nossos princípios, para prevenir os perigos da vitória, ou para nos garantir os frutos desta? Vigiai a vitória; vigiai a Bélgica. Advirto-vos que vosso decreto contra os ingleses tem sido eternamente violado; que a Inglaterra, tão maltratada por nossos discursos, é poupada por nossas armas. Advirto-vos que as comédias filantrópicas representadas por Dumouriez na Bélgica são repetidas hoje; que se divertem em plantar árvores estéreis da liberdade num solo inimigo, em vez de colher os frutos da vitória; e que os escravos vencidos são favorecidos a expensas da República vitoriosa. Nossos inimigos se retiram, e nos deixam entregues a nossas divisões intestinas. Pensai no

fim da campanha; temei as facções internas; temei as intrigas favorecidas pelo afastamento numa terra estrangeira. Semearam a divisão entre os generais; a aristocracia militar está protegida; os generais fiéis são perseguidos; a administração militar envolve-se numa autoridade suspeita; violaram vossos decretos para se livrar do jugo de uma vigilância necessária. Estas verdades bem valem epigramas.

Nossa situação interna é muito mais crítica. É preciso criar-se um sistema financeiro razoável; o que reina hoje é mesquinho, perdulário, intrigante, devorador e, na realidade, absolutamente independente de vossa vigilância suprema. As relações exteriores são absolutamente negligenciadas. Quase todos os agentes empregados nas potências estrangeiras, desacreditados por sua falta de civismo, traíram abertamente a República, com uma audácia até hoje impune.

O governo revolucionário merece toda a vossa atenção; se ele for destruído hoje, amanhã a liberdade são mais existirá. Não devemos caluniá-lo, mas reconduzi-lo a seu princípio, simplificá-lo, diminuir a multidão incontável de seus agentes, sobretudo depurá-lo; é preciso devolver a segurança ao povo, mas não a seus inimigos. Não se trata de entravar a justiça do povo com formas novas; a lei penal deve necessariamente ter algo de vago, pois, sendo a dissimulação e a hipocrisia as características atuais dos conspiradores, é preciso que a justiça possa apreendê-los sob todas as formas. Deixada impune, uma única maneira de conspirar tornaria ilusória e comprometeria a salvação da pátria. A garantia do patriotismo não está, pois, na lentidão nem na fraqueza da justiça nacional, mas nos princípios e na integridade daqueles a quem ela é confiada, na boa-fé do governo, na proteção franca que este concede aos patriotas e na energia com a qual reprime a aristocracia; no espírito público, em certas instituições morais e políticas que, sem entravar a marcha da justiça, oferecem uma salvaguarda aos bons cidadãos e reprimem os maus por sua influência sobre a opinião pública e sobre a direção da marcha revolucionária; essas

instituições vos serão propostas quando as conspirações mais próximas permitirem que os amigos da liberdade respirem.

Guiemos a ação revolucionária com máximas sábias e constantemente mantidas; punamos severamente aqueles que abusam dos princípios revolucionários para atormentar os cidadãos; que estejamos bem convencidos de que todos aqueles que estão encarregados da vigilância nacional, desligados de qualquer espírito de partido, desejam fortemente o triunfo do patriotismo e a punição dos culpados. Tudo volta à ordem, mas se suspeitamos que homens demasiado influentes desejam secretamente a destruição do governo revolucionário; que eles pendem mais para a indulgência do que para a justiça; se empregam agentes corruptos, se caluniam hoje a única autoridade que se impõe aos inimigos da liberdade, e se retratam no dia seguinte para intrigar de novo; se, em vez de restituir a liberdade aos patriotas, eles a entregam indistintamente aos cultivadores, então todos os intrigantes se unem para caluniar e oprimir os patriotas. É a todas essas causas que se deve imputar os abusos, e não ao governo revolucionário; pois não há um só que não seja insuportável, nas mesmas condições.

O governo revolucionário salvou a pátria; é preciso que ele mesmo seja salvo de todos os obstáculos; seria uma conclusão falsa a de que é preciso destruí-lo, pelo simples fato de que os inimigos do bem público de início o paralisaram, e agora se esforçam por corrompê-lo. É uma estranha maneira de proteger os patriotas, de libertar os contra-revolucionários e de fazer triunfar os tratantes! É o terror do crime que faz a segurança da inocência.

De resto, longe de mim imputar os abusos à maioria daqueles aos quais destes vossa confiança; a própria maioria é paralisada e traída; a intriga e o estrangeiro triunfam. Escondem-se, dissimulam-se, enganam, portanto conspiram. Eram audaciosos; premeditavam um grande ato de opressão; usavam a força para reprimir a opinião pública após tê-la irritado; procuram seduzir os funcionários públicos cuja fidelidade é temida; perseguem os amigos da liberdade: conspiram, pois. De repente, tornam-se flexíveis, e até mesmo bajuladores; semeiam surdamente insinuações perigosas contra Paris; procuram entorpecer a opinião pública; caluniam o povo, erigem em crime a solicitude cívica; não mandam embora os desertores, os prisioneiros inimigos, os contra-revolucionários de todo tipo que se reúnem em Paris, e afastam os artilheiros; desarmam os cidadãos, intrigam no Exército, procuram apoderar-se de tudo; portanto, conspiram. Outro dia, procuravam enganar-vos sobre a conspiração; hoje a negam; chega a ser um crime acreditar nela; assustam-vos e vos tranqüilizam alternadamente: eis aí a verdadeira conspiração.

A contra-revolução está na administração das finanças.

Ela envolve um sistema de inovação contra-revolucionária dissimulada sob o frontispício do patriotismo. Tem por objetivo fomentar a agiotagem, abalar o crédito público desonrando a lealdade francesa, favorecer os ricos credores, arruinar e desesperar os pobres, multiplicar os descontentes, despojar o povo dos bens nacionais e ocasionar insensivelmente a ruína da fortuna pública.

Quais são os administradores supremos de nossas finanças? Brissotins, Feuillants, aristocratas e tratantes conhecidos: são os Cambon, os Mallarmé, os Ramel; são os companheiros e os sucessores de Chabot, de Fabre e de Julien (de Toulouse).

Para dissimular seus perniciosos intentos, tiveram a idéia, nestes últimos tempos, de vincular-se ao Comitê de Salvação Pública, porque não se duvidava que esse Comitê, absorvido por tantos e tão grandes labores, adotaria sem hesitação, como algumas vezes aconteceu, todos os projetos de Cambon. É um novo estratagema imaginado para multiplicar os inimigos do Comitê, cuja perda é o principal objetivo de todas as conspirações.

O Tesouro nacional, dirigido por um contra-revolucionário hipócrita chamado Lermina, secunda perfeitamente os pontos de vista deles, adotando o plano de pôr entraves em todas as despesas urgentes, sob pretexto de apego escrupuloso às for-

mas, de não pagar a ninguém, exceto aos aristocratas, de humilhar os cidadãos necessitados com recusas, atrasos e muitas vezes com provocações odiosas.

A contra-revolução está em todas as partes da economia política. Os conspiradores nos precipitaram, à nossa revelia, em medidas violentas que só seus crimes tornaram necessárias, e reduziram a República à mais medonha penúria; teriam implantado nela a fome, sem o auxílio dos mais inesperados eventos. Esse sistema era obra do estrangeiro, que o propôs através da mediação venal dos Chabot, dos l'Huillier, dos Hébert e tantos outros celerados. São necessários todos os esforços do gênio para reconduzir a República a um regime natural e ameno que é o único a poder manter a abundância; e esta obra ainda não começou.

Lembramo-nos de todos os crimes prodigados para realizar o pacto de fome parido pelo gênio infernal da Inglaterra. Para nos arrancar a esse flagelo, foram necessários dois milagres igualmente inesperados; o primeiro é o retorno de nosso comboio vendido à Inglaterra antes de sua partida da América, com o qual contava o gabinete de Londres, e a colheita abundante e prematura que a Natureza nos apresentou; o outro é a paciência sublime do povo que chegou a passar fome para conservar sua liberdade. Resta-nos ainda superar a falta de braços, carros, cavalos, que é um obstáculo à colheita e à cultura das terras; e todas as manobras tramadas no ano passado por nossos inimigos, que não deixarão de repetir esses expedientes.

Os contra-revolucionários acorreram para se juntar a seus cúmplices e defender seus patrões à força de intrigas e de crimes. Contam com os contra-revolucionários detidos, com a gente da Vendéia, com os desertores e prisioneiros inimigos que, segundo todas as opiniões, há algum tempo escapam em massa para se dirigir a Paris, como muitas vezes já denunciei inutilmente ao Comitê de Salvação Pública; enfim, com a aristocracia, que conspira em segredo à nossa volta. Incitarão violentas discussões na Convenção Nacional; os traidores até aqui

ocultos sob aparências hipócritas tirarão a máscara; os conspiradores acusarão seus acusadores e prodigarão todos os estratagemas outrora empregados por Brissot para sufocar a voz da verdade. Se não puderem dominar a Convenção por esse meio, irão dividi-la em dois partidos; e um vasto campo se abre à calúnia e à intriga. Se a dominarem por um momento, acusarão de despotismo e de resistência à autoridade nacional aqueles que combaterem com energia sua liga criminosa; os clamores da inocência oprimida e as expressões másculas da liberdade ultrajada serão denunciados como indícios de influência perigosa ou de ambição pessoal. Pensareis estar de novo sob o cutelo dos antigos conspiradores; o povo se indignará; irão chamá-lo de facção; a facção criminosa continuará a exasperá-lo; procurará dividir a Convenção Nacional do povo; enfim, à força de atentados espera-se chegar a distúrbios nos quais os conjurados farão intervir a aristocracia e todos os seus cúmplices para degolar os patriotas e restabelecer a tirania.

Eis uma parte do plano da conspiração. E a quem se deve imputar esses males? A nós mesmos, à nossa covarde fraqueza com relação ao crime, e a nosso criminoso abandono dos princípios por nós mesmos proclamados. Não nos enganemos quanto a isso: fundar uma imensa República sobre as bases da razão e da igualdade; reatar com um laço vigoroso todas as partes deste imenso império não é empreendimento que possa ser consumado pela leviandade; é a obra-prima da virtude e da razão humana. Todas as facções nascem em massa do seio de uma grande revolução. Como reprimi-las, se não submeteis incessantemente as paixões à justiça? Não tendes outra garantia da liberdade a não ser a observação rigorosa dos princípios e da moral universal que proclamastes. Se a razão não reina, necessariamente reinam o crime e a ambição; sem a razão, a vitória não passa de um meio de ambição e um perigo para a própria liberdade; um pretexto fatal, do qual a intriga abusa para adormecer o patriotismo à beira do precipício; sem ela, que importa a própria vitória? A vitória só faz armar a am-

bição, adormecer o patriotismo, despertar o orgulho e cavar com suas mãos brilhantes o túmulo da República. Que importa que nossos exércitos rechacem os satélites armados dos reis, se recuamos diante dos vícios destruidores da liberdade pública? Que nos importa vencer os reis, se somos vencidos pelos vícios que ocasionam a tirania? Ora, o que fizemos nos últimos tempos contra eles? Proclamamos grandes princípios.

O que não se fez para protegê-los entre nós? O que fizemos nos últimos tempos para destruí-los? Nada, pois erguem uma fronte insolente e ameaçam impunemente a virtude; nada, pois o governo recuou diante das facções e estas encontram protetores entre os depositários da autoridade pública: esperemos portanto todos os males, já que lhes abandonamos o império. Na trilha em que estamos, parar antes do fim é perecer; e retrocedemos vergonhosamente. Ordenastes a punição de alguns celerados, autores de todos os nossos males; eles ousam resistir à justiça nacional, e a eles são sacrificados os destinos da humanidade. Esperemos portanto todos os flagelos que as facções impunemente agitadas podem provocar.

Em meio a tantas paixões ardentes e num império tão vasto, os tiranos, dos quais vejo os exércitos fugitivos, mas não cercados, mas não exterminados, retiram-se para vos deixar entregues a vossas dissensões intestinas, que eles mesmos acendem, e a um exército de agentes criminosos que nem sequer podeis perceber. Deixai soltas por um instante as rédeas da Revolução, e vereis que delas se apodera o despotismo militar, enquanto o chefe das facções derruba a representação nacional aviltada. Um século de guerra civil e de calamidades desolará nossa pátria, e pereceremos por não ter desejado apreender um momento marcado na história dos homens para fundar a liberdade; entregaremos nossa pátria a um século de calamidades, e as maldições do povo ficarão ligadas à nossa memória, que deveria ser cara ao gênero humano. Nem sequer teremos o mérito de ter empreendido grandes coisas por motivos virtuosos. Irão confundir-nos com os indignos mandatários do povo que

desonraram a representação nacional, e partilharemos seus crimes ao deixá-los impunes. A imortalidade abria-se diante de nós: pereceremos com ignomínia. Perecerão os bons cidadãos, os maus perecerão também. O povo ultrajado e vitorioso iria deixá-los gozar em paz o fruto de seus crimes? Os próprios tiranos não quebrariam esses vis instrumentos?

Que justiça aplicamos aos opressores do povo? Quais os patriotas oprimidos pelos mais odiosos abusos da autoridade nacional que foram vingados? Digo mais: quais são todos aqueles que puderam fazer ouvir impunemente a voz da inocência oprimida? Não instituíram os criminosos o medonho princípio de que denunciar um representante infiel é conspirar contra a representação nacional? O opressor responde aos oprimidos com o cárcere e novos ultrajes.

Entretanto, os departamentos onde esses crimes foram cometidos os ignoram porque nós os esquecemos? E as queixas que repelimos não repercutem com mais força nos corações reprimidos dos cidadãos infelizes? É tão fácil e tão doce ser justo! Por que nos dedicarmos ao opróbrio dos criminosos tolerando-os? Mas como! Os abusos tolerados não irão aumentar? Os criminosos impunes não irão passar de um crime a outro? Desejamos partilhar tanta infâmia e nos entregar ao destino medonho dos opressores do povo? Que títulos têm eles para opor, mesmo aos mais vis tiranos? Uma facção perdoaria outra facção. Logo os celerados vingariam o mundo, degolando-se mutuamente; e se escapassem à justiça dos homens ou a seu próprio furor, escapariam à justiça eterna que ultrajaram com o mais horrível de todos os crimes?

Quanto à minha pessoa, cuja existência parece aos inimigos de meu país um obstáculo a seus projetos odiosos, consinto de bom grado em sacrificá-la a eles, se é que seu medonho império ainda deve durar. Ora! Quem poderia desejar ver por mais tempo essa horrível sucessão de traidores mais ou menos hábeis em ocultar suas almas hediondas sob uma máscara de virtude, até o momento em que seu crime parece maduro; deixa-

rão todos a posteridade embaraçada para decidir qual dos inimigos de minha pátria foi o mais covarde e o mais atroz.

Se propuséssemos aqui pronunciar uma anistia em favor dos deputados pérfidos, e colocar os crimes de todo representante sob a salvaguarda de um decreto, o rubor cobriria a fronte de cada um de nós: mas deixar aos representantes fiéis o dever de denunciar os crimes, e de outro lado, contudo, entregá-los à ira de uma liga insolente se eles ousam cumprir esse dever, não é uma desordem ainda mais revoltante? É ainda mais que proteger o crime, é imolar-lhe a virtude.

Povo, lembra-te de que, se na República a justiça não reina com um império absoluto, e se esta palavra não significa o amor da igualdade e da pátria, a liberdade não passa de um vão nome. Povo, tu que és temido, bajulado e desprezado, tu, soberano reconhecido, sempre tratado como escravo, lembra-te de que por toda parte onde a justiça não reina, são as paixões dos magistrados que reinam, e de que o povo trocou de grilhões, e não de destinos.

Lembra-te de que existe em teu seio uma liga de tratantes que luta contra a virtude pública, que tem mais influência que tu mesmo sobre tuas próprias questões; lembra-te de que, longe de sacrificar esse punhado de tratantes à tua felicidade, teus inimigos querem sacrificar-te a esse punhado de tratantes, autores de todos os nossos males, e únicos obstáculos à prosperidade pública.

Fica sabendo que todo homem que se levantar para defender tua causa e a moral pública será acabrunhado com avanias e proscrito pelos tratantes; fica sabendo que todo amigo da liberdade será sempre colocado entre um dever e uma calúnia; que aqueles que não puderem ser acusados de ter traído serão acusados de ambição; que a influência da probidade e dos princípios será comparada à força da tirania e à violência das facções; que tua confiança e tua estima serão títulos de proscrição para todos os teus amigos; que os gritos do patriotismo oprimido serão chamados de gritos de sedição e que, não ou-

sando investir contra ti em massa, irão proscrever-te individualmente, na pessoa de todos os bons cidadãos, até que os ambiciosos tenham organizado sua tirania. Tal é o império dos tiranos armados contra nós; tal é a influência de sua liga com todos os homens corruptos, sempre levados a servi-los. Assim, pois, os celerados nos impõem a lei de trair o povo, sob pena de sermos chamados de ditadores. Aprovaremos essa lei? Não: defendamos o povo, com o risco de ser por isso julgados; que eles corram ao cadafalso pelo caminho do crime, e nós pelo da virtude.

Diremos que tudo está bem? Continuaremos a louvar por hábito ou por prática o que está mal? Perderíamos a Pátria. Revelaremos os abusos escondidos? Denunciaremos os traidores? Irão dizer-nos que abalamos as autoridades constituídas; que desejamos adquirir à sua custa uma influência pessoal. Que faremos então? Nosso dever. O que se pode objetar àquele que quer dizer a verdade, e que consente em morrer por ela? Digamos, pois, que existe uma conspiração contra a liberdade pública; que ela deve sua força a uma coalizão criminosa que intriga no próprio seio da Convenção; que essa coalizão tem cúmplices no Comitê de Segurança Geral e nos gabinetes desse Comitê, que eles dominam; que os inimigos da República opuseram esse Comitê ao Comitê de Salvação Pública, e constituíram assim dois governos; que membros do Comitê de Salvação Pública entram nesse complô; que a coalizão assim formada procura perder os patriotas e a pátria. Qual é o remédio para esse mal? Punir os traidores, renovar os gabinetes do Comitê de Segurança Geral, depurar esse mesmo Comitê e subordiná-lo ao Comitê de Salvação Pública; depurar o próprio Comitê de Salvação Pública; constituir a unidade do governo sob a autoridade suprema da Convenção Nacional, que é o centro e o juiz, e esmagar assim todas as facções com o peso da autoridade nacional, para elevar sobre suas ruínas o poder da justiça e da liberdade; tais são os princípios. Se é impossível reivindicá-los sem passar por um ambicioso, concluirei que os princípios

são proscritos, e que a tirania reina entre nós; mas não que eu deva calar-me, pois o que se pode objetar a um homem que tem razão, e que sabe morrer por seu país?

Sou feito para combater o crime, não para governá-lo. Não chegou o tempo em que os homens de bem podem servir impunemente à pátria; os defensores da liberdade não passarão de proscritos enquanto a horda de tratantes dominar.

1ª edição, novembro de 1999

Fotolito da capa e do miolo: Image Press, RJ
Impressão e acabamento: Hamburg Donnelley, SP
Papel da capa: Cartão supremo 250g/m²
Papel do miolo: Pólen bold 70g/m²

Tipografia: Minion 11/14

mitê de Salvação Pública, núcleo do poder revolucionário a partir de outubro de 1793. Nada muda em sua maneira de viver. Solteiro, continua a ocupar o mesmo pequeno quarto que alugara, na casa de um marceneiro, ao chegar a Paris. Permanece um homem pobre, o "Incorruptível", admirado pelo povo simples. No auge de seu prestígio, não reivindica para si nenhum cargo formal que o destacasse dos demais. Esse exercício cotidiano da virtude pessoal se soma ao dom da oratória, em um ambiente marcado pela presença de grandes talentos.

Robespierre se entregou, como ninguém, à Revolução e encarnou, como ninguém, seu espírito. A salvação da República era sua lei suprema. Foi o único dirigente que permaneceu do início ao fim à frente do vertiginoso processo de mudanças. Tomou posse como deputado aos Estados Gerais em 5 de maio de 1789 e foi executado na guilhotina em 28 de julho (10 Termidor) de 1794, sem julgamento formal. Sua morte foi a morte da Revolução.

Desde então, o nome de Robespierre tem sido rodeado pela lenda. Restauradores e conservadores, a história oficial, inúmeros livros e a Igreja apresentaram dele um retrato medonho. Mas a fascinação que despertara nunca desapareceu. Quem foi esse homem cuja obra se confunde com sua própria ação? Para responder, temos agora este volume de discursos e relatórios preparados no calor dos acontecimentos. Reunidos, eles testemunham as vicissitudes de uma Revolução autêntica e, ao mesmo tempo, constituem um surpreendente corpo doutrinário, representativo do pensamento original dos revolucionários de 1789.

Ilustrações: *A liberdade ou a morte*, de Lesueur (capa) e *Retrato de Robespierre*, anônimo (quarta capa). Museu Carnavalet, Paris.

Sou feito para combater o crime,
não para governá-lo. Não chegou
o tempo em que os homens de bem
podem servir impunemente à pátria;
os defensores da liberdade não passarão de pros-
critos enquanto a horda de tratantes dominar.

Robespierre, *Último discurso*, 26 de julho (8 Termidor) de 1794

ISBN 85-85910-26-7